

TVR
N.º 265, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 293/2021
OF 533/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.697, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José de Cerrito, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária do Periperi e Adjacências, no município de Caetité - BA;
- 2 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema - CE;
- 3 - Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017 – Associação Francisco de Assis Dantas, no município de Penaforte - CE;
- 4 - Portaria nº 592, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, no município de Arinos - MG;
- 5 - Portaria nº 2.001, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Farol do Saber, no município de Restinga Seca - RS;
- 6 - Portaria nº 2.185, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína, no município de Bocaína - SP;
- 7 - Portaria nº 2.928, de 4 de janeiro de 2017 - Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra, no município de Alhandra - PB;
- 8 - Portaria nº 1.697, de 4 de abril de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, no município de São José do Cerrito - SC;
- 9 - Portaria nº 5.179, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Maria Rosa FM, no município de Curitibaanos - SC;
- 10 - Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018 - Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca - RS;
- 11 - Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51), no município de Palmas - TO;
- 12 - Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, no município de Cristalina - GO;
- 13 - Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018 - Associação Comunitária Barra-Cordense, no município de Barra do Corda - MA;
- 14 - Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL, no município de Lagoa Nova - RN;
- 15 - Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova, no município de Macatuba - SP;
- 16 - Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão, no município de Boqueirão do Leão - RS;

17 - Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul, no município de Flor da Serra do Sul - PR;

18 - Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Avanhadava, no município de Avanhadava - SP;

19 - Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, no município de Nova Guarita - MT;

20 - Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019 - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, no município de Mauá da Serra - PR;

21 - Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Ponte Serrada - SC;

22 - Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária do Município de Laranjal, no município de Laranjal - PR;

23 - Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, no município de Torrinha - SP;

24 - Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Abadia de Goiás, no município de Abadia de Goiás - GO;

25 - Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019 - Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi, no município de Panambi - RS;

26 - Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019 - Associação Rádio FM Comunitária Tropical, no município de Votorantim - SP;

27 - Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, no município de Antonio João - MS;

28 - Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019 - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Picuí - PB;

29 - Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019 - Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ, no município de Heliadora - MG; e

30 - Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, no município de Humaitá - AM.

Brasília, 23 de junho de 2021.

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.017133/2015-22, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, inscrita no CNPJ nº 02.075.621/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 23 de Junho de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Cerrito, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4749/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1697, de 04 de Abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09/04/2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1697/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000695/1998 e nº 53900.017133/2015-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2808234** e o código CRC **DAB240B9**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 533/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.840, 2.967, de 2015; 589, 592, 2.001, 2.185, 2.928, de 2017; 1.697, 5.179, 5.952, 5.957, 5.958, 6.036, 6.039, 6.132, 6.633, 6.634, 6.639, 6.642, de 2018; 4.706, 4.707, 4.710, 4.712, 4.713, 4.715, 4.718, 4.719, 4.721, 4.751 e 4.752, de 2019.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.068456/2013-66

SEI nº 2668414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35847/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.017133/2015-22.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4681404** e o código CRC **AF881251**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53900.017133/2015-22
Interessado:	Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.075.621/0001-60
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	SC
Localidade:	São José do Cerrito
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 10/04/2018, às 14:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2869448** e o código CRC **85B2A159**.

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 2869448

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 8866/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.017133/2015-22**

Processo de Outorga nº: **53820.000695/1998**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Cerrito/SC**, por meio da Portaria nº **236**, publicada no DOU de 18/06/2003, e Decreto Legislativo nº **671**, publicado no DOU de 23/06/2005.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 23/06/2015. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item,

a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício de encaminhamento, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 04/05/2015, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/05/2015, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0484439** e o código CRC **945B36DF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 13292/2015/SEI-MC

Brasília, 30 de abril de 2015

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito
Rua Vidal Gregorio Pereira, 75, Centro.
88.570-000 / São José do Cerrito – SC

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.017133/2015-22.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 8866/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da renovação de outorga da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/05/2015, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0484465** e o código CRC **574746E6**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME DO RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

Ofício nº 13292/2015 /SEI-MC, 30/04/2015

Processo nº 53900.017133/2015-22

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

Rua Vidal Gregorio Pereira, 75, Centro.

88.570-000

São José do Cerrito - SC

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DECLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

o *Quirino R. Mury*

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

18/05/15

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BOCA DE ENTREGA



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

João Joel Cordeiro
Mat. 8.708-52-3
Agente de Correios - Remessa e Cobrança

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

7524023-0

FC0483 / 18

114 x 160 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 87168402 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POST

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MIMICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

15/05/75

16 : 77 h

:

h

:

h

PREENCHER COM O GRADE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO RESIDENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Defesa dos Serviços de Comunicação Eletrônica
Espediente dos Serviços, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL



53900 028631/2015-09

São José do Cerrito, SC, 08 de junho de 2015.

Ao

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação Geral de Radiofusão Comunitária

Brasília – DF

**Assunto: Documentação ref. a Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53900.017133/2015-22**

Em resposta ao ofício **13292/2015/SEI-MC** de **30/04/2015** e Nota Técnica nº **8866/2015/SEI-MC**, segue em anexo a documentação para a Renovação de Outorga de nossa entidade.

Atenciosamente,



Cirlei Rodrigues Muniz

Presidente


DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 10/06/15 às 15:30 horas
Assinatura: Poncêncio

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.075.621/0001-60 com sede na Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro na cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, CEP 88.570-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 236, datada de 12 de junho de 2003 e Decreto Legislativo nº 1265 publicado no Diário Oficial da União datado de 18 de junho de 2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.


São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.


Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOCUMENTOS

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.



Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente


Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro na cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, CEP 88.570-000, Telefone para contato: 049- 3242-1535 e correio eletrônico radiocoracaodaserra@yahoo.com.br.

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Cirlei Rodrigues Muniz, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO SOJÉ DO CERRITO, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio Cultural, nos termos do art. 18 da Lei 9.612/98 c/c art. 32 do Decreto 2.615/98;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e;
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.




Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Eu, Cirlei Rodrigues Muniz, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, declaro para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.




Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente

SOLICITAÇÃO DE VISTORIA DA ANATEL

Declaramos que não dispomos de Laudo de Vistoria Técnica/ART e solicitamos vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência, Nos termos do item 20.3.2 da Portaria 462/11.

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.



Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente


DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO, EDITORIAL E PROGRAMAÇÃO.

Declaramos que as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, são as identificadas abaixo, com a nacionalidade e respectivos documentos de identificação em anexo:

1 – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS ATIVIDADES: Cirlei Rodrigues Muniz, brasileira, inscrito no CPF 716.011.049-87 e RG 1.823.317;

2 – RESPONSÁVEL PELA ÁREA EDITORIAL E DIREÇÃO DA PROGRAMAÇÃO: Nélia Giordani Machado, brasileira, inscrito no CPF 182.289.179-53 e RG 279.543-4;

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.



Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLÍCIA MUNICÍPIO



 ASSINATURA DO TITULAR

CARTERA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.823.317 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/DEZ/2010

NOME CIRLEI RODRIGUES MUNIZ

FILIAÇÃO ELY CORREA MUNIZ
MARIA DOS PRAZERES RODRIGUES MUNIZ

NATURALIDADE SÃO JOSÉ DO CERRITO SC DATA DE NASCIMENTO 21/NOV/1968

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 2106 LV B-3 FL. 4
CART. ORTIZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO SC

CPF 716.011.049-57

Adriane A. Carvalho Faria
Papiloscopieta
Matr. 308126-5

LAGES - SC

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PALESTRA ORTIZ

10 Machado
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 279.543-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/11/2001

NOME NELIA GIORDANI NACHADO

FILIAÇÃO LAZZARO GIORDANI
ANGELA POOLI GIORDANI

NATURALIDADE GUAPORE RS DATA DE NASCIMENTO 24/JAN/1951

DOC ORIGEM C CAS 310 LV-B-2 TV
CART ORTIZ - SÃO JOSE DO CERRITO SC

CPE 182.289.179/53

LAGES SC

ASSINATURA DO DIRETOR

DELEGADO DE POLÍCIA


Matr.: 254.880-1

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DENTRO DA ÁREA DE
COBERTURA.**

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que todos os seus dirigentes residem na área na qual pretendem executar o serviço, conforme parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 e Portaria 197/2013.

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.




Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente

DECLARAÇÃO DE INEXECUÇÃO DE OUTRA MODALIDADE DE RADCOM.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

São José do Cerrito 01 de Junho de 2015.



Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SAO JOSE DO CERRITO
CNPJ: 02.075.621/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:35:42 do dia 26/05/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/06/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.075.621/0001-60	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/1997
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SAO JOSE DO CERRITO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VIDAL GREGORIO PEREIRA	NÚMERO 75	COMPLEMENTO	
CEP 88.570-000	BAIRRO/DISTRITO CENTR	MUNICÍPIO SAO JOSE DO CERRITO	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (049) 2421-170	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **01/06/2015** às **08:33:17** (data e hora de Brasília).

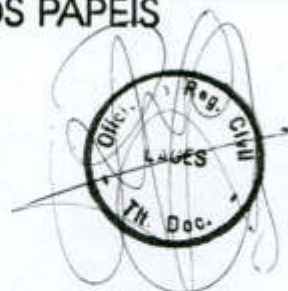
Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

1269
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E OUTROS PAPÉIS
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

COMARCA DE LAGES
SANTA CATARINA



Rita Maria Rosa Ramos

OFICIAL DESIGNADA

REGISTRO da alteração do Estatuto da Associação Cultural e comitê-
ria de São José do Cerrito SC.

REQUERENTE Adenir de Souza Moreira.

Autuação

AOS Quatro DE Julho DE DOIS MIL
E TREIS, NESTA CIDADE DE LAGES, ESTADO DE SANTA
CATARINA, À RUA SANTA CRUZ, 123,
EM CARTÓRIO AUTUO OS DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUE E FIZ ESTE
TERMO. EU *João Gomes Martindal* OFICIAL Substituta DO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS
E OUTROS PAPEIS, REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, O SUBSCREVI E ASSINO.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Salo de Fiscalização Pago
(DWQ28332, M65Y) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213


Dou fé. Lages - 28 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta





ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC
Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro - CEP 88570.000 - São José do Cerrito - SC
Fone (049) 242-1547 e 242-1535 - CGC 02.075.621/0001-60

São José do Cerrito, 27 de junho de 2003.

REQUERIMENTO

Adenir de Souza Moreira, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Rua Atanasio José Garcia, s/n – Bairro Vila Rosena, na cidade de São José do Cerrito, SC, portador da Cédula de Identidade 1.063.772-9-SSP-SC e inscrito no CPF sob o n 518.351.939-00, Presidente da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, vem mui respeitosamente ante este Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Lages-SC, requerer o registro de Alteração Estatutária da Entidade acima mencionada, registrada sob o nº 1.269, livro A-08 de pessoas jurídicas em 21 de julho de 1997, conforme segue em anexo, bem como da ata de número 09/2003, em anexo.

Nestes termos
Pede deferimento



Adenir de Souza Moreira
Adenir de Souza Moreira
Presidente

Reconheço verdadeiras _____ a _____ assinatura de
Adenir de Souza Moreira.

Retro supra; do que dou fô.

São José do Cerrito, 04 de 07 de 2003

Em test. da Verdade

Pedro Renato Ortiz
Pedro Renato Ortiz - Escrivão de Paz Designado



Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlagos@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ26331-BSWS) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N° 163213

Dou 16, Lages, 26 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta





ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Os associados da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO reunidos em Assembléia Geral Ordinária, convocados pelo Edital Nº 01/2003, deliberaram pelo seguinte:

Art. 1º - O Art. 18 do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação:

Art 18: "O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, com a data da eleição concomitante com a da Diretoria Executiva, sendo renovados no mínimo dois terços (2/3) dos efetivos."

São José do Cerrito, 27 de junho de 2003.

Adenir de Souza Moreira – Presidente
CPF 518.351.939-00

Darceu Corrêa – Vice-Presidente
CPF 255.622.400-25

Sarita de Ataíde Correa – Tesoureira
CPF 621.209.999-53

Cristiane Corrêa – Secretária
CPF 029.106.969-77

Nélia Giordani Machado – Suplente
CPF 182.289.179-53

Reconheço verdadeiras _____ a _____ assinatura _____ de

Adenir de Souza Moreira, Sarita de Ataíde Correa, Nélia Giordani Machado, Darceu Corrêa e Cristiane Corrêa.

Retro supra; do que deu fé.

São José do Cerrito, 27 de 07 de 2003

Em test. _____ da Verdade

Pedro Renato Ortiz - Escrivão de Paz Designado

Edson Medeiros – Advogado
OAB/SC 11028



Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

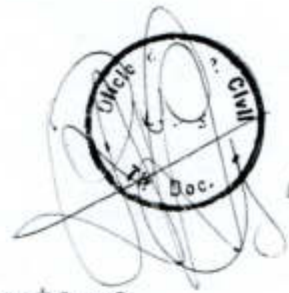
Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28330-1425Y) = R\$ 1,56 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N.º 163213

Dou fê, Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



C E R T I D ã O



CERTIFICO, que nesta data, em cumprimento ao requerimento de Adenir de Souza Moreira, presidente da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito- SC, faço // neste Ofício o registro e o arquivamento do alteração do Estatuto.

O referido é verdade o que dou fé.

Lages SC 04 de julho de 2003

Ariane Ramos Martendal
ARIANE RAMOS MARTENDAL

Oficial Substituta

Ariane Ramos Martendal

OFICIAL SUBSTITUTA
CPF 027.849.819-16

Rita Maria Rosa Ramos
Oficial Designado em Ofício Civil,
Títulos Documentos e Outros Papéis.
LAGES - SC

REGISTRO DE TÍTULOS

Comarca de Lages — Santa Catarina
Apresentado nesta data e protocolado no Livro

A 3, fls. 298 sob No 57412 e registrado

no Livro 4-08 sob No 1269 de *Arrolação*

Lages, 04 de julho de 2003

Ariane Ramos Martendal
OFICIAL

Ariane Ramos Martendal

OFICIAL SUBSTITUTA
CPF 027.849.819-16

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28329-89BU) = R\$ 1,56 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Deu fé, Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E OUTROS PAPÉIS.
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

COMARCA DE LAGES
SANTA CATARINA



Rita Maria Rosa Ramos

OFICIAL

REGISTRO: da 1ª Alteração do Estatuto da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO / SC.

REQUERENTE: ANTÔNIA RIBEIRO RODRIGUES.

Autuação

AOS TRINTA E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOIS, NESTA CIDADE DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA, À RUA SANTA CRUZ, 123, EM CARTÓRIO AUTUO OS
DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUEM E FIZ ESTE TERMO.

EU

Ariane Ramos Martendal Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta
OFICIAL DESIGNADA DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS,
DOCUMENTOS, OUTROS PAPÉIS E DE PESSOAS JURÍDICAS, O SUBSCREVI E ASSINO.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdisges@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

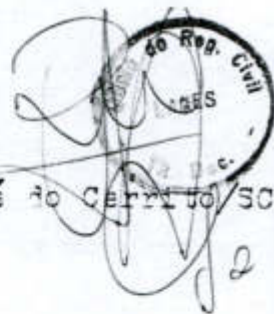
Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28328-DOLG) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 153213

Des. fê. Lages - 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC
Rua Vidal Grezório Pereira, 75 Centro Cep. 88570-000 São José do Cerrito/SC
Fone (49) 242-1547 e 242-1535 - CTC 02.075.621/0001-60



REQUERIMENTO

ANTÔNIA RIBEIRO RODRIGUES, brasileira, solteira, agricultora, residente e domiciliada na Cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, à rua Vidal Grezório Pereira, 72 Centro; portadora do RT nº 8/R-2.592-000 SSP/SC; CPF nº 250.677.459/91; Presidente da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito; Vem mui respeitosa-mente ante este ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Lages/SC; re-querer o registro de Alteração Estatutária da entidade acima mencionada, registrada sob o nº 1.269, livro A-08 de pessoas jurídicas em 21 de Julho de 1997, conforme segue em anexo, bem como das atas de números 05, 06, 08 em anexo.

Nestes termos

Pede deferimento

São José do Cerrito, SC 25 de Outubro de 2002



Antônia Rodrigues
ANTÔNIA RIBEIRO RODRIGUES
Presidente

ASSOCIAMENTO NOTARIAL
Rua Cel. Antônio de Aguiar, 100 - Fone: 322-1144 - Lages, SC
Lages, 25 de Outubro de 2002
O Notário Público, em Lages, SC, recebeu da ANTONIA RIBEIRO RODRIGUES, Presidente da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito/SC, o presente requerimento, para registro de alteração estatutária da entidade acima mencionada, registrada sob o nº 1.269, livro A-08 de pessoas jurídicas em 21 de Julho de 1997, conforme segue em anexo, bem como das atas de números 05, 06, 08 em anexo.
O Notário Público, em Lages, SC, recebeu da ANTONIA RIBEIRO RODRIGUES, Presidente da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito/SC, o presente requerimento, para registro de alteração estatutária da entidade acima mencionada, registrada sob o nº 1.269, livro A-08 de pessoas jurídicas em 21 de Julho de 1997, conforme segue em anexo, bem como das atas de números 05, 06, 08 em anexo.



Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 86601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ26327-4111) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N° 163213

Dou fé. Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta





ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Os associados da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, convocados especialmente para a alteração estatutária, nos moldes do Edital N° 03/2002, deliberaram pelo seguinte:

O Estatuto Social será alterado nos seguintes artigos:

Art. 1° - Será acrescentado ao Art. 2° a alínea "j" com a seguinte redação: "Execução de Serviços de Radiodifusão Comunitária."

Art. 2° - A alínea "C" do Art. 5° receberá a seguinte redação: "Fará parte da Diretoria os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de 21 anos ou emancipados".

Art 3° - Será suprimido o Art. 27° e seus parágrafos 1° e 2°, sendo que o caput do Art. 27° receberá a seguinte redação: "Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade".

Art. 4° - O Art. 29° terá a seguinte redação: "Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade Congênere".

São José do Cerrito, 25 de outubro de 2002

Diretoria executiva:

Antônia Ribeiro Rodrigues
Antônia Ribeiro Rodrigues
Presidente
CPF 250.671.459-91

Nélia Giordani Machado
Nélia Giordani Machado - Secretária
CPF 182.289.179-53

Adenir de Souza Moreira
Adenir Moreira - Tesoureiro
CPF 026.036.288-36

Darceu Corrêa
Darceu Corrêa - Suplente
CPF 255.622.400-25

Edson Luis Medeiros
OAB/SC 11028

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ26326-UMAL) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Reconheço verdadeiras _____ a _____ assinatura _____ de
Antônia Rileira Rodrigues, Nélia
Giordani Machado, Ademir de
Luiza Moura e Darcen Cavêlo.-
Retro supra; do que dou tô.

São José do Cerrito, 29 de 10 de 2022

Em test. unil de Verdade

Pedro Renato Ortiz
Pedro Renato Ortiz - Escrivão de Paz Designado



Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC. 88501-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

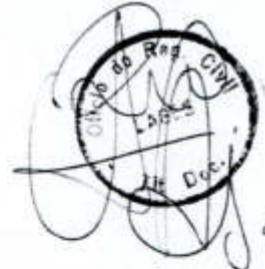
Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28325-WCMC) = R\$ 1,65 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N° 163213

Dou. Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN NAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



CERTIDÃO



CERTIFICO, que nesta data, em cumprimento ao requerimento de Antônia Ribeiro Rodrigues, presidente da Associação // Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, faço neste Ofício o registro e arquivamento da Primeira alteração do Estatuto.

O referido é verdade o que dou fé.

Lages SC, 31 de outubro de 2002

Ariane Ramos Martendal
ARIANE RAMOS MARTENDAL

Oficial Substituta.

Ariane Ramos Martendal
OFICIAL SUBSTITUTA
CPF 027.849.819-16

REGISTRO DE TÍTULOS

Comarca de Lages — Santa Catarina

Apresentado nesta data e protocolado no Livro

A 8, fls 251, sob No 56010 e registrado

no Livro 4-8, sob No 1269 de *prova jurídica*

Lages, 31 de *outubro* de 20 *02*

Ariane Ramos Martendal
OFICIAL

Cartório de Registro Civil,
Títulos, Documentos e
outros Papéis.

L A G E S — S.C.

CUSTAS:

Emol. 46,00

Diligência

F.R.J.

Selo 0,40

TOTAL 46,40

Ariane Ramos Martendal
OFICIAL SUBSTITUTA
CPF 027.849.819-16

Rita Maria Rosa Ramos
Oficial Designado do Registro Civil,
Títulos Documentos e Outros Papéis.
L A G E S — S.C.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28324-QUEQ) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N° 163213

Dois fê, Lages, 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta





Ramos



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS
E OUTROS PAPEIS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE LAGES - ESTADO DE SANTA CATARINA

1269

A OFICIAL

RITA MARIA ROSA RAMOS

A OFICIAL MAIOR

MARIA SALETE PIRES DAMASCO

A ESCRIVENTE SUBSTITUTA

AMELIA APARECIDA RAMOS MARTENDAL

A ESCRIVENTE JURAMENTADA

ROSEMERY POLETTI HOESCHL



REGISTRO: DOS ESTATUTOS DA "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE
SÃO JOSÉ DO CERRITO -SC

REQUERENTE: ANTÔNIA RIBEIRO RODRIGUES.

AUTUAÇÃO

AOS 21 DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE NES-
CIDADE DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA, À RUA SANTA CRUZ //
123, EM CARTÓRIO, AUTUEI OS DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUI E FIZ/
ESTE TERMO, EU, *Rita Maria Rosa Ramos*, OFICIAL/
DO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS/
E OUTROS PAPEIS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, O SUBSCREVI E
ASSINO.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28323-VLAW) = R\$ 1,56 | Total = R\$ 3,70 | Recibo Nº: 163213

Dou fé, Lages, 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - ESCRIVENTE Substituta



Rene

Ofício do Reg.
LACES
7/11. 000

São José do Cerrito, 15 de julho de 1997

Ofício nº 001/97

Ilmo Sr.
Oficial do Registro de Títulos e Documentos
Lages - SC


Senhor Oficial,

A Presidenta, da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITARIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência requerer na forma prescrita na Legislação pertinente o Registro dos Estatutos da referida Associação acima, conforme Estatutos que seguem em anexo.

Sendo o que tinha a expor,

Nestes termos,

Pede deferimento.

 *Antônia Ribeiro Rodrigues*
Antônia Ribeiro Rodrigues

Reconheço verdadeiras _____ a _____ assinatura
ANTONIA RIBEIRO RODRIGUES, -

Feito supra; do que dou fé.

São José do Cerrito, 16 de 07 de 1997

Em test. _____ da Verdade

Sebastião Renato Ortiz
Sebastião Renato Ortiz - Escrivão de Paz

CARTÓRIO DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
SEBASTIÃO RENATO ORTIZ
Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil

e
PEDRO RENATO ORTIZ
Escrivente Jureamentado

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28322-GIOB) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo Nº: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETTTO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Estatuto da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito



CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADES

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro rua Vidal Gregório Pereira, nº 75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito - SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

- Promover atividades educacionais e de formação geral;
- Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- Manter convênios e/ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Pode filiar-se Associação qualquer pessoa física, maior de 16 anos, que esteja engajado e/ou que pertença aos quadros de entidades, movimentos e organizações populares no município, tais como: Movimento de Mulheres Agricultoras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Credicariú, Igrejas, Pastorais Sociais, Associação da Casa Familiar Rural, Associações comunitárias e de Agricultores, entre outras. Também podem filiar-se Associação essas mesmas entidades, movimentos e organizações populares como pessoas jurídicas. É condição única que qualquer pretendente a ingressar na Associação concorde com as regras do presente Estatuto, seja apresentado por outro sócio e aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entidade, movimento ou organização de caráter popular todas as organizações (legalizados juridicamente ou não) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil local; que atuem com vistas elevação do nível social, econômico, cultural e de cidadania da população; que tenham práticas sociais preferenciais com a camada mais excluída e que disponham de algum tipo de fiscalização e controle por parte da sociedade.

Parágrafo Segundo: No caso de sócios estarem representando suas respectivas entidades jurídicas e também serem associados como pessoas físicas - somente neste caso excepcional - terão direito a 02 (dois) votos nas Assembléias da entidade.

Art. 4º - O quadro de associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito será formado por 03 (três) categorias de sócios:

- Sócios-Fundadores - Aqueles que assinaram a ata da Assembléia de Fundação da entidade;
- Sócios-Contribuintes - Aqueles que se integrarem aos quadros da entidade após sua fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida na Assembléia Geral;

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtclages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28321-S\$MD) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fê. Lages, 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta





c) Sócios-Beneméritos - Aqueles que receberem este título da Assembléia Geral (AG), por reconhecimento e relevante contribuição ou serviços prestados Entidade;

Parágrafo único - A contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela Assembléia Geral, em forma de anuidade.

Art. 5º - São direitos de todos os associados:

- Ter voz e voto na AG;
- Propor Diretoria e demais órgãos da Entidade medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- Candidatar-se para cargos da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal, Conselho de Ética ou de qualquer organismo ligado Entidade e exercê-lo, se eleito, conforme norma deste Estatuto;
- Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito;

Parágrafo único - O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Art. 6º - São deveres dos associados:

- Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- Participar da AG e/ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- Zelar pelo bom nome da Entidade;
- Não se omitir diante de irregularidades ou falhas que eventualmente venham a constar, denunciando-as nos fóruns devidos;
- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como o Código de Ética da Entidade.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DA ENTIDADE

Art. 7º - São órgãos permanentes da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a Assembléia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética.

Art. 8º - A AG é o órgão máximo de deliberação da Entidade, dela podendo participar todos os associados em dia com as obrigações financeiras.

Parágrafo Primeiro - A AG, reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, em data, local e horário por ela própria determinados, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo Segundo - A convocação da AG em caráter extraordinário (AGE) deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital afixado na sede da Entidade, publicação na rádio comunitária, envio de convite com o edital a todos os associados, onde deverão constar obrigatoriamente local, data, horário e pauta.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral Ordinária (AGO) será sempre dirigida pelos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto - A AGE será dirigida pelos dirigentes do órgão que a convocou, salvo proposta em contrário aprovada pela maioria dos participantes. No caso da convocação ser feita por 1/3 (um terço) dos associados a Mesa Diretora será eleita na própria Assembléia.

Parágrafo Quinto - A AG deliberará em primeira convocação somente com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados quites com suas obrigações financeiras e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número, por maioria simples dos presentes, exceto nos casos de quórum qualificado, previstos neste Estatuto.

Art. 9º - Compete exclusivamente AG:

- Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ29320-HEM7) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé, Lages, 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;

e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;

f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;

g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;

h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;

i) Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;

j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

Art. 10º - A AG adotará obrigatoriamente o regime de voto secreto:

a) Nas eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando houver mais de uma chapa concorrendo;

b) Na substituição parcial da Diretoria Executiva, quando houver mais de um candidato para um só cargo; e na substituição total, quando houver mais de uma chapa;

c) Nas votações para exclusão ou readmissão de sócio(s);

d) Nos casos em que a própria AG, por vontade da maioria, julgar conveniente.

Art. 11º - A Diretoria Executiva será composta pelo(a) Presidente, Vice-Presidente, 01(um) Secretário(a), 01(um) Tesoureiro(a) e um Suplente, eleitos em AG.

Parágrafo Primeiro - São membros efetivos da Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Suplente, eleitos em AG para mandato de 02(dois) anos.

Parágrafo Segundo - No caso de vacância simultânea ou consecutiva dos cargos de presidente e vice-presidente, os demais membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Ética, ou ambos, deverão convocar AGE para as devidas substituições.

Parágrafo Terceiro - A Diretoria poderá ser substituída a qualquer momento, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados em AG especialmente convocada para este fim, como também poderá ser afastada de suas atividades no todo ou em parte, em caso de incúria, diante de comprovação de atos que comprometam os objetivos, a imagem ou a ética da Entidade ou que desvirtue suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Quarto - Para efeito do que trata o Parágrafo Terceiro deste Artigo será considerada incúria, entre outros, os casos de 03(três) faltas consecutivas ou 05(cinco) alternadas às reuniões da Diretoria, a cada ano, sem justificativa aceita pelos demais membros e devidamente lavrada em ata, bem como a comprovada inaptidão para o cargo.

Parágrafo Quinto - Poderá haver reeleição para o mesmo cargo para mais um mandato da Diretoria Executiva.

Art. 12º - Cabe Diretoria Executiva, coletivamente:

a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos da Entidade e a execução de deliberações tomadas em AG;

b) Preparar propostas de pauta para a AGO ou AGE que venha a convocar, bem como relatórios a serem submetidos mesma;

c) Autorizar despesas e deliberar sobre questões administrativas em geral, exceto aquelas de competência exclusiva da AG;

d) Convocar AGE;

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28319-142Q) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo Nº: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETTTO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



e) Indicar um de seus membros ou do Conselho de Ética para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente ou nos casos em que julgar conveniente;

f) Elaborar relatório anual, incluindo contas, atividades, realizações e atos administrativos, para serem submetidos AG e demais órgãos;

g) Encaminhar AG os pedidos de filiações abonadas por associados;

Parágrafo único - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por 02(dois) de seus membros e deliberará somente por maioria absoluta.

CAPÍTULO IV - DA DIREÇÃO

Art. 13º - Caberá a cada diretor, individualmente:

a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas perante a Diretoria ou qualquer outro órgão da Entidade;

b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

c) Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria.

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

a) Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;

b) Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;

c) Responder em juízo pela Entidade;

d) Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;

e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.

Parágrafo único - Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma AG e houver, em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria Executiva, a AG escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.

Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

b) Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Art. 16º - Caberá ao Secretário:

a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;

b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou video-sonora (imagens e áudio) da Entidade;

c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;

d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;

e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;

f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28319-2SRG) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fe, Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item "e", do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 18º - O Conselho Fiscal será constituído por 03(três) membros efetivos e 03(três) suplentes, eleitos em AG para um mandato de 02(dois) anos, sendo renovados seus membros titulares em 2/3 a cada ano, durante a AGO.

Art. 19º - O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade.

Parágrafo Primeiro - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo - Os membros suplentes poderão substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo Terceiro - Em caso de constatação de irregularidades nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Ética ou AGE para propor suspensão ou destituição parcial ou total dos membros da Diretoria, conforme o caso.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 20º - O Conselho de Ética é o órgão responsável em primeira mão pela observância da ética em todas as atividades da Associação e será composto por 07(sete) membros escolhidos em Assembleia Geral, tendo por finalidade:

- a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção na Associação, o fiel cumprimento das normas do Código de Ética da Entidade, bem como o conjunto de normas do presente Estatuto;
- b) Fiscalizar o trabalho da Diretoria Executiva, impedindo, quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da Entidade;
- c) Apreciar e deliberar sobre questões éticas decorrentes dos trabalhos da Associação, incluindo sua emissora de rádio comunitária;
- d) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação a seus objetivos permanentes;
- e) Propor AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- f) Convocar extraordinariamente a AG, quando necessário.

Art. 21º - Os membros do Conselho de Ética serão escolhidos dentre os sócios da entidade que estiverem em dia com suas obrigações.

Art. 22º - O Conselho de Ética reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que a Direção achar conveniente, quando convocado pelo Conselho Fiscal ou por no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios da Entidade.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlagos@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Salo de Fiscalização Pago
(DWQ28317-3P9Z) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N° 163213


Dou fé, Lages, 28 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTTO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Raquel
8
LACES
Tit. Doc.

Art. 23º - O Conselho de Ética terá mandato de 02(dois) anos e elegerá uma direção própria, composta por 01(um) Presidente, 01(um) Secretário e 01(um) Suplente.

Parágrafo Primeiro - O Secretário, na ausência ou impedimento do Presidente, será seu substituto. Neste caso o Suplente assumirá o lugar do Secretário em caso de vacância definitiva de um de seus membros.

Parágrafo Segundo - O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo Terceiro - O Secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da Direção, preparará editais e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo Quarto - Os membros que ocupam cargo de direção no Conselho de Ética poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto - A Direção do Conselho de Ética reunir-se-á sempre que julgar conveniente, por convocação de qualquer de seus membros, e deliberará por maioria absoluta.

Art. 24º - Qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética não serão, em qualquer hipótese, remunerados.

CAPÍTULO VII - DAS RECEITAS E SUA DESTINAÇÃO

Art. 25º - A Receita da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito advirá das seguintes fontes:

- a) Da contribuição regular dos associados (anuidades);
- b) Da contribuição especial de qualquer pessoa física ou jurídica, a título de doação;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De recursos provenientes de convênios, contratos, aplicações e prestação de serviços;
- e) De promoções festivas e culturais realizadas pela própria Associação ou em parceria com outras;
- f) Do apoio financeiro de Entidades de Cooperação a projetos específicos, seja em nível estadual, nacional ou internacional;
- g) De bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- h) Do aluguel de imóveis e juros de títulos ou depósitos;

Art. 26º - A destinação das receitas da Entidade obedecerá as seguintes prioridades:

- a) Salários e encargos de funcionários;
- b) Impostos e taxas diversas (água, luz, telefone, etc);
- c) Custos de material de expediente, manutenção de equipamentos e cursos de capacitação;
- d) Ressarcimento de despesas da Direção Executiva em momentos pontuais, com passagens, alimentação e estadia, fora do município;
- e) Custos com assessoria técnica especializada, assessoria jurídica e assessoria contábil;
- e) Investimento em equipamentos, infra-estrutura e material promocional da Entidade;
- f) Outros.

Art. 27º - Caberá AG posicionar-se sobre possíveis lucros e/ou prejuízos advindos ao final de cada exercício.

Parágrafo Primeiro - Havendo lucro ao final de determinado exercício, as entidades que cobriram os primeiros custos na aquisição de equipamentos e despesas de implantação da emissora de rádio comunitária poderão ser ressarcidas, em igual valor para cada uma, até a importância correspondente a esses investimentos. Essa decisão deverá ser aprovada em AG.

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC. 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28316-DYBU) = R\$ 1,66 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Parágrafo Segundo - As entidades citadas no parágrafo anterior são: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Cerrito, Paróquia São Pedro e Cooperativa de Crédito Rural São José do Cerrito Ltda. - Credicarú.

CAPÍTULO VIII - DA DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E SUA POSSÍVEL DISSOLUÇÃO

Art. 28º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma AG.

Art. 29º - Em caso de dissolução da Associação, caberá a uma última AG dos associados deliberar sobre: destino do patrimônio, despesas e receitas futuras, indenização de funcionários, outras providências.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30º - O nome fantasia da emissora de rádio da Associação será: Rádio Coração da Serra FM.

Art. 31º - Questões omissas ao presente Estatuto serão resolvidas temporariamente pela Diretoria Executiva vigente, até que futuras mudanças no referido instrumento possam ser efetivadas em AG.

Documento discutido e aprovado na Assembléia de Fundação da Associação

São José do Cerrito, 12 de junho de 1997

Antônia Ribeiro Rodrigues
Antônia Ribeiro Rodrigues - Presidente
RG 8/R 2.592.000
CPF 250677459-91

Teresinha Chaves de S. da Silva
Teresinha Chaves de S. da Silva - Vice-Pres.
RG 8/R 2.593.506
CPF 772046039-15

Maria de Lourdes da Silva Pinheiro
Maria de Lourdes da Silva Pinheiro - Secretária
RG 8/R 639435
CPF 656136009-53

Hélio de Jesus Corrêa
Hélio de Jesus Corrêa - Tesoureiro
RG 8/R 1.436.894
CPF 346486319-00

Bernadete de Fátima Bonkel
Maria dos P. Carneiro

Dorceli Lourenço

Maria de Fátima Antez Lourenço

7

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28316-N7AX) = R\$ 1,56 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé. Lages, 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



... verdadeiras as assinaturas de Antonia Ribeiro Rodrigues, Teresinha Chaves de S. da Silva, Maria de Lourdes da S. Pinheiro, Helio de Jesus Correa, Nilza Aparecida Camargo, Eva Isabel de Oliveira Gonçalves, Pedro Marcos Ortiz, Bernadete de Fátima Henkel, Maria dos F. Correa, Darceu Correa, Alvarino de Souza, Maria de Fátima Ortiz Correa, Antonio Carlos Souza Correa, Salete de Fátima Correa Muniz e Judite Ribeiro Rodrigues.-

Feito supra: da que deu lá.

São José do Cerito 10 de 07 de 1997

Em test. *Renato Ortiz* Verdade

Pedro Renato Ortiz Escrivão de Paz

CARTÓRIO DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERITO
SEBASTIÃO RENATO ORTIZ
Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil

o
PEDRO RENATO ORTIZ
Escrivente Juramentado



Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdilages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28314-JZED) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



H. [assinatura]

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRETO

Aos doze dias do mês de junho de um mil e novecentos e noventa e sete no salão Paroquial da Paróquia São Pedro, às nove horas e trinta minutos reuniram-se representantes de movimentos e organizações populares do município com o objetivo de fundar a Associação Cultural Comunitária de São José do Cerreto bem como aprovar o estatuto, eleger a diretoria executiva, Conselho fiscal, Conselho de ética, aprovação do código de ética e posse da diretoria eleita. Iniciaram-se os trabalhos quando o Sr. Lorenzo Siega que coordenou os trabalhos, expôs a importância dos movimentos e organizações populares lutar pela democratização dos meios de comunicação, bem como do desenvolvimento de uma campanha encomendada em todo o país em favor dos meios de comunicação de baixa potência que torna real a liberdade de expressão e pensamento, frisando que a associação hoje criada vai contribuir para o desenvolvimento cultural, social, artístico, científico e de comunicação da comunidade cerretense servindo de canal de participação ativa da comunidade. O Coordenador dos trabalhos explicou que a Associação vai operar uma rádio comunitária de baixa potência, sendo um instrumento de desenvolvimento comunitário e de participação da sociedade e embasada nos princípios fundamentais do direito a liberdade de pensamento e expressão contidos na Constituição e na Convenção dos Direitos

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ26313-JZRR) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N° 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MARI POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Racem



Humanos, da qual o Brasil é um dos signatários. Foi dado prosseguimento à reunião com a leitura e discussão do estatuto da Associação tendo sido deliberado pela Assembleia que os responsáveis por entidades associadas tem direito a dois votos nas decisões da Assembleia, sendo como pessoa jurídica e como pessoa física se for associada, e cada sócio deve contribuir com uma anuidade de 10% (dez por cento) do valor correspondente de um salário mínimo vigente na data do pagamento. Após a leitura e discussão do estatuto, foi aprovado por unanimidade pelos participantes da Assembleia com a denominação de ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO. Donado continuidade aos trabalhos a Assembleia após vários sugestões de nomes para a rádio, definiu-se pelo nome de RÁDIO CORAÇÃO DA SERRA F.M.. Em seguida conforme o estatuto da Associação a Assembleia geral elegeu a Diretoria Executiva ficando assim constituída: Presidenta - Antonia Ribeiro Rodrigues, Vice-Presidente - Teresinha Chaves de Souza da Silva; Secretoria - Maria de Lourdes da Silva Pinheiro, Tesoureiro - Hélio de Jesus Correa e suplente - Antonio Carlos S. Correa, ficando Conselho Fiscal composto pelos titulares José Geral Cruz, Estanislau P. da Cruz, Judite Ribeiro Rodrigues, e suplentes: Vanderlei Pires, Bernardete Henkel e Leni Alves Correa, e o Conselho de Ética formado pelos seguintes membros: Turibio Marcos, Darcen Correa, Nélia Gierolami Machado, Nilza Küster de Comares, Luiz Carlos Costa Moreira, Jaime Roberto Rodrigues

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com


Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28312-91VN) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé. Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta




 e Augusto Ademar Borges. Após a eleição foi feita a leitura e discursos do Código de Ética da Associação que foi aprovado pela Assembleia Geral. Na mesma reunião da Assembleia o Coordenador dos trabalhos, Lorenzo Siega declarou empossada a primeira diretoria da Associação Cultural Comunitária de São José do Cerrito e passou a palavra para a Presidente eleita sr^a Antonia Ribeiro Rodrigues que agradeceu a confiança nela depositada e convidou a todos para que juntos possam contribuir para o desenvolvimento cultural, social, artístico do povo cerritense. Não tendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião e para constar, eu, Luiz Carlos Costa Moreira que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que, após lida e estando conforme, é por mim assinada, pela presidente e pelas demais pessoas presentes.

São José do Cerrito, 12 de junho de 1997.

Secretário: Luiz Carlos Costa Moreira

Presidente: C. Rodrigues

Antônia Ribeiro Rodrigues

Antonio Carlos S. Correia

Wanderley G. Lins

Edson de F. Soares da C.

Chamo

Alho

Edilva Gomes de Oliveira

Luiz de Jesus Correia

João Paulo de Souza

Maachado

Daniel Correia

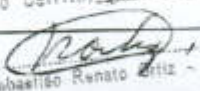
CARTÓRIO DE PAZ DO MUNICÍPIO
 DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
 SEBASTIÃO RENATO ORTIZ
 Escrivão de Paz e Oficial de Registro Civil

PEDRO RENATO ORTIZ
 Escrevente Jureamentado

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática, por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com o qual conferi.

São José do Cerrito, 10 de 07 de 1997


 Sebastião Renato Ortiz - Escrivão de Paz

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123. Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28311-M72N) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2016

MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituto



Leoni Alves Lameira

Pacheco

Elange Y. D. Barão

Esp. Gabriel D. Gonçalves

Spas

Ir. Dilza Aparecida Camargo

1. Augusto Ademar Borges

Terezinha Chaves de Souza da Silva

Marcelo Correa Medeiros

Extensão de Souza Moreira

Marcon

Judite Rileiro Rodrigues

Maria do P. Correia

Bernadete de Fátima Benkel

Galite de Fátima Coma Yuning

Sau

Travessia

Infância

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática, por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com o qual conferi.

São José do Cerrito, 10 de 07 de 1997

Sebastião Renato Ortiz - Escrivão de Paz

CARTÓRIO DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

SEBASTIÃO RENATO ORTIZ
Escrivão de Paz e Oficial de Registro Civil

PEDRO RENATO ORTIZ
Escrivente Juramentado

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,15 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ28310-JSUJ) = R\$ 1,56 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou 76, Lages - 29 de maio de 2015

MIRIAN MAISA POLETO DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



[Handwritten signature]



CERTIDÃO

CERTIFICO, QUE NESTA DATA, EM CUMPRIMENTO AO REQUE-
RIMENTO DO SRA. ANTÔNIA RIBEIRO RODRIGUES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC, FAÇO NESTE OFÍCIO O
REGISTRO E O ARQUIVAMENTO DOS ESTATUTOS SUPRA CITADO.

O REFERIDO É VERDADE O QUE DOU FÉ.
LAGES, 21 DE JULHO DE 1997.

[Large handwritten signature]

RITA MARIA ROSA RAMOS

OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

REGISTRO DE TÍTULOS

Comarca de Lages - Santa Catarina

Apresentado nesta data e hora 11h no Livro

A. 07. 11/2000 sob NO 41.176, registrado

no Livro A-E sob NO 4262 do Livro 1000

Lages, 21 de julho de 1997

OFFICIAL

[Handwritten signature]



83 827 584/0001-09

LAGES CARTÓRIO REGISTRO CIVIL
E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Cartório Rita Maria Rosa Ramos

Rua Santa Cruz, 122

Centro - CEP 86001-000

Lages - SC

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Autenticação: Autentico a cópia fotostática no anverso por ser uma
reprodução fiel do documento arquivado neste cartório.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 2,16 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(DWQ26309-ONBL) = R\$ 1,55 | Total = R\$ 3,70 | Recibo N°: 163213

Dou fé, Lages - 29 de maio de 2016

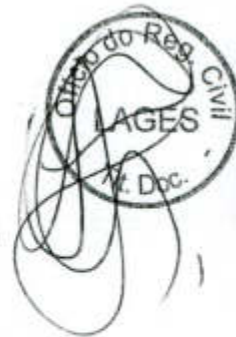
MIRIAN MAISA POLETTI DE OLIVEIRA - Escrevente Substituta



Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

CNPJ: 02.075.621/0001-60

Endereço: Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro - São José do Cerrito - SC



Ata de Assembleia Geral

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, reuniram-se em Diretoria e associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, na sede da Rádio Coração da Serra, para atendendo a convocação do Edital nº 01/2015, realizar a Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de Contas do Exercício de 2014; 2 - Previsão de Gastos para o exercício de 2015; 3 - Plano de Trabalho e Orçamento para 2015; 4 - Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética para o período de 02 (dois) anos; 5 - Assuntos Gerais. A Sra. Nélia Geordani Machado, deu as boas vindas a todos e conduziu os trabalhos, fez a prestação de contas, apresentou a previsão de gastos para o exercício de 2015 e também apresentou o Plano de Trabalho e Orçamento para 2015, após esclarecimentos, os itens foram aprovados pelos presentes. Em seguida passou para o item 4 do Edital: Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética, após a apresentação dos membros, os presentes aprovaram e empossaram a nova Diretoria para a gestão de maio de 2015 à maio de 2017. **Membros da Diretoria Executiva: Presidente - Cirlei Rodrigues Muniz**, brasileira, casada, contadora, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, residente na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito - SC; **Vice-Presidente - Antonio Rogério de Souza**, brasileiro, viúvo, aposentado, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.2044, residente na rua João de Deus Rosa, bairro Melcas, São José do Cerrito - SC; **Secretário - Luiz Carlos Costa Moreira**, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº32, Centro, São José do Cerrito - SC; **Tesoureiro - Fernando Muniz Rosa**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC; **Suplente - Elizangela Correa Muniz Ramos**, brasileira, casada, bancária, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC. Também foram eleitos por unanimidade os seguintes associados para compor o **Conselho Fiscal: Conselheiros Fiscais Efetivos - Antonio Carlos de Souza Correa**: brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF 387.076.329-91, RG 1.063.643-9, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos, São José do Cerrito - SC; **Marcio Machado Rosa** - brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, residente na localidade de Araçá, São José do Cerrito - SC; **Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller** - brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF 027.032.529-86, RG 4.168.999, residente na rua João de Deus Rosa, bairro Melcas, São José do Cerrito - SC. **Conselheiros Fiscais Suplentes: Adenir de Souza Moreira** - brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 518.351.939-00, RG 1.063.772-9, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro, São José do Cerrito - SC; **Antonia Ribeiro Rodrigues** - brasileira, casada, agricultora, portador do CPF 250.677.459-01, RG 2.592.000, residente na localidade de Mineiros, São José do Cerrito - SC; **Carlos José Ramos** - brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos. **Conselho de Ética: Antonio Roberto Rosa** - brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG

PRÍCIO

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini - Oficial
Título: Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 98.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioldiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007379

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 26/04/1940)

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 03 de junho de 2016

Em testemunho da verdade

Obs:

LUCIMARA GALVANI - Representante notarial

Emolumentos: R\$ 2,75 - Selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD81070-3V56

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

4372823-5, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC; **Maria de Lourdes da Silva Pinheiro** – brasileira, casada, professora, portadora do CPF 656.136.009-53, RG 639.435-3, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro, São José do Cerrito – SC; **Nélia Giordani Machado** – brasileira, casada, professora, portadora do CPF 182.289.179-53, RG 279.543-4, residente na rua Vidal Gregório Pereira, 52, Centro, São José do Cerrito, SC; **Nivaldo Campos Rodrigues** – brasileiro, solteiro, secretário, portador do CPF 416.578.709-44, RG 809.686-4, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro, São José do Cerrito, SC; **Turíbio Marcon** – brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 021.159.999-91, RG 415.791-5, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, 49, Centro, São José do Cerrito, SC; **Pedro Marcos Ortiz** – brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 710.725.279-87, RG 2.185.990, residente na localidade de Fazenda Nova, São José do Cerrito, SC e **Eli José Ribeiro**, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 394.411.569-49, RG 3.034.634-3, residente na rua João Esmério da Silva, Centro, São José do Cerrito, SC. **Assuntos Gerais:** A presidente eleita Cirlei Rodrigues Muniz, agradeceu a presença de todos e a confiança que os presentes depositaram nas pessoas que fazem parte desta Diretoria e lembrou que, sendo presidente, ela é apenas mais uma na equipe de pessoas, que se dedicam e lutam para que a Associação cumpra seu papel e a Rádio Coração da Serra continue sempre servindo aos moradores de São José do Cerrito, pois foi para isso que foi fundada. Disse que conta com o apoio de todos, e sabe que o terá. E que trabalhando juntos, faremos uma Rádio cada vez melhor naquilo a que se propõe uma Rádio Comunitária: servir à comunidade, ou seja, ser de utilidade pública. E que, por esse motivo, dará o seu melhor, agradeceu à Diretoria que ora deixa o cargo, enfatizando a importância do trabalho realizado com esforço e dedicação. Nada mais a tratar foi encerrada a presente Assembleia e lavrada a presente ata que após lida será assinada pela Diretoria Executiva.

São José do Cerrito, SC, 10 de abril de 2015.

RECONHEÇO

Cirlei Rodrigues Muniz
Presidente

Antonio Rogério de Souza
Vice-Presidente

Fernando Muniz Rosa
Tesoureiro

Luiz Carlos da Costa Moreira
Secretário

Elizângela Correa M. Ramos
Elizângela Correa Muniz Ramos
Suplente

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Daniel Dias Ganesini - Oficial Titular
Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com
RECONHECIMENTO 026125

Reconheço e assinatura por AUTÊNTICA de: (1) CIRLEI RODRIGUES MUNIZ
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 26 de maio de 2016
Em testemunho da verdade

LUCIMARA GALVÃO - escrevente notarial
Emolumentos: R\$ 2,55 + selo: R\$ 1,55 -- Total: R\$ 4,10
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DWZ80931-9MQ5
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Daniel Dias Ganesini

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini - Oficial
Titular Riza Anacleto da Silva Ortiz, a/n - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007379

Confere com o original na sua parte reproduzida (Decreto Lei 2.148, de 26/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 03 de junho de 2015
Em testemunho da verdade _____
Obs _____

LUCIMARA GALVÃO, Escrivã pública notarial
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,56 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DXD81071-692D

ESCRIVANIA DE PAZ DO M
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular

3

Nominata da Associação Cultural e Comunitária Rádio Coração de São José do Cerrito

Membros da Diretoria Executiva:

Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, expedida em 03/12/2010 SSP/SC, contadora.

Antonio Rogério de Souza - Vice-Presidente, residente na rua João de Deus Rosa, s/n, bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, viúvo, brasileiro, nascido em 15/11/1948 em São José do Cerrito, SC, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.2044, expedida em 28/10/2003, SSP/SC, aposentado.

Luiz Carlos Costa Moreira - Secretário, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88.570-000 casado, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, expedida em 16.08.1995, SSP/SC, professor.

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro, residente na rua João Francisco da Silva Mota, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, casado, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, expedida em 04/12/1998, SSP/SC, contador.

Elizangela Correa Muniz Ramos - Suplente, residente na rua Manoel Joaquim Correa, s/n, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, expedida em 12/11/1999, SSP/SC, bancária.

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Giancesini - Oficial
Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasgiancesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007379

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.146, de 26/04/1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 03 de junho de 2016

Em testemunho da verdade

Cls.

LUCIMARA GALVÃO - escrevente notarial

Emolumentos: R\$ 2,70 + selo: R\$ 1,66 – Total: R\$4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD81072-VGUP

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais de Lages
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Certidão de 1ª Averbação em Registro de P. Jurídicas

Protocolo: 006482	Data: 29/05/2015	Qualidade: Integral
Registro Origem: 001269	Data: 21/07/1997	Livro: A-008 Folha: 000
Apresentante: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO		
Emolumentos: Registro: R\$27,60, Selos: R\$3,10 - Total R\$30,60 - Recibo nº: 163211		
Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - DWQ28308-GGIY, DWQ28307-OSAQ		

Dou 16, LAGES - 29 de maio de 2015

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta



EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini - Oficial
Titular Rua Anacleto de Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88 570-000 - Fone/Fax: (49) 3242 1067
e-mail: cartorioquiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007380

Congere com o original na sua parte reproduzida (Decreto Lei 2.148, de 25/04/1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 03 de junho de 2016

Em testemunho da verdade

Oss


LUCIMARA GALVANI - Escrivente notarial

Emolumentos: R\$ 2,76 - Selo: R\$ 1,55 - Total: R\$ 4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD31073-Z9WC


ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLETO IDENTIFICATÓRIO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.823.317 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/DEZ/2010

NOME CIRLEI RODRIGUES MUNIZ

FILIAÇÃO ELY CORREA MUNIZ
MARIA DOS PRAZERES RODRIGUES MUNIZ

NATURALIDADE SÃO JOSÉ DO CERRITO SC DATA DE NASCIMENTO 21/NOV/1968

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 2106 LV B-3 FL. 4
CART. ORTIZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO SC

CPF 716.011.049-57

Adriane B. Carvalho Farias
Papiloscopista
Matr. 308125-0

LAGES - SC

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Giancesini - Oficial
Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242 1067
e-mail: cartorioidiasgiancesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007362

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 26/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 03 de Junho de 2015

Em testemunho da verdade

Obs.

D. Giancesini

DANIELLE DIAS GIANESINI-Escrivã de Paz
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,55 - Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD81082-IFTB

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular

SECRETARIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Gianesini
Oficial Titular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:

ANTONIO ROGERIO DE SOUZA e GENI BARBOSA DOS SANTOS

MATRÍCULA:

106500 01 55 2012 2 00009 080 0002462 79

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

ANTONIO ROGERIO DE SOUZA, brasileiro, viúvo, natural de São José do Cerrito/SC, nascido no dia quinze de novembro de mil novecentos e quarenta e oito (15/11/1948), filho de Sebastião Anjos de Souza e Juventina Medeiros Paes.

GENI BARBOSA DOS SANTOS, Brasileira, divorciada, natural de São José do Cerrito/SC, nascida no dia oito de abril de mil novecentos e sessenta e quatro (08/04/1964), filha de Luiz Barbosa dos Santos e Begair Barbosa dos Santos.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

Vinte e dois de dezembro de dois mil e doze

DIA	MÊS	ANO
22	12	2012

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Separação Obrigatória de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

Novo nome da Noiva: **GENI BARBOSA DOS SANTOS DE SOUZA**

OBSERVAÇÕES

Não Há

1ª Via da Certidão

ESCRIVANIA DE PAZ DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

DANIELLE DIAS GIANESINI

SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC

Rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro - São José do Cerrito/SC -

CEP: 88570-000 - 49.32421067 -

cartoriodiasgianesini@gmail.com - CNPJ: 11.914.539/0001-72

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 22 de dezembro de

DANIELLE DIAS GIANESINI
Escrivã de Paz

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Gianesini - Oficial
Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88 570-000 - Fone/Fax: (49) 3242 1067
e-mail: cartoriodiasgianesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007370

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2 148, de 26/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 02 de junho de 2015
Em testemunho da verdade
Des.

LUZIMARA GALVÃO - Escrevente notarial

Emplumados: R\$ 2,75 + selo R\$ 1,50 - Total: R\$ 4,25

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD81039-5H2S

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

Danielle Dias Gianesini

Oficial Titular

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Selo Isento
COS80957-PDDF
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br



ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

Danielle Dias Giancesini

Oficial Titular

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular

Amabile

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

LUIZ CARLOS COSTA MOREIRA e MARILDA DOS SANTOS MOREIRA

MATRÍCULA:

106500 01 55 1986 2 00005 098 0001100 04

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

LUIZ CARLOS COSTA MOREIRA, brasileiro, solteiro, natural de São José do Cerrito/SC, nascido no dia três de julho de mil novecentos e cinquenta e oito (03/07/1958), filho de Honório Costa Moreira e Tereza Souza Moreira

MARILDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, natural de São José do Cerrito/SC, nascida no dia vinte de janeiro de mil novecentos e cinquenta e oito (20/01/1958), filha de Ariovaldo Ribeiro dos Santos e Dilma Albuquerque dos Santos

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

Quatro de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis

DIA

04

MÊS

01

ANO

1986

RÉGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

Novo nome do Noivo: **LUIZ CARLOS COSTA MOREIRA**

Novo nome da Noiva: **MARILDA DOS SANTOS MOREIRA**

OBSERVAÇÕES

A presente certidão contém termos de Averbação em 03 de setembro de 2012, os quais constam no corpo desta.

Emolumentos: Certidão R\$ 15,05; Selo R\$ 1,35; Total R\$ 16,40.

ESCRIVANIA DE PAZ DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

DANIELLE DIAS GIANESINI

SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC

Rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro - São José do Cerrito/SC -

CEP: 88570-000 - 49.32421067 -

cartoriodiasgiancesini@gmail.com - CNPJ: 11.914.539/0001-72

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 08 de março de 2013

AMÁBILE BRUNA GALVANI DE SOUZA
Escrevente

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Giancesini - Oficial

Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito

Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067

e-mail: cartoriodiasgiancesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007389

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 26/04/1940)

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 06 de junho de 2016

Em testemunho da verdade

Obs:

SANDRA BATISTA WIGGERS - Escrevente notarial

Emolumentos: R\$ 2,75 - Selo: R\$ 1,66 - Total: R\$ 4,41

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal **DXD81122-AVTD**

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular

Poder Judiciário

Estado de Santa Catarina

Selo Digital de Fiscalização

Selo normal

CZV23466-CEUL

Confira os dados do ato em:

selo.tjsc.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAQUINADO DE DIGITOS E FOTOS

Fernando Muniz Rosa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ESCRIVANIA DE PAZ
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Daniele Dias Ganesini
Oficial Titular

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.399.148-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 04/DEZ/1998

NOME: FERNANDO MUNIZ ROSA

FILIAÇÃO: ALCEU WALTRICK ROSA
ROSA MARIA MUNIZ ROSA

NACIONALIDADE: SÃO JOSÉ DO CERRITO SC DATA DE NASCIMENTO: 30/NOV/1979

C. NASC: 9794 L. A. 4. EL. 78
CART. LACES

CPV: 028.588.689/44

SC: 028.588.689/44

ASSINATURA DO DIRETOR: *Malinverni*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Daniele Dias Ganesini - Oficial
Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242 1067
e-mail: cartoriodiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 007382

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.146, de 26/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 03 de junho de 2016
Em testemunho da verdade
Dps

Danesini

DANIELLE DIAS GIANESINI Escrivã de Paz
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,55 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD81080-KKYE

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Daniele Dias Ganesini
Oficial Titular



ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSE DO CERRITO - Danielle Dias Giancesini - Oficial
Titular: Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartoriodiasgiancesini@gmail.com
AUTENTICAÇÃO 007382
Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 25/04/1940)
SÃO JOSE DO CERRITO, 03 de junho de 2015
Em testemunho da verdade
Obs: *D. Giancesini*
DANIELLE DIAS GIANESINI-Escrivã de Paz
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,55 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma DXD81081-KRY5
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSE DO CERRITO - Danielle Dias Giancesini - Oficial Titular



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **716.011.049-87**

Nome da Pessoa Física: **CIRLEI RODRIGUES MUNIZ**

Data de Nascimento: **21/11/1968**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:13:22** do dia **01/06/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C29F.3F4C.3E28.3959**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **194.666.769-20**

Nome da Pessoa Física: **ANTONIO ROGERIO DE SOUZA**

Data de Nascimento: **15/11/1948**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:38:06**: do dia **02/06/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **BFC1.16B4.3FDD.FAB4**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **347.869.889-87**

Nome da Pessoa Física: **LUIZ CARLOS COSTA MOREIRA**

Data de Nascimento: **03/07/1958**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:18:49** do dia **01/06/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **7571.EFD9.6CE3.0F46**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **028.588.689-48**

Nome da Pessoa Física: **FERNANDO MUNIZ ROSA**

Data de Nascimento: **30/11/1979**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **05/11/1997**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:10:37** do dia **01/06/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C296.AA2D.0789.31DE**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **033.442.539-56**

Nome da Pessoa Física: **ELIZANGELA CORREA MUNIZ RAMOS**

Data de Nascimento: **25/11/1980**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **28/04/1999**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:19:36** do dia **01/06/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **A883.4578.CC98.1DCB**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO ACERCA DA PROGRAMAÇÃO RÁDIO CORAÇÃO DA SERRA - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

Aos vinte dias do mês de abril de 2015, na sede da Rádio Coração da Serra, São José do Cerrito, reunidos em Sessão Ordinária, as entidades integrantes do Conselho Comunitário, por intermédio de seus representantes, efetuaram a análise e os devidos comentários sobre a programação diária da rádio comunitária, resultando no presente Relatório. Os presentes entenderam por bem descrever e comentar, sucintamente, a programação da emissora: 1. **De Segunda a Sextas-feiras: Período: Manhã** – tem a seguinte programação: Programa - Raíz Sertaneja – Adenir da Graça – Das 6:00 às 08:00h - um programa voltado ao público adulto da cidade e do interior, com músicas sertanejas, gaúchas, nativistas, com atendimento de cartas e telefonemas dos ouvintes. 6:00h. - Abertura, 7:00h. Previsão do tempo, 7:30h. Comunicados e Avisos 1ª edição - Das 8:00h. às 12:00h. Programa De Bem com a Vida. Remy Antunes e Ingrid Carvalho - Programa de interatividade, informações, noticiários e comentários, além de muita música e participação dos ouvintes. 8:00h. Abertura; 8:30h. Previsão do tempo; 8:45h. Notícias da região, estado e país; 9:00h. Hora da profecia (programa religioso); 10:15h. Mensagem do dia; 11:00h. Dicas de saúde, beleza, culinária; 11:30h. Momento da família. Das 12:00h. às 13:00h. Programação musical. **Período: Tarde** – Programa Show da Tarde. Das 13:00h. às 17:00h. Alvadyr Fernandes - Programa para todas as idades, abrangendo cidade e interior, com músicas variadas, além de dicas, informações, entretenimento e a participação dos ouvintes. 13:30h. Comunicados e Avisos 2ª edição; 14:15h. Dose dupla, 14:30h. Homenagem aos aniversariantes; 14:45h. Previsão do tempo; 15:00h. Informação de saúde; 15:15h. dicas gerais e curiosidades do dia; 15:30h. Notícias (As quentinhas da tarde); 16:00h. Quadro da Saudade; 16:30h. Mensagem do dia. Observação: Segunda - feira 13:00h. A Voz da Extensão (Epagri); terça, quarta e sexta 13:00h. Coração no Esporte; Sexta - feira 14:00h. Câmara dos Vereadores (Sessão solene ao vivo). Programa Desfile Sertanejo. Das 17:00h. às 19:00h. Eli Ribeiro - Programa musical de conteúdo sertanejo com humor, informação e interatividade, direcionado ao ouvinte da cidade e interior. Segunda e sexta feira 18:00h às 18:30h. Oração da Ave Maria. 19:00h. Voz do Brasil- **Período: Noturno** – Programa Noite à Fora. Das 20:00h às 22:00h. Antonio Rogério de Souza - Programa musical, direcionado ao público rural e urbano com a participação dos ouvintes. 20:00h. Abertura; 21:00h. Comunicados e avisos 3ª edição; 22:00h Encerramento. **Aos sábados** - tem a seguinte programação: Programa - Raíz Sertaneja – Adenir da Graça – Das 6:00 às 08:00h - um programa voltado ao público adulto da cidade e do interior, com músicas sertanejas, gaúchas, nativistas, com atendimento de cartas e telefonemas dos ouvintes. 6:00h. - Abertura, 7:00h. Previsão do tempo, 7:30h. Comunicados e Avisos 1ª edição - Das 8:00h. às 12:00h. Programa De Bem com a Vida com Ingrid Carvalho - Programa de interatividade, informações, noticiários e comentários, além de muita música e participação dos ouvintes. 8:00h. Abertura; 8:30h. Previsão do tempo; 8:45h. Notícias da região, estado e país; 9:00h. Hora da profecia (programa religioso); 10:15h. Mensagem do dia; 11:00h. Dicas de saúde, beleza, culinária; 11:30h. Momento da família; 12:00h às 15:00h - Programação musical; 15:00h. às 18:00h. Programas Religiosos (Evangélicos). 19:00h - Sábado Sertanejo com o Adenir da Graça; 22:00h. Encerramento - **Aos domingos** 7:30h. Programa Domingo musical – Antonio Rogério Souza; 9:00h. Transmissão missa Paróquia São Pedro; 10:00h. Programa Domingão do Coração - Alvadyr Fernandes;



13:00h às 20:00h. – Programação musical – 20:00h Programa Sertanejo - Antonio Rogério de Souza; 22:00h. Encerramento da programação. Observamos que a programação está dentro das possibilidades estruturais da emissora e de acordo com o gosto dos ouvintes, até pela grande participação dos mesmos nas programações. Também percebemos que devemos sempre em conjunto com a Direção e colaboradores da rádio, estar ajustando para que a programação seja de interesse público dos ouvintes, que ela se direcione mais para a informação e o jornalismo. A Direção da Rádio se compromete em estar sempre buscando melhorias, proporcionando treinamento a seus colaboradores e também zelando por seus equipamentos. Nada mais havendo a tratar, vai o presente relatório assinado por todos os conselheiros, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.



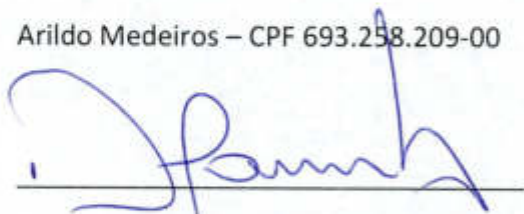
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Cerrito

Darceu Correa - CPF 255.622.400-25



Clube de Dirigentes Lojistas de São José do Cerrito

Arildo Medeiros – CPF 693.258.209-00



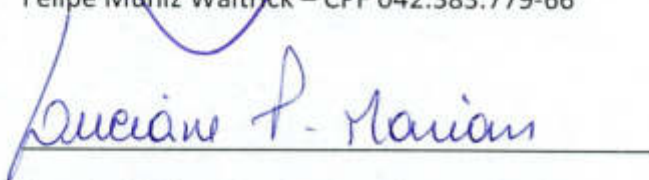
Associação de Agricultores de Paredão São José do Cerrito

Darceu José de Oliveira Gonçalves – CPF 949.089.239-49



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de São José do Cerrito

Felipe Muniz Waltrick – CPF 042.383.779-66



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José do Cerrito

Luciane Perdoná Marian – CPF 022.119.839-36



ETIQUETA PARA
FECHAMENTO



75240283-8

FC0316/10

47 x 74mm

Carimbo



SEDEX

AR ☒ MP ☐

PESO (kg)

0.309

MANDOU, CHEGOU.

DJ 38203463 3 BR



DESTINATÁRIO / Recipient

Ministério das Comunicações - Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária		TELEFONE / Phone number	
ENDERECO / Address		(61) 2021-6281	
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
70044-900	Brasília	DF	Brasil

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
Associação Cultural e Comunitária SJ Corinto		(49) 3242-1535	
ENDEREÇO / Address			
Rua Vidal Gregório Pereira nº 15, Centro			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
88570000	São José do Corinto	SC	Brasil



"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"



DEVOLUÇÃO / Return (CN15)	
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente (Insufficient Address)
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number)
<input type="checkbox"/> Não procurado (Uncollected)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)	
Tentativas de entrega (delivery attempts)	
1° / / às 2° / / às 3° / / às	
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided for doorman or condo manager)	
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / / (Reinstated to service post)	
Data: / / Responsável: _____	

delq_envolpe_plastico_2_grande_vermel_1_2014_765000644_convencional_00x030mm

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 19412/2015/SEI-MC

Processo nº: **53900.017133/2015-22**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **Associação Cultural E Comunitária de Sao José do Cerrito** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Cerrito / SC**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Norma nº. 1/2011	Subitem 20.3, alínea "d"	Estatuto social adequado aos subitens 8.2 e 8.3.	<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina a Norma 1/2011, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>a. O artigo 8º do estatuto social está em contrariedade com o subitem 8.3, alínea "h" da Norma 1/2011. A Assembleia Geral Extraordinária deverá ser convocada com no mínimo 1/5 dos associados.</p> <p>b. O estatuto deverá apresentar a competência do cargo de Suplente, conforme subitem 8.2, alínea "h" da Norma 1/2011; já que esse é um dos diretores, tendo como base a ata de eleição e estatuto social art. 11.</p> <p>c. Indicar que constitui o Conselho Comunitário nos termos da Lei 9.612/98, visto que a entidade é contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.</p>

		Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.
--	--	---

Observação: A entidade deverá apresentar o estatuto consolidado, e eventuais alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Armando Araujo Guimaraes, Técnico de Nível Superior**, em 27/08/2015, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0687835** e o código CRC **A55CC8BB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 28026/2015/SEI-MC

Brasília, 27 de agosto de 2015

À Senhora
Cirlei Rodrigues Muniz
Representante Legal da Associação Cultural E Comunitária de São José do Cerrito
Rua Vidal Gregório Pereira, 75, Centro.
88.570-000 / São José do Cerrito – SC

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.017133/2015-22.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19412/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/09/2015, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0687939** e o código CRC **53D38A8A**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

SCE/CGRC
Of. nº 28026/2015/SEI-MC, 27 de agosto de 2015
53900.017133/2015-22
CIRLEI RODRIGUES MUNIZ
Associação Cultural E Comunitária de São José do Cerrito
Rua Vidal Gregório Pereira, 75, Centro.
88.570-000 São José do Cerrito – SC

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Cirlei R. Muniz

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

02/10/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT


João Jo. Couto
Mat. 8.702.212-3
Agente de Correios - L
AC São José do C

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FD-0013-0

FD-0013 / 15

114 x 126 mm

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	JO 39754963 5 BR								
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGÊNCIA MINISTOM	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>					1	2	3	:	h
1	2	3									
:	h	:									
PREENCHER COM LETRA DE FORMA											
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR Serviço Público											
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE Ministério da Justiça											
CIDADE / LOCALITE Brasília											
UF BRASIL											
70044-900											

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E OUTROS PAPÉIS.
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.



COMARCA DE LAGES
SANTA CATARINA

Rita Maria Rosa Ramos

OFICIAL

Ariane Ramos Martendal

OFICIAL SUBSTITUTA

REGISTRO: da 3ª Alteração do ESTATUTO da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO.

REQUERENTE: CIRLEI RODRIGUES MUNIZ.

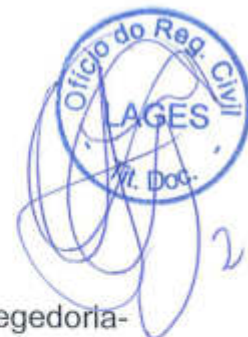
Autuação

AOS VINTE E OITO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE NESTA CIDADE DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA, À RUA SANTA CRUZ, 123, EM CARTÓRIO AUTUO OS DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUEM E FIZ ESTE TERMO.

EU

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta

OFICIAL SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS, OUTROS PAPÉIS E DE PESSOAS JURÍDICAS, O SUBSCREVI E ASSINO.



EXTRATO DO ESTATUTO

Em cumprimento ao disposto no Artigo 694 do CNFEJ da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, apresentamos o presente extrato do Estatuto Social da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito.

1. Denominação, Fundo Social (patrimônio) quando houver, fins e sede da Associação, com o endereço completo, bem como tempo de sua duração:

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro na Rua Vidal Gregório Pereira, nº 75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito – SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

- a) Promover atividades educacionais e de formação geral;
- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- c) Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- d) Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- e) Manter convênios e/ ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- f) Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- g) Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- h) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- i) Execução de Serviços de Radiofusão Comunitária.

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma Assembleia Geral.

2. Modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente:

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;
- b) Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;
- c) Responder em juízo pela Entidade;

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25005



- d) Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.

Parágrafo único – Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma AG e houver em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria Executiva, a AG escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.

Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Art. 16º - Caberá ao Secretário:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou vídeo-sonora (imagens e áudio) da Entidade;
- c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;
- d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;
- e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;
- f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item "e", do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

Art. 18º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiofusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

3. Se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante a administração, e de que modo:

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085



Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) **Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;**
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

4. Se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais:

Art. 29º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

5. Condições de extinção da pessoa jurídica, e neste caso, o destino do seu patrimônio:

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma Assembleia Geral.

Art. 31º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade Congênere.

6. Nome dos fundadores, ou instituidores e dos membros da diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como nome e residência do apresentante dos exemplares:

Membros da Diretoria Executiva:

- Presidente - Cirlei Rodrigues Muniz, brasileira, casada, contadora, residente e domiciliada na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC.

Vice-Presidente - Antonio Rogério de Souza, brasileiro, viúvo, aposentado, residente e domiciliado na rua João de Deus Rosa, s/n, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085



Secretário - Luiz Carlos Costa Moreira, brasileiro, casado, professor residente e domiciliado na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito – SC.

Tesoureiro - Fernando Muniz Rosa, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na rua João Francisco da Silva Mota, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC.

Diretora de Operações - Elizangela Correa Muniz Ramos, brasileira, casada, bancária, residente e domiciliada na rua Manoel Joaquim Correa, s/n, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC.

Conselho Fiscal:

Conselheiro Efetivo - Antonio Carlos de Souza Correa, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Santo Antonio dos Pinhós, Interior, São José do Cerrito – SC.

Conselheiro Efetivo - Marcio Machado Rosa, brasileiro, solteiro, motorista residente e domiciliado na localidade de Araçá, Interior, São José do Cerrito – SC.

Conselheira Efetiva - Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliada na rua João de Deus Rosa, s/n, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC.

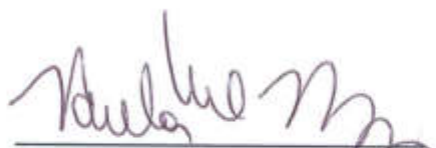
Conselheiro Suplente - Adenir de Souza Moreira, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na rua Anacleto da Silva Ortiz, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC.

Conselheira Suplente - Antonia Ribeiro Rodrigues, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada na localidade de Mineiros, Interior, São José do Cerrito – SC.

Conselheiro Suplente - Carlos José Ramos, brasileiro casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Santo Antonio dos Pinhós, Interior, São José do Cerrito, SC.

7. Nome e número da OAB do advogado que visou o contrato constitutivo de pessoa jurídica.

Paula Mariana Correa Muniz
OAB n.º 25.085


Paula Mariana Correa Muniz
OAB n.º 25.085

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITARIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO



ESTATUTO SOCIAL - 3ª Alteração

CAPITULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADES

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro na Rua Vidal Gregório Pereira, nº 75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito – SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

- a) Promover atividades educacionais e de formação geral;
- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- c) Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- d) Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- e) Manter convênios e/ ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- f) Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- g) Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- h) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- i) Execução de Serviços de Radiofusão Comunitária.

CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 3º - Pode filiar-se a Associação qualquer pessoa física, maior de 16 anos, que esteja engajado e/ ou que pertença aos quadros de entidades, movimentos e organizações populares no município, tais como Movimento de Mulheres Agricultoras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Credicaru,

Imoreira

RAA

Racinele

Antônio
CSB



Igrejas, Pastorais Sociais, Associação da Casa Familiar Rural, Associações Comunitárias e de Agricultores, entre outras. Também podem filiar-se a essa Associação essas mesmas entidades, movimentos e organizações populares como pessoas jurídicas. É condição única que qualquer pretendente a ingressar na Associação concorde com as regras do presente Estatuto, seja apresentado por outro sócio e aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entidade, movimento ou organização de caráter popular todas as organizações (legalizados juridicamente ou não) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil local; que atuem com vistas elevação do nível social, econômico, cultural, e de cidadania da população; que tenham praticas sociais preferenciais com a camada mais excluída e que disponham de algum tipo de fiscalização e controle por parte das sociedades.

Parágrafo Segundo: No caso de sócios estarem representando suas respectivas entidades jurídicas e também serem associados como pessoas físicas – somente neste caso excepcional – terão direito a 02 (dois) votos nas Assembleias da entidade.

Art. 4º - O quadro de associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito será formado por 03 (três) categorias de sócios:

- a) Sócio-Fundadores – Aqueles que assinaram a ata da Assembleia de Fundação da entidade;
- b) Sócio-Contribuintes – Aqueles que se integrarem aos quadros da entidade após sua fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida na Assembleia Geral;
- c) Sócio-Beneméritos – Aqueles que receberem este titulo da Assembleia Geral, por reconhecimento e relevante contribuição ou serviços prestados a Entidade;

Parágrafo único – A Contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela Assembleia Geral, em forma de anuidade.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 5º - São direitos de todos os associados:

- a) Ter voz e voto na Assembleia Geral;
- b) Propor Diretoria e demais órgãos da Entidade, medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Fará para da Diretoria os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 21 anos ou emancipados;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito.

ERamos



Parágrafo único – O direito a voto na Assembleia Geral ou em qualquer outro órgão do qual o associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Art. 6º - São deveres dos associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da Assembleia Geral e/ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidades ou falhas que eventualmente venham a constar, denunciando-as nos fóruns devidos;
- e) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como o Código de Ética da Entidade.

CAPITULO III – DOS ÓRGÃOS DA ENTIDADE

Art. 7º - São órgãos permanentes da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética.

Art. 8º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Entidade, dela podendo participar todos os associados em dia com as obrigações financeiras.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral, reunir-se á ordinariamente uma vez por ano, em data, local e horário por ela própria determinados, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Parágrafo Segundo – A convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário (AGE) deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital afixado na sede da Entidade, publicação na rádio comunitária, envio de convite com o edital a todos os associados, onde deverão constar obrigatoriamente local, data, horário e pauta.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral Ordinária (AGO) será sempre dirigida pelos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) será dirigida pelos dirigentes do órgão que a convocou, salvo proposta em contrário aprovada pela maioria dos participantes. No caso de convocação ser feita por 1/3 (um terço) dos associados a Mesa Diretora será eleita na própria Assembleia.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Handwritten signature: Paula Muniz

Handwritten signature: Imovino

Handwritten signature: RACMILLES

Handwritten signature: G. Romanos

Handwritten signature: J. J.

Handwritten mark: X



Parágrafo Quinto – A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados quites com suas obrigações financeiras e, nas seguintes convocações, 30 minutos após, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 10º - A Assembleia Geral adotará obrigatoriamente o regime de voto secreto:

- a) Nas eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando houver mais de uma chapa concorrendo;
- b) Na substituição parcial da Diretoria Executiva, quando houver mais de um candidato para um só cargo; e na substituição total, quando houver mais de uma chapa;
- c) Nas votações para exclusão ou readmissão de sócio(a);
- d) Nos casos em que a própria Assembleia Geral, por vontade da maioria, julgar conveniente.

Antônio LSG



Art. 11º - A Diretoria Executiva será composta pelo(a) Presidente, Vice-Presidente, 01 (um) Secretário(a), 01 (um) Tesoureiro(a) e (01) um Diretor de Operações, eleito em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – São membros efetivos da Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – No caso de vacância simultânea ou consecutiva dos cargos de presidente e vice-presidente, os demais membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Ética, ou ambos, deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para as devidas substituições.

Parágrafo Terceiro – A Diretoria poderá ser substituída a qualquer momento, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados em Assembleia Geral (AG) especialmente convocada para este fim, como também poderá ser afastada de suas atividades no todo ou em parte, em caso de incúria, diante de comprovação de atos que comprometam os objetivos, a imagem ou a ética da Entidade ou que desvirtue suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Quarto – Para efeito do que trata o Parágrafo Terceiro deste Artigo será considerada incúria, entre outros, os casos de 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas reuniões da Diretoria, a cada ano, sem justificativa aceita pelos demais membros e devidamente lavrada em ata, bem como a comprovada inaptidão para o cargo.

Parágrafo Quinto – Poderá haver reeleição para o mesmo cargo para mais um mandato da Diretoria Executiva.

Art. 12º - Cabe Diretoria Executiva, coletivamente:

- Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos da Entidade e a execução de deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- Preparar propostas de pauta para a AGO ou AGE que venha a convocar, bem como relatórios a serem submetidos mesma;
- Autorizar despesas e deliberar sobre questões administrativas em geral, exceto aquelas de competência exclusiva da AG;
- Convocar AGE;
- Indicar um de seus membros ou do Conselho de Ética para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente ou nos casos em que julgar conveniente;
- Elaborar relatório anual, incluindo contas, atividades, realizações e atos administrativos, para serem submetidos AG e demais órgãos;

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



g) Encaminhar AG os pedidos de filiações abonadas por associados;

Parágrafo único – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por 02 (dois) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

CAPÍTULO IV – DA DIREÇÃO

Art. 13º - Caberá a cada diretor, individualmente:

- Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas perante a Diretoria ou qualquer outro órgão da Entidade;
- Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria.

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

- Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;
- Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;
- Responder em juízo pela Entidade;
- Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Handwritten signature

Parágrafo único – Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma Assembleia Geral e houver em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria Executiva, a Assembleia Geral escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.

Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

- Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Handwritten signature

Handwritten signatures and initials: P. P. P., F. A. M., E. R. A. M. S., and others.



Art. 16º - Caberá ao Secretário:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da Assembleia Geral (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou vídeo-sonora (imagens e áudio) da Entidade;
- c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;
- d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;
- e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;
- f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item “e”, do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 18º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiofusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Art. 19º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, com a data da eleição

Erramos



concomitante com a da Diretoria Executiva, sendo renovados no mínimo dois terços (2/3) dos efetivos.

Art. 20º - O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade.

Parágrafo Primeiro – Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo – Os membros suplentes poderão substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo Terceiro – Em caso de constatação de irregularidades nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Ética ou Assembleia Geral Extraordinária para propor suspensão ou destituição parcial ou total dos membros da Diretoria, conforme o caso.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 21º - O Conselho de Ética é o órgão responsável em primeira mão pela observância da ética em todas as atividades da Associação e será composto por 07 (sete) membros escolhidos em Assembleia Geral, tendo por finalidade:

- Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção na Associação, o fiel cumprimento das normas do Código de Ética da Entidade, bem como o conjunto de normas do presente Estatuto;
- Fiscalizar o trabalho da Diretoria Executiva, impedindo, quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da entidade;
- Apreciar e deliberar sobre questões éticas decorrentes dos trabalhos da Associação, incluindo sua emissora de rádio comunitária;
- Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação a seus objetivos permanentes;
- Propor AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, quando necessário.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Paula Mariana

Imparcial

Conselho

EMRamos

CSG

fb

A



Art. 22º - Os membros do Conselho de Ética serão escolhidos dentre os sócios da entidade que estiverem em dia com suas obrigações.

Art. 23º - O Conselho de Ética reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que a Direção achar conveniente, quando convocado pelo Conselho Fiscal ou por no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios da Entidade.

Art. 24º - O Conselho de Ética terá mandato de 02 (dois) anos e elegerá uma direção própria, composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e 01 (um) Suplente.

Parágrafo Primeiro – O Secretário, na ausência ou impedimento do Presidente, será seu substituto. Neste caso o Suplente assumirá o lugar do Secretário em caso de vacância definitiva de um de seus membros.

Parágrafo Segundo – O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo Terceiro – O Secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da Direção, preparará edital e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo Quarto – Os membros que ocupam cargo de direção no Conselho de Ética poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto – A Direção do Conselho de Ética reunir-se-á sempre que julgar conveniente, por convocação de qualquer de seus membros, e deliberará por maioria absoluta.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 25º - O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário deverá reunir-se no mínimo uma vez ao ano para cumprir as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de Radiodifusão, devendo elaborar relatório resumido, contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Art. 26º - Qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Conselho Comunitário não serão, em qualquer hipótese, remunerados.

Imoreira

Rafael

Erilanes

fb

D

CAPÍTULO VII – DAS RECEITAS E SUA DESTINAÇÃO



Art. 27º - A receita da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito advirá das seguintes fontes:

- a) Da contribuição regular dos associados (anuidades);
- b) Da contribuição especial de qualquer pessoa física ou jurídica, a título de doação;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De recursos provenientes de convênios, contratos, aplicações e prestação de serviços;
- e) De promoções festivas e culturais realizadas pela própria Associação ou em parceria com outras;
- f) Do apoio financeiro de Entidades de Cooperação a projetos específicos, seja em nível estadual, nacional ou internacional;
- g) De bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- h) Do aluguel de imóveis e juros de títulos ou depósitos.

Art. 28º - A destinação das receitas da Entidade obedecerá as seguintes prioridades:

- a) Salários e encargos de funcionários;
- b) Impostos e taxas diversas (água, luz, telefone, etc.);
- c) Custos de material de expediente, manutenção de equipamentos e cursos de capacitação;
- d) Ressarcimento de despesas da Direção Executiva em momentos pontuais, com passagens, alimentação e estadia, fora do município;
- e) Custos com assessoria técnica especializada, assessoria jurídica e assessoria contábil;
- f) Investimento em equipamentos, infraestrutura e material promocional da Entidade;
- g) Outros.

Art. 29º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

CAPÍTULO VIII – DA DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E SUA POSSÍVEL DISSOLUÇÃO

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma Assembleia Geral.

Imoreira

Antonio BSC

JB

Δ

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085



Art. 31º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade Congênere.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32º - O nome fantasia da emissora de rádio da Associação será: **Rádio Coração da Serra FM**.

Art. 33º - Questões omissas ao presente Estatuto serão resolvidas temporariamente pela Diretoria Executiva vigente, até que futuras mudanças no referido instrumento possam ser efetivadas em Assembleia Geral.

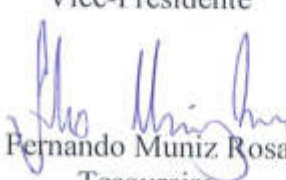


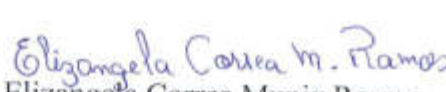
São José do Cerrito, SC, 22 de outubro de 2015.


Cirlei Rodrigues Muniz
Presidente


Antônio Rogério de Souza
Vice-Presidente



Luiz Carlos da Costa Moreira
Secretário


Fernando Muniz Rosa
Tesoureiro


Elizângela Correa Muniz Ramos
Diretora de Operações


Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller
Conselheira Fiscal


Antônio Carlos de Souza Correa
Conselheiro Fiscal


Carlos José Ramos
Conselheiro Fiscal

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini - Oficial Titular
Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito/SC - CEP - 88.570-000
Fone/Fax: (49) 3242 1067 E-mail: carteriodiasganesini@gmail.com

RECONHECIMENTO 027854

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de:
1) CIRLEI RODRIGUES MUNIZ

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 28 de outubro de 2015
Em testemunho da verdade

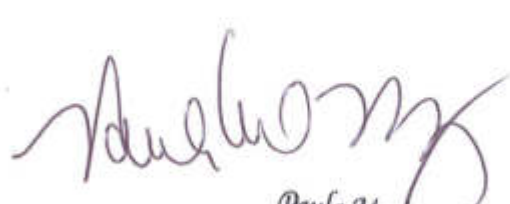

SANDRA BATISTA WIGGERS-Escritora notarial

Emolumentos: R\$ 2,56 + selo: R\$ 1,85 - Total: R\$ 4,41

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBQ80046-SVBA

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br




Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Nominata da Associação Cultural e Comunitária Rádio Coração de São José do Cerrito



Membros da Diretoria Executiva:

Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, expedida em 03/12/2010 SSP/SC, contadora.

Antonio Rogério de Souza - Vice-Presidente, residente na rua João de Deus Rosa, s/n, bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, viúvo, brasileiro, nascido em 15/11/1948 em São José do Cerrito, SC, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.2044, expedida em 28/10/2003, SSP/SC, aposentado.

Luiz Carlos Costa Moreira - Secretário, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88.570-000 casado, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, expedida em 16.08.1995, SSP/SC, professor.

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro, residente na rua João Francisco da Silva Mota, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, casado, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, expedida em 04/12/1998, SSP/SC, contador.

Elizangela Correa Muniz Ramos – Diretora de Operações, residente na rua Manoel Joaquim Correa, s/n, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, expedida em 12/11/1999, SSP/SC, bancária.

Conselho Fiscal:

Antonio Carlos de Souza Correa - Conselheiro Efetivo, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos, Interior, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, solteiro, brasileiro, nascido em 26/06/1958 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 387.076.329-91, RG 1.063.643-9 expedida em 07/03/1979, SSP/SC, agricultor.

Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller – Conselheira Efetiva, residente na rua João de Deus Rosa, s/n, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, viúva, brasileira, nascida em 21/05/1977 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 027.032.529-86, RG 4.168.999, expedida em 25/02/1997, agricultora.

Carlos José Ramos – Conselheiro Suplente: residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos, Interior, São José do Cerrito, SC, CEP 88.570-000, casado, brasileiro, nascido em 30/10/1968 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0 expedida em 11/05/2001, SSP/SC, agricultor.



CERTIDÃO

CERTIFICO, que nesta data em cumprimento ao requerimento de CIRLEI RODRIGUES MUNIZ, Presidente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, faço neste Ofício o Registro e ENTREGA da 3ª Alteração do Estatuto.

O referido é verdade o que dou fé.
Lages SC, 28 de Outubro de 2015.

ARIANE RAMOS MARTENDAL
Oficial Substituta.

Estado de Santa Catarina
Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - 49 3222 0777 -
rtdlages@gmail.com

Certidão de 1ª Averbação em Registro de P. Jurídicas

Protocolo: 006798	Data: 28/10/2015	Qualidade: Integral
Registro Origem: 001269	Data: 21/07/1997	Livro: A-008 Folha: 000

Apresentante: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO
Emolumentos: Registro: R\$27,60, Selos: R\$3,10, FRJ: R\$0,00 - Total R\$30,60 -
Recibo nº: 176076
**Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - EBR33066-RWPF,
EBR33067-H2T8**

Dou fé, LAGES - 28 de outubro de 2015

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta



Rita Maria Rosa Ramos
OFICIAL
Ariane Ramos Martendal
Oficial Substituta
LAGES - SC

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

CNPJ: 02.075.621/0001-60

Endereço: Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro - São José do Cerrito - SC



Ata de Assembleia Extraordinária

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Diretoria e os associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, na sede da Rádio Coração da Serra, para atendendo a convocação do Edital nº 02/2015, realizar a Assembleia Geral Extraordinária, com a seguinte ordem do dia: **01- Alteração do artigos 8º e 11º; 02 – Indicação da constituição do Conselho Comunitário; 03 - Adequação na numeração dos artigos** - após a apresentação e esclarecimentos pela Presidente Cirlei, foi aprovado por todos as alterações e a inclusão. **Ordem do dia: 01** - O Estatuto Social será alterado nos artigos que passaram ter a seguinte redação: **Art. 8º** - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Entidade, dela podendo participar todos os associados em dia com as obrigações financeiras. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral, reunir-se á ordinariamente uma vez por ano, em data, local e horário por ela própria determinados, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados. **Parágrafo Segundo** – A convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário (AGE) deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital afixado na sede da Entidade, publicação na rádio comunitária, envio de convite com o edital a todos os associados, onde deverão constar obrigatoriamente local, data, horário e pauta. **Parágrafo Terceiro** – A Assembleia Geral Ordinária (AGO) será sempre dirigida pelos membros da Diretoria Executiva. **Parágrafo Quarto** – A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) será dirigida pelos dirigentes do órgão que a convocou, salvo proposta em contrário aprovada pela maioria dos participantes. No caso de convocação ser feita por 1/3 (um terço) dos associados a Mesa Diretora será eleita na própria Assembleia. **Parágrafo Quinto** – A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos

associados quites com suas obrigações financeiras e, nas seguintes convocações, 30 minutos após, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados. **Art. 11º** - A Diretoria Executiva será composta pelo (a) Presidente, Vice-Presidente, 01 (um) Secretário(a), 01 (um) Tesoureiro(a) e (01) um Diretor de Operações, eleito em Assembleia Geral.

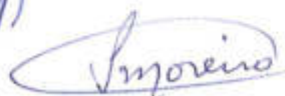
Parágrafo Primeiro – São membros efetivos da Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para mandato de 02 (dois) anos. **Parágrafo Segundo** – No caso de vacância simultânea ou consecutiva dos cargos de presidente e vice-presidente, os demais membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Ética, ou ambos, deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para as devidas substituições. **Parágrafo**

Terceiro – A Diretoria poderá ser substituída a qualquer momento, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados em Assembleia Geral (AG) especialmente convocada para este fim, como também poderá ser afastada de suas atividades no todo ou em parte, em caso de incúria, diante de comprovação de atos que comprometam os objetivos, a imagem ou a ética da Entidade ou que desvirtue suas finalidades estatutárias. **Parágrafo Quarto** – Para efeito do que trata o Parágrafo

Terceiro deste Artigo será considerada incúria, entre outros, os casos de 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas reuniões da Diretoria, a cada ano, sem justificativa aceita pelos demais membros e devidamente lavrada em ata, bem como a comprovada inaptidão para o cargo. **Parágrafo Quinto** – Poderá haver reeleição para o mesmo cargo para mais um mandato da Diretoria Executiva. **Ordem do dia: 02- Art.**

25º - O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. **Paragrafo Único** – O Conselho Comunitário deverá reunir-se no mínimo uma vez ao ano para cumprir as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de Radiodifusão, devendo elaborar relatório resumido, contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Ordem do dia: 03 - Adequação na numeração dos artigos - a numeração dos artigos, foram adequadas em razão das alterações ora efetuadas. O estatuto social ora aprovado e consolidado faz parte integrante da presente ata para todos os fins e efeitos. Nada mais a tratar foi encerrada a presente Assembleia, e lavrada a presente ata que após lida será assinada pela Diretoria Executiva.




E. Ramos



São José do Cerrito, SC, 22 de outubro de 2015.

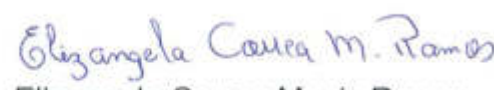



Cirlei Rodrigues Muniz
Presidente



Antonio Rogério de Souza
Vice-Presidente


Luiz Carlos da Costa Moreira
Secretário


Fernando Muniz Rosa
Tesoureiro


Elizangela Correa Muniz Ramos
Diretora de Operações

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giansini - Oficial Titular
Rua Amicleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito/SC - CEP - 98.570-000
Fone/Fax: (49) 3242.1067 E-mail: cartorioldiasgiansini@gmail.com
RECONHECIMENTO 027864
Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de:
1) CIRLEI RODRIGUES MUNIZ
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 28 de outubro de 2015
Em testemunho da verdade


SANDRA BATISTA WIGGERS - Escrevente notarial
Emolumentos: R\$ 2,55 + selo: R\$ 1,55 -- Total: R\$ 4,10
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBQ60041-Q15V
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giansini
Oficial Titular

Membros da Diretoria Executiva:



Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, expedida em 03/12/2010 SSP/SC, contadora.

Antonio Rogério de Souza - Vice-Presidente, residente na rua João de Deus Rosa, s/n, bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, viúvo, brasileiro, nascido em 15/11/1948 em São José do Cerrito, SC, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.2044, expedida em 28/10/2003, SSP/SC, aposentado.

Luiz Carlos Costa Moreira - Secretário, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88.570-000 casado, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, expedida em 16.08.1995, SSP/SC, professor.

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro, residente na rua João Francisco da Silva Mota, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, casado, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, expedida em 04/12/1998, SSP/SC, contador.

Elizangela Correa Muniz Ramos – Diretora de Operações, residente na rua Manoel Joaquim Correa, s/n, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, expedida em 12/11/1999, SSP/SC, bancária.

Estado de Santa Catarina

Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos

RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora

Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC. 88601-030 - 49 3222 0777 -

rtldiages@gmail.com

Certidão de 1ª Averbação em Registro de P. Jurídicas

Protocolo: 006797 Data: 28/10/2015 Qualidade: Integral

Registro Origem: 001269 Data: 21/07/1997 Livro: A-008 Folha: 000

Apresentante: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO

Emolumentos: Registro: R\$27,60, Selos: R\$3,10, FRJ: R\$0,00 - Total R\$30,60 -

Recibo nº: 176072

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - EBR33061-MQNK,

EBR33062-TT8A

Dou. 16, LAGES - 28 de outubro de 2015

Arlane Ramos Martendal - Oficial Substituta




PROCURAÇÃO

Outorgante(s): ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 02.075.621/0001-60, com sede na Rua Vidal Gregório Pereira, 75 CEP 88.570-000 no município de São José do Cerrito, representada neste ato por sua Presidente **CIRLEI RODRIGUES MUNIZ**, CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317.

Outorgado(s): **JOÃO CARLOS SANTIN**, brasileiro, Divorciado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 9377-B, com escritório na Rua Ângelo Dias, 207 Sala 31, Centro, Blumenau-SC, fone/fax (047) 3037-2877.

Poderes: Os poderes gerais *ad judicium* e os que necessários forem para promover ou contestar ações, perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive a Justiça do Trabalho, e os especiais para transigir, desistir, variar de ações, fazer acordos, firmar compromisso, receber e dar quitação, prestar compromisso e declarações de Inventariante, receber citação, prestar declaração de pobreza e postular o Benefício da Assistência Judiciária Gratuita - AJG, nos termos da Lei 1.060/50, requerer Alvarás, ratificar Termos de Cessão de Direitos Hereditários e tudo o mais para o implemento de seus direitos e interesses, principalmente para, em conjunto ou separadamente, promover a defesa de seus interesses nos autos do processo administrativo nº 53900.017133/2015-22 com tramite no Ministério das Comunicações.

Blumenau / São Jose do Cerrito, 28 de Outubro de 2015.



CIRLEI RODRIGUES MUNIZ
Presidente
CPF 716.011.049-87

Associação Cultural e Comunitária São José do Cerrito

CNPJ: 02.075.621/0001-60

Endereço: Rua Vidal Gregório Pereira, 75 – Centro

São José do Cerrito - SC

Assunto: Ofício nº 28026/2015 e Nota Técnica nº 19412/2015/SEI-MC

Conforme solicitação feita através da Nota Técnica citada acima e processo nº 53900.017133/2015-22 segue em anexo o Estatuto com as alterações solicitadas.

Atenciosamente,


Cirlei Rodrigues Muniz

Representante Legal

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 05/11/15 às 14:00
Assinatura: Pencicão

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Grossini
Oficial Titular



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E OUTROS PAPÉIS
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

COMARCA DE LAGES
SANTA CATARINA

Rita Maria Rosa Ramos

OFICIAL

Ariane Ramos Martendal

OFICIAL SUBSTITUTA

REGISTRO: da 3ª Alteração do ESTATUTO da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO.

REQUERENTE: CIRLEI RODRIGUES MUNIZ.

Autuação

AOS VINTE E OITO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE NESTA CIDADE DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA, À RUA SANTA CRUZ, 123, EM CARTÓRIO AUTUO OS DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUEM E FIZ ESTE TERMO.

EU

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta

OFICIAL SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS, OUTROS PAPÉIS E DE PESSOAS JURÍDICAS, O SUBSCREVI E ASSINO.

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioldiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 29.04.1940)

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015

Em testemunho da verdade

Obs:

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escriva Substituto

Emolumentos: R\$ 2,76 + selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60109-JMNW

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

EXTRATO DO ESTATUTO

Em cumprimento ao disposto no Artigo 694 do CNFEJ da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, apresentamos o presente extrato do Estatuto Social da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito.

1. Denominação, Fundo Social (patrimônio) quando houver, fins e sede da Associação, com o endereço completo, bem como tempo de sua duração:

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro na Rua Vidal Gregório Pereira, nº 75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito – SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

- a) Promover atividades educacionais e de formação geral;
- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- c) Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- d) Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- e) Manter convênios e/ ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- f) Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- g) Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- h) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- i) Execução de Serviços de Radiofusão Comunitária.

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma Assembleia Geral.

2. Modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente:

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;
- b) Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;
- c) Responder em juízo pela Entidade;

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Giansini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasgiansini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28-04-1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015
Em testemunho da verdade
Obs.

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,66 - Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60110-ZE0C
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Amábil
ESCRIVANIA DE PAZ - MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giansini
Oficial Titular

- d) Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.

Parágrafo único – Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma AG e houver em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria Executiva, a AG escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.

Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Art. 16º - Caberá ao Secretário:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou vídeo-sonora (imagens e áudio) da Entidade;
- c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;
- d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;
- e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;
- f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item "e", do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

Art. 18º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiofusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

3. Se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante a administração, e de que modo:

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/n° - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 25/04/1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2016
Em testemunho da verdade

Obs:

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,65 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60111-NCH
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

AMABILE
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

Art. 9º Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) **Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;**
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

4. Se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais:

Art. 29º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

5. Condições de extinção da pessoa jurídica, e neste caso, o destino do seu patrimônio:

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma Assembleia Geral.

Art. 31º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade Congênere.

6. Nome dos fundadores, ou instituidores e dos membros da diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como nome e residência do representante dos exemplares:

Membros da Diretoria Executiva:

- **Presidente - Cirlei Rodrigues Muniz**, brasileira, casada, contadora, residente e domiciliada na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC.

Vice-Presidente - Antonio Rogério de Souza, brasileiro, viúvo, aposentado, residente e domiciliado na rua João de Deus Rosa, s/n, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085



EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 000074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28/04/1940)

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015

Em testemunho da verdade

Obs.

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituto

Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,55 -- Total: R\$4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ80112-010

Confira os dados do ato em: selo.tj.sc.jus.br

Amábil
ESCRIVANIA DE PAZ - MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

Secretário - Luiz Carlos Costa Moreira, brasileiro, casado, professor residente e domiciliado na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito – SC.

Tesoureiro - Fernando Muniz Rosa, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na rua João Francisco da Silva Mota, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC.

Diretora de Operações - Elizangela Correa Muniz Ramos, brasileira, casada, bancária, residente e domiciliada na rua Manoel Joaquim Correa, s/n, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC.

Conselho Fiscal:

Conselheiro Efetivo - Antonio Carlos de Souza Correa, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Santo Antonio dos Pinhós, Interior, São José do Cerrito – SC.

Conselheiro Efetivo - Marcio Machado Rosa, brasileiro, solteiro, motorista residente e domiciliado na localidade de Araçá, Interior, São José do Cerrito – SC.

Conselheira Efetiva - Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliada na rua João de Deus Rosa, s/n, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC.

Conselheiro Suplente - Adenir de Souza Moreira, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na rua Anacleto da Silva Ortiz, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC.

Conselheira Suplente - Antonia Ribeiro Rodrigues, brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada na localidade de Mineiros, Interior, São José do Cerrito – SC.

Conselheiro Suplente - Carlos José Ramos, brasileiro casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Santo Antonio dos Pinhós, Interior, São José do Cerrito, SC.

7. Nome e número da OAB do advogado que visou o contrato constitutivo de pessoa jurídica.

Paula Mariana Correa Muniz
OAB n.º 25.085


Paula Mariana Correa Muniz
OAB n.º 25.085

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1087
e-mail: carteriodiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Confira com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28/04/1964)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2019.
Em testemunho da verdade
Cos.

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escriva Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo. R\$ 1,66 - Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60113-ARH7
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br


ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

ESTATUTO SOCIAL - 3ª Alteração

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADES

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro na Rua Vidal Gregório Pereira, nº 75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito – SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

- a) Promover atividades educacionais e de formação geral;
- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- c) Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- d) Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- e) Manter convênios e/ ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- f) Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- g) Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- h) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- i) Execução de Serviços de Radiofusão Comunitária.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Pode filiar-se a Associação qualquer pessoa física, maior de 16 anos, que esteja engajado e/ ou que pertença aos quadros de entidades, movimentos e organizações populares no município, tais como Movimento de Mulheres Agricultoras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Credicaru,

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Ignorino

GRAMOS

PACINI

Antonio
BSB

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioldiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 29-04-1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015

Em testemunho da verdade
DLS

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escriva Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,56 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60114-MCCE
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

AMÁBIL
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

igrejas, Pastorais Sociais, Associação da Casa Familiar Rural, Associações Comunitárias e de Agricultores, entre outras. Também podem filiar-se a essa Associação essas mesmas entidades, movimentos e organizações populares como pessoas jurídicas. É condição única que qualquer pretendente a ingressar na Associação concorde com as regras do presente Estatuto, seja apresentado por outro sócio e aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entidade, movimento ou organização de caráter popular todas as organizações (legalizados juridicamente ou não) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil local; que atuem com vistas elevação do nível social, econômico, cultural, e de cidadania da população; que tenham praticas sociais preferenciais com a camada mais excluída e que disponham de algum tipo de fiscalização e controle por parte das sociedades.

Parágrafo Segundo: No caso de sócios estarem representando suas respectivas entidades jurídicas e também serem associados como pessoas físicas – somente neste caso excepcional – terão direito a 02 (dois) votos nas Assembleias da entidade.

Art. 4º - O quadro de associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito será formado por 03 (três) categorias de sócios:

- a) Sócio-Fundadores – Aqueles que assinaram a ata da Assembleia de Fundação da entidade;
- b) Sócio-Contribuintes – Aqueles que se integrarem aos quadros da entidade após sua fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida na Assembleia Geral;
- c) Sócio-Beneméritos – Aqueles que receberem este título da Assembleia Geral, por reconhecimento e relevante contribuição ou serviços prestados a Entidade;

Parágrafo único – A Contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela Assembleia Geral, em forma de anuidade.

Art. 5º - São direitos de todos os associados:

- a) Ter voz e voto na Assembleia Geral;
- b) Propor Diretoria e demais órgãos da Entidade, medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Fará para da Diretoria os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 21 anos ou emancipados;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Antônio BSG

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 89.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorio.diasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Compare com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 25/04/1940)

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2018

Em testemunho da verdade
Dss

Amabile

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,65 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60115-3AYF
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Amabile
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular



ESCRITÓRIO DE REGISTRO DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Gomes
Oficial Titular

Parágrafo único – O direito a voto na Assembleia Geral ou em qualquer outro órgão a qual o associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Art. 6º - São deveres dos associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da Assembleia Geral e/ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidades ou falhas que eventualmente venham a constar, denunciando-as nos fóruns devidos;
- e) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como o Código de Ética da Entidade.

CAPITULO III – DOS ÓRGÃOS DA ENTIDADE

Art. 7º - São órgãos permanentes da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 8º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Entidade, dela podendo participar todos os associados em dia com as obrigações financeiras.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral, reunir-se á ordinariamente uma vez por ano, em data, local e horário por ela própria determinados, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Parágrafo Segundo – A convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário (AGE) deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital afixado na sede da Entidade, publicação na rádio comunitária, envio de convite com o edital a todos os associados, onde deverão constar obrigatoriamente local, data, horário e pauta.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral Ordinária (AGO) será sempre dirigida pelos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) será dirigida pelos dirigentes do órgão que a convocou, salvo proposta em contrário aprovada pela maioria dos participantes. No caso de convocação ser feita por 1/3 (um terço) dos associados a Mesa Diretora será eleita na própria Assembleia.

Paula Muniz

Assinaturas: [Assinatura 1], [Assinatura 2], [Assinatura 3], [Assinatura 4], [Assinatura 5]

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 89.670.000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorio.diasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 25-04-1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO: 29 de outubro de 2016.
Em testemunho da verdade
Gbs.

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60116-47C9
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

ESCRITÓRIO DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRETO
Danielle Dias Gidresini
Oscar Thuan



Parágrafo Quinto – A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados quites com suas obrigações financeiras e, nas segundas convocações, 30 minutos após, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

Art. 10º - A Assembleia Geral adotará obrigatoriamente o regime de voto secreto:

- a) Nas eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando houver mais de uma chapa concorrendo;
- b) Na substituição parcial da Diretoria Executiva, quando houver mais de um candidato para um só cargo; e na substituição total, quando houver mais de uma chapa;
- c) Nas votações para exclusão ou readmissão de sócio(a);
- d) Nos casos em que a própria Assembleia Geral, por vontade da maioria, julgar conveniente.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to read 'Antonio CSG'.

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Compare com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015
Em testemunho da verdade
Dize

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,76 + selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$ 4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal BQ60117-R7BY
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Amábil
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

Art. 11º - A Diretoria Executiva será composta pelo(a) Presidente, Vice-Presidente, 01 (um) Secretário(a), 01 (um) Tesoureiro(a) e (01) um Diretor de Operações, eleito em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – São membros efetivos da Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – No caso de vacância simultânea ou consecutiva dos cargos de presidente e vice-presidente, os demais membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Ética, ou ambos, deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para as devidas substituições.

Parágrafo Terceiro – A Diretoria poderá ser substituída a qualquer momento, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados em Assembleia Geral (AG) especialmente convocada para este fim, como também poderá ser afastada de suas atividades no todo ou em parte, em caso de incúria, diante de comprovação de atos que comprometam os objetivos, a imagem ou a ética da Entidade ou que desvirtue suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Quarto – Para efeito do que trata o Parágrafo Terceiro deste Artigo será considerada incúria, entre outros, os casos de 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas reuniões da Diretoria, a cada ano, sem justificativa aceita pelos demais membros e devidamente lavrada em ata, bem como a comprovada inaptidão para o cargo.

Parágrafo Quinto – Poderá haver reeleição para o mesmo cargo para mais um mandato da Diretoria Executiva.

Art. 12º - Cabe Diretoria Executiva, coletivamente:

- Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos da Entidade e a execução de deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- Preparar propostas de pauta para a AGO ou AGE que venha a convocar, bem como relatórios a serem submetidos mesma;
- Autorizar despesas e deliberar sobre questões administrativas em geral, exceto aquelas de competência exclusiva da AG;
- Convocar AGE;
- Indicar um de seus membros ou do Conselho de Ética para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente ou nos casos em que julgar conveniente;
- Elaborar relatório anual, incluindo contas, atividades, realizações e atos administrativos, para serem submetidos AG e demais órgãos;

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Paula Muniz

Antonio CSS

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 68.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Compare com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28-04-1960)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015
Em testemunho da verdade
Dbs

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escriva Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,56 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBQ60118-CV1
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Amábil
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

g) Encaminhar AG os pedidos de filiações abonadas por associados;

Parágrafo único – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por 02 (dois) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

CAPÍTULO IV – DA DIREÇÃO

Art. 13º - Caberá a cada diretor, individualmente:

- Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas perante a Diretoria ou qualquer outro órgão da Entidade;
- Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria.

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

- Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;
- Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e à comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;
- Responder em juízo pela Entidade;
- Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.

Parágrafo único – Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma Assembleia Geral e houver em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria Executiva, a Assembleia Geral escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.

Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

- Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Assinaturas: *[Assinatura]* *[Assinatura]* *[Assinatura]* *[Assinatura]*
Antonio C S B

[Assinatura]
Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2019
Em testemunho da verdade
Obs:

ANÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,76 + selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60119-2ZZW
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Anábil
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular



Art. 16º - Caberá ao Secretário:

- Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da Assembleia Geral (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou vídeo-sonora (imagens e áudio) da Entidade;
 - c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;
 - d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;
 - e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;
 - f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item "e", do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

Art. 18º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiofusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Art. 19º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, com a data da eleição

[Handwritten signatures and text]
FACMEILLER
Antônio 10656
Erramos

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 26-04-1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2016

Em testemunho da verdade

Obs

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,76 + selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal BQ60120-AFNS
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Amabile
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

ESCRIVANIA DE 17 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
DE 2017
Daniel Dias Giansin
Oficial Titular

Ofício do Reg. Civil
LAGES
13

concomitante com a da Diretoria Executiva, sendo renovados no mínimo dois terços (2/3) efetivos.

Art. 20º O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade.

Parágrafo Primeiro – Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

Parágrafo Segundo – Os membros suplentes poderão substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo Terceiro – Em caso de constatação de irregularidades nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Ética ou Assembleia Geral Extraordinária para propor suspensão ou destituição parcial ou total dos membros da Diretoria, conforme o caso.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 21º - O Conselho de Ética é o órgão responsável em primeira mão pela observância da ética em todas as atividades da Associação e será composto por 07 (sete) membros escolhidos em Assembleia Geral, tendo por finalidade:

- a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção na Associação, o fiel cumprimento das normas do Código de Ética da Entidade, bem como o conjunto de normas do presente Estatuto;
- b) Fiscalizar o trabalho da Diretoria Executiva, impedindo, quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da entidade;
- c) Apreciar e deliberar sobre questões éticas decorrentes dos trabalhos da Associação, incluindo sua emissora de rádio comunitária;
- d) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação a seus objetivos permanentes;
- e) Propor AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- f) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, quando necessário.

Paula Muniz

ARMILLO
Imovina
ERANOS JL
Antônio BSG

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioldiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 006074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28.04.1940).

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015

Em testemunho da verdade

C/ba

AMÁBIL BRUNA GALVÃO DE SOUZA-Escrivã Substituta

Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,65 - Total: R\$4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBQ60121-5CTM

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Amabile
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

Art. 22º - Os membros do Conselho de Ética serão escolhidos dentre os sócios da entidade, desde que estejam em dia com suas obrigações.

Art. 23º - O Conselho de Ética reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que a Direção achar conveniente, quando convocado pelo Conselho Fiscal ou por no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios da Entidade.

Art. 24º - O Conselho de Ética terá mandato de 02 (dois) anos e elegerá uma direção própria, composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e 01 (um) Suplente.

Parágrafo Primeiro – O Secretário, na ausência ou impedimento do Presidente, será seu substituto. Neste caso o Suplente assumirá o lugar do Secretário em caso de vacância definitiva de um de seus membros.

Parágrafo Segundo – O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará, junto aos demais órgãos da entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo Terceiro – O Secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da Direção, preparará edital e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

Parágrafo Quarto – Os membros que ocupam cargo de direção no Conselho de Ética poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto – A Direção do Conselho de Ética reunir-se-á sempre que julgar conveniente, por convocação de qualquer de seus membros, e deliberará por maioria absoluta.

Art. 25º - O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário deverá reunir-se no mínimo uma vez ao ano para cumprir as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de Radiodifusão, devendo elaborar relatório resumido, contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

Art. 26º - Qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Conselho Comunitário não serão, em qualquer hipótese, remunerados.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Paula Muniz

Antônio CSB

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Confere com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 29-04-1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015

Em testemunho da verdade
Jbs

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta

Emolumentos: R\$ 2,75 + selo. R\$ 1,66 -- Total: R\$4,30

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60122-INUN

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

AMABILE
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

CAPÍTULO VII – DAS RECEITAS E SUA DESTINAÇÃO

A receita da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito advirá das seguintes fontes:

- a) Da contribuição regular dos associados (anuidades);
- b) Da contribuição especial de qualquer pessoa física ou jurídica, a título de doação;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De recursos provenientes de convênios, contratos, aplicações e prestação de serviços;
- e) De promoções festivas e culturais realizadas pela própria Associação ou em parceria com outras;
- f) Do apoio financeiro de Entidades de Cooperação a projetos específicos, seja em nível estadual, nacional ou internacional;
- g) De bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- h) Do aluguel de imóveis e juros de títulos ou depósitos.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 28º - A destinação das receitas da Entidade obedecerá as seguintes prioridades:

- a) Salários e encargos de funcionários;
- b) Impostos e taxas diversas (água, luz, telefone, etc.);
- c) Custos de material de expediente, manutenção de equipamentos e cursos de capacitação;
- d) Ressarcimento de despesas da Direção Executiva em momentos pontuais, com passagens, alimentação e estadia, fora do município;
- e) Custos com assessoria técnica especializada, assessoria jurídica e assessoria contábil;
- f) Investimento em equipamentos, infraestrutura e material promocional da Entidade;
- g) Outros.

Art. 29º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

CAPÍTULO VIII – DA DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E SUA POSSÍVEL DISSOLUÇÃO

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma Assembleia Geral.

[Assinaturas]
Antonio CSG

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Giancesini -
Oficial Titular Rua Anacleto de Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.570-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasgiancesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 28-04-1940).
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015.
Em testemunho da verdade
Obs:

AMÁBIL BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escriva Substituta
Emolumentos: R\$ 2,76 + selo: R\$ 1,56 -- Total: R\$ 4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBQ60123-WLB4
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Amabile
IVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular



ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Glinesini
Oficial Titular

Art. 31º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos a Entidade Congênere.

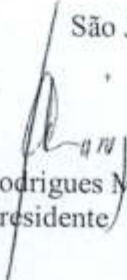
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

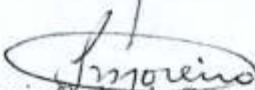
Art. 32º - O nome fantasia da emissora de rádio da Associação será: **Rádio Coração da Serra FM**.


Art. 33º - Questões omissas ao presente Estatuto serão resolvidas temporariamente pela Diretoria Executiva vigente, até que futuras mudanças no referido instrumento possam ser efetivadas em Assembleia Geral.

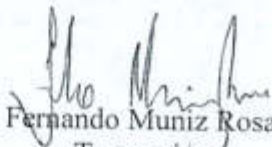


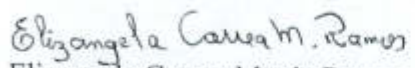
São José do Cerrito, SC, 22 de outubro de 2015.

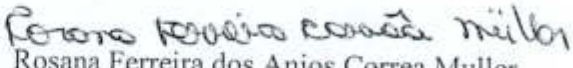

Cirlei Rodrigues Muniz
Presidente


Luiz Carlos da Costa Moreira
Secretário

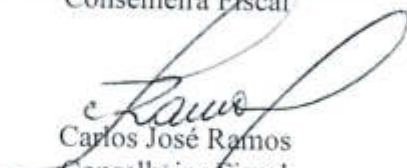

Antônio Rogério de Souza
Vice-Presidente


Fernando Muniz Rosa
Tesoureiro


Elizângela Correa Muniz Ramos
Diretora de Operações


Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller
Conselheira Fiscal


Antônio Carlos de Souza Correa
Conselheiro Fiscal


Carlos José Ramos
Conselheiro Fiscal


Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085


ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Glinesini - Oficial Titular
Rua Anacleto de Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito/SC - CEP - 88.670-000
Fone/Fax: (49) 3242.1067 E-mail: cartorioidiasglinesini@gmail.com
RECONHECIMENTO 027964

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de:

CIRLEI RODRIGUES MUNIZ

SÃO JOSÉ DO CERRITO, 28 de outubro de 2015

Em testemunho da verdade


SANDRA BATISTA VIGGERS - Escrevente notarial
Emolumentos: R\$ 2,55 + selo R\$ 1,55 - Total: R\$ 4,10
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBQ60044-XORP
Confira os dados do ato em: selo.tj.sc.jus.br

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Glinesini
Oficial Titular

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorio.diasganesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 25-04-1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2018

Em testemunho da verdade

Obs.

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,66 -- Total: R\$ 4,41
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ50124-MCMF
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

AMABILE
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICÍPIO
SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

Nominata da Associação Cultural e Comunitária Rádio Coração de São José do Cerrito



Membros da Diretoria Executiva:

Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, expedida em 03/12/2010 SSP/SC, contadora.

Antonio Rogério de Souza - Vice-Presidente, residente na rua João de Deus Rosa, s/n, bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, viúvo, brasileiro, nascido em 15/11/1948 em São José do Cerrito, SC, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.2044, expedida em 28/10/2003, SSP/SC, aposentado.

Luiz Carlos Costa Moreira - Secretário, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88.570-000 casado, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, expedida em 16.08.1995, SSP/SC, professor.

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro, residente na rua João Francisco da Silva Mota, s/n, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, casado, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, expedida em 04/12/1998, SSP/SC, contador.

Elizangela Correa Muniz Ramos – Diretora de Operações, residente na rua Manoel Joaquim Correa, s/n, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, casada, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, expedida em 12/11/1999, SSP/SC, bancária.

Conselho Fiscal:

Antonio Carlos de Souza Correa - Conselheiro Efetivo, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhós, Interior, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, solteiro, brasileiro, nascido em 26/06/1958 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 387.076.329-91, RG 1.063.643-9 expedida em 07/03/1979, SSP/SC, agricultor.

Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller – Conselheira Efetiva, residente na rua João de Deus Rosa, s/n, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88.570-000, viúva, brasileira, nascida em 21/05/1977 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 027.032.529-86, RG 4.168.999, expedida em 25/02/1997, agricultora.

Carlos José Ramos – Conselheiro Suplente: residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhós, Interior, São José do Cerrito, SC, CEP 88.570-000, casado, brasileiro, nascido em 30/10/1968 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0 expedida em 11/05/2001, SSP/SC, agricultor.

EM BRANCO

EM BRANCO

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ghanesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 88.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorioidiasghanesini@gmail.com

-----AUTENTICAÇÃO 008074-----
Conferir com o original na sua parte reproduzida. Decreto Lei 2.148, de 28/04/1940.
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2019
Em testemunho da verdade _____
Obs

ANABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,55 -- Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo norma EBQ60125-JSP2
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

Anabile
ESCRIVANIA DE PAZ DE MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ghanesini
Oficial Titular

ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular



CERTIDÃO

CERTIFICO, que nesta data em cumprimento ao requerimento de CIRLEI RODRIGUES MUNIZ, Presidente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, faço neste Ofício o Registro e ENTREGA da 3ª Alteração do Estatuto.

O referido é verdade o que dou fê.
Lages SC, 28 de Outubro de 2015.

ARIANE RAMOS MARTENDAL
Oficial Substituta.

Estado de Santa Catarina
Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 88601-030 - 49 3222 0777 -
rtdiages@gmail.com

Certidão de 1ª Averbação em Registro de P. Jurídicas			
Protocolo: 006798	Data: 28/10/2015	Qualidade: Integral	
Registro Origem: 001269	Data: 21/07/1997	Livro: A-008	Folha: 000
Apresentante: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO			
Emolumentos: Registro: R\$27,60, Selos: R\$3,10, FRJ: R\$0,00 - Total R\$30,60 -			
Recibo nº: 176076			
Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - EBR33066-RWPF,			
EBR33067-H2T8			

Dou 16 LAGES - 28 de outubro de 2015.



Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSÉ DO CERRITO - Danielle Dias Ganesini -
Oficial Titular Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito
Estado de Santa Catarina - CEP - 89.670-000 - Fone/Fax: (49) 3242.1067
e-mail: cartorio@diageanesini@gmail.com

AUTENTICAÇÃO 008074

Conferir com o original na sua parte reproduzida. (Decreto Lei 2.148, de 25/04/1940)
SÃO JOSÉ DO CERRITO, 29 de outubro de 2015
Em testemunho da verdade
Obs.

AMABILE BRUNA GALVANI DE SOUZA - Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo, R\$ 1,66 - Total: R\$4,30
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EBR330126-ELT
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

AMABILE
ESCRIVANIA DE PAZ DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Danielle Dias Ganesini
Oficial Titular

Rita Maria Rosa Ramos
OFICIAL
Ariane Ramos Martendal
Oficial Substituta
LAGES - SC

Ministério das Comunicações – Secretaria de Serviços de Comunicação
Eletrônica

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP 70044-900 – Brasília - DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Cultural e Comunitária São José do Cerrito
Rua Vidal Gregório Pereira 75, Centro
88570-000 São José do Cerrito - SC

NOTA TÉCNICA Nº 19445/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.017133/2015-22**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Cerrito**, estado de **Santa Catarina**, protocolou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0547588), em 10/06/2015, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 23/05/2015. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso VI	Declaração, atualizada , atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação	<p>Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade.</p> <p>Observação: essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e</p>

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.		regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Comunicações.
	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Estatuto Social atualizado, contendo entre outras, as seguintes disposições:</p> <p>- modificar o art.3º do estatuto, vetando a restrição ao ingresso do associado à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto no mesmo artigo, o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, como determina o art.40,II, da Portaria 4334/15,</p> <p>- acrescentar ao art. 26º do estatuto, "<u>e não será permitida a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados</u>".</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá ser encaminhado registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p><u>Cópia da Ata de eleição da atual Diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para um mandato de dois (2) anos, conforme dispõe o art. 11º do estatuto social, alertando que nenhum membro eleito poderá fazer parte/ou ter cargo junto a Diretório de Partido Político ou ter qualquer outro tipo vínculo, seja familiar, religioso, econômico,(art.131, inciso III da Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015),</u></p> <p>Observação: o registro deve</p>

		ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.
Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>A Entidade deverá encaminhar relatório resumido do Conselho Comunitário, datado de janeiro/2017, sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do Conselho, com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros, bem como a grade de programação.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>
art.22,3º.III, c/c o art.42 da Portaria nº 4334,de 2015	RG e CPF de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia LEGÍVEL do RG e CPF de todos os membros da Diretoria.</p> <p>Não serão aceitos cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p> <p>OBS: Para aqueles RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. Além disso, após o dia 21/09/2016 (prazo definido no art. 137, parágrafo único da Portaria), **a vinculação é tida como vício de caráter insanável. Ou seja, verificado o vínculo, o pedido de renovação será indeferido.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve estar atenta e, ao realizar eleições da Diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não tenha vínculo e nem os constitua durante todo o período do mandato

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga poderá ser indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Analista de Nível Superior**, em 24/08/2017, às 10:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/08/2017, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157419** e o código CRC **15311177**.

Anexos:

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 2157419



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 37017/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito
Rua: Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro
CEP: 88.570.000 - São José do Cerrito/SC
CNPJ nº 02.075.621/0001-60

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.017133/2015-22.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19445/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,

INALDA CELINA MADIO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,



Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 30/08/2017, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157751** e o código CRC **EF9B46E9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37017/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.017133/2015-22 - Nº SEI: 2157751

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 37017/2017/SEI-MCTIC, 30/08/2017

53900.017133/2015-22

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO
JOSÉ DO CERRITO

Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro

88.570-000 São José do Cerrito / SC

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Ingrid M. da G. Carvalho

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

11/09/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTValdir da Silva Jernardo
Mat. 8705818 2
Agente de Correios - Dist. Coleta

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 32766439 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

05 SET 2017
Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITE

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo-Ceste
70.044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



PROCURAÇÃO

Outorgante(s): **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 02.075.621/0001-60, com sede na Rua Vidal Gregório Pereira, 75 CEP 88.570-000 no município de São José do Cerrito, representada neste ato por sua Presidente **CIRLEI RODRIGUES MUNIZ**, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 716.011.049-87, portadora do RG nº 1.823.317, residente e domiciliada a Rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro - São José do Cerrito - SC .CEP 88570-000

Outorgado(s): **JOÃO CARLOS SANTIN**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 9377-B, com escritório na Rua Ângelo Dias, 207 Sala 31, Centro, Blumenau-SC, fone/fax (047) 3037-2877.

Poderes: Os poderes gerais *ad judicium* e os que necessários forem para promover ou contestar ações, perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive a Justiça do Trabalho, e os especiais para transigir, desistir, variar de ações, fazer acordos, firmar compromisso, receber e dar quitação, prestar compromisso e declarações de Inventariante, receber citação, prestar declaração de pobreza e postular o Benefício da Assistência Judiciária Gratuita - AJG, nos termos da Lei 1.060/50, requerer Alvarás, ratificar Termos de Cessão de Direitos Hereditários e tudo o mais para o implemento de seus direitos e interesses, principalmente para, em conjunto ou separadamente, promover a defesa de seus interesses nos autos do processo administrativo nº 53900.017133/2015-22 com tramite no Ministério das Comunicações.

Blumenau / São Jose do Cerrito, 04 de Outubro de 2017.


CIRLEI RODRIGUES MUNIZ
Presidente
CPF: 716.011.049-87

ANEXO 16

SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,


Assunto: Documentação em resposta ao ofício nº 37017 /2017/SEI-MCTIC

Processo nº: 53900.017133/2015-22

Local: São José do Cerrito - SC

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências constadas no requerimento de Renovação de outorga/autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, solicito prorrogação de prazo por mais **30 (trinta) dias**, pois em razão de necessidade de publicações de editais, registros e outras formalidades legais, não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

São José do Cerrito, 04 de Outubro de 2017.



Assinatura do representante da entidade

Nome do representante da entidade: Cirlei Rodrigues Muniz

CPF: 716.011.049-87

Endereço para correspondência Rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro
na cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, CEP 88570-000

Telefone para contato: (49) 3242-1257

Correio eletrônico (e-mail): cirlei@credicarui.com.br.

ATENÇÃO: A prorrogação do prazo somente poderá ser concedida se a requerente apresentá-la, com a devida justificativa, antes do fim do prazo indicado para a resposta.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 43715/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

Cirlei Rodrigues Muniz

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito
(CNPJ nº 02.075.621/0001-60)

Rua: Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro

CEP: 88.570.000 - São José do Cerrito/SC.

Assunto: Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.017133/2015-22

Senhora Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 19445/2017/SEI-MCTIC (evento SEI 2157419), informa-se o deferimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4334, de 2015.

2. Ressalte-se que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**,
Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em
16/10/2017, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014
e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2277528 e o código CRC **C1F4D55F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 43715/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.017133/2015-22 - Nº SEI: 2277528

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 43715/2017/SEI-MCTIC, 16/10/2017

53900.017133/2015-22

CIRLEI RODRIGUES MUNIZ

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

Vida! Gregório Pereira, 75 – Centro

88.570.000

São José do Cerrito - SC.

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Renil Antunes

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

7+ / 10 / 17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

CODLAGES

27 OUT 2017

SC

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO AGENTE
SIGNATURE DE L'AGENTSandro Luis Goulart Costa
Matr. 8.708.697-0
Carteiro - CDD Lages/SC

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 30473537 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

20 OUT 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA-BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

21/10/17

15 : 20 h

/

:

/

:

/

:

/

:

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAZON SOCIAL DE L'EXPÉDIENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sdla 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6464

Ofício nº 43715/2017/SEI-MCTIC

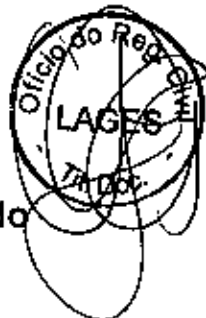
Processo nº: 53900.017133/2015-22

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 02.075.621/0001-60, com sede na Rua Vidal Gregório Pereira, 75 CEP 88.570-000 no município de São José do Cerrito, representada neste ato por sua Presidente **CIRLEI RODRIGUES MUNIZ**, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 716.011.049-87, portadora do RG nº 1.823, residente e domiciliada a Rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro - São José do Cerrito – SC. CEP 88570-000, vem por meio dos documentos em anexo, sanar as pendências citadas no ofício supramencionado.

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

CNPJ: 02.075.621/0001-60

Endereço: Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro - São José do Cerrito - SC



Ata de Assembleia Geral


Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se Diretoria e associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, na sede da Rádio Coração da Serra, para atendendo a convocação do Edital nº 01/2017, realizar a Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte ordem do dia: 1- Prestação de Contas do Exercício de 2016; 2 - Previsão de Gastos para o exercício de 2017; 3 - Plano de Trabalho e Orçamento para 2017; 4 - Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética para o período de 02 (dois) anos; 5 - Assuntos Gerais. A Sra. Cirlei Rodrigues Muniz, deu a boas vindas a todos e conduziu os trabalhos, fez a prestação de contas, apresentou a previsão de para o exercício de 2017 e também apresentou o Plano de Trabalho e Orçamento para 2017, após esclarecimentos, os itens foram aprovados pelos presentes. Em seguida passou para o item 4 do Edital: Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética, após a apresentação dos membros, os presentes aprovaram e empossaram a nova Diretoria para a gestão de maio de 2017 a maio de 2019. **Membros da Diretoria Executiva:** **Presidente: Cirlei Rodrigues Muniz**, brasileira, casada, contadora, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, residente na rua Teodoro Correa de Melo, 14, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000; **Vice Presidente - Remy Antunes**, brasileiro, separado judicial, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000; **Secretário: Luiz Carlos Costa Moreira**, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000. **Tesoureiro: Fernando Muniz Rosa**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, residente na rua João Francisco da Silva Mota, centro São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000. **Diretora de Operações: Elizangela Correa Muniz Ramos**, brasileira, casada, bancária, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000. Também foram eleitos por unanimidade os seguintes associados para compor o **Conselho Fiscal:** **Conselheiros Fiscais Efetivos - Carlos José Ramos** - brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos. São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000; **Marcio Machado Rosa** - brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000; **Antonio Roberto Rosa** - brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-00. **Conselheiros Fiscais Suplentes: Antonia Ribeiro Rodrigues** - solteira, agricultora, portadora do CPF 250.677.459-01, RG 2.592.000, residente na localidade de Mineiros, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000; **Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller** - brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF 027.032.529-86, RG 4.168.999, residente na rua João de Deus Rosa, bairro Melcas, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000 e **Antonio Carlos de Souza Correa**: brasileiro, solteiro, agricultor, portador




do CPF 387.076.329-91, RG 1.063.643-9, residente na localidade de Santo Antônio dos Pinhos, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000. **Conselho de Ética:** **Maria Nereide Lourdes da Silva Pinheiro** – brasileira, casada, professora, portadora do CPF 656.136.009-53, RG 639.435-3, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Nélia Giordani Machado** – brasileira, casada, professora, portadora do CPF 182.289.179-53, RG 279.543-4, residente na rua Vidal Gregório Pereira, 52, centro, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000; **Adenir de Souza Moreira** – brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 518.351.939-00, RG 1.063.772-9, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Antonio Rogério de Souza** – brasileiro, viúvo, agricultor aposentado, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.204-4, residente na rua João de Deus Rosa, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Turibio Marcon** – brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 021.159.999-91, RG 415.791-5, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, 49, centro, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000; **Pedro Marcos Ortiz** – brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 710.725.279-87, RG 2.185.990, residente na localidade de Fazenda Nova, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000 e **Alvadyr Francisco Fernandes da Silva** – brasileiro, divorciado, professor aposentado, portador do CPF 807.890.219-00, RG 1.825.324, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Bairro Bela Vista, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000. **Assuntos Gerais:** A presidente reeleita Cirlei Rodrigues Muniz, agradeceu a presença de todos e a confiança que os presentes depositaram nas pessoas que fazem parte desta Diretoria e lembrou que, sendo presidente, ela é apenas mais uma na equipe de pessoas, que se dedicam e lutam para que a Associação cumpra seu papel e a Rádio Coração da Serra continue sempre servindo aos moradores de São José do Cerrito, pois foi para isso que foi fundada. Disse que conta com o apoio de todos, e sabe que o terá. E que trabalhando juntos, faremos uma Rádio cada vez melhor naquilo a que se propõe uma Rádio Comunitária: servir à comunidade, ou seja, ser de utilidade pública. E que, por esse motivo, dará o seu melhor, agradeceu aos membros que ora deixam seus cargos, enfatizando a importância do trabalho realizado com esforço e dedicação. Nada mais a tratar foi encerrada a presente Assembleia e lavrada a presente ata que após lida será assinada pela Diretoria Executiva.

São José do Cerrito, SC, 20 de maio de 2017.

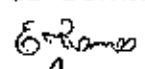
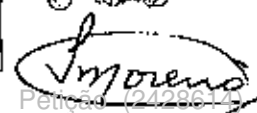
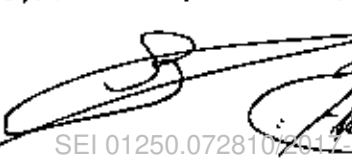





Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo nº 14, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, SSP/SC expedida em 03/12/2010, contadora, casada com Darceu José Oliveira Gonçalves, CPF 949.089.239-49, RG 2.895.790, SSP/SC expedida em 30/05/2012, nascido em 20/12/1971 em São José do Cerrito – SC, brasileiro, agricultor, residente na rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro, São José do Cerrito, CEP 88570-000.



Remy Antunes – Vice Presidente, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 23/09/1967 em





Petição 12428613 SEI 01250.072810/2017-35 pg. 3

X

São José do Cerrito - SC, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, expedida pela SSP/SC em 19/03/2008, radialista, separado judicialmente.



Luiz Carlos da Costa Moreira → *Profissão*

Luiz Carlos da Costa Moreira - Secretário - residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, SSP/SC expedida em 16.08.1995, casado com Marilda dos Santos Moreira, CPF 387.075.789-20, RG 883.648, SSP/SC, expedida em 05/06/2013, nascida em, 20/01/1958 em São José do Cerrito - SC, brasileira, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000. *Profissão*

Fernando Muniz Rosa

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro - residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, SSP/SC, expedida em 04/12/1998, contador, casado com Elisandra Correa, CPF 047.693.019-79, RG 4.210.240-5, SSP/SC, expedida em 16.04.1997, nascida em 24/08/1983 em Lages - SC, brasileira, técnica em enfermagem, residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC.

Elizângela Correa Muniz Ramos

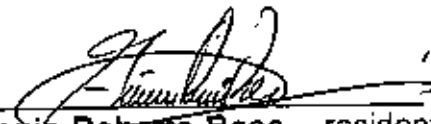
Elizângela Correa Muniz Ramos - Diretora de Operações - residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, SSP/SC, expedida em 12/11/1999, bancária, casada com Ivandel Muniz Ramos, CPF 030.917.609-36, RG 3.876.044, SSP/SC, expedida em 27/10/1995, nascido em 09/02/1977 em São José do Cerrito - SC, brasileiro, vendedor, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Carlos José Ramos

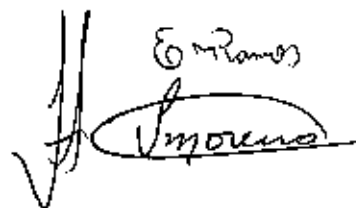
Carlos José Ramos - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/10/1968 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, SSP/SC, expedida em 11/05/2001, agricultor, casado com Ermenezilda Oliveira Gonçalves Ramos, CPF 022.194.249-10, RG 4.398.647-1, SSP/SC, expedida em 28/05/1998, nascida em 10/09/1960 em São José do Cerrito - SC, brasileira, professora, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.



Marcio Machado Rosa - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/03/1980 em Lages-SC, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, SSP/SC, expedida em 19/01/2010, motorista, solteiro.



Antonio Roberto Rosa - residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 21/04/1960 em São José do Cerrito- SC, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, SSP/SC, expedida em 15/10/1999, comerciante, casado com Neves Rosani Vieira Branco Rosa, CPF 017.688.639-70, RG 2.591.522-3, SSP/SC, expedida em 01/08/1994, nascida em 08/01/1969 em São José do Cerrito - SC, brasileira, comerciante, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000.



E. Ramos



...



Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito
CNPJ: 02.075.621/0001-60
Endereço: Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro - São José do
Cerrito - SC



Ata de Assembleia Extraordinária

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se a Diretoria e os associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, na sede da Rádio Coração da Serra, para atendendo a convocação do Edital nº 02/2017, realizar a Assembleia Geral Extraordinária, com a seguinte ordem do dia: **01- Alteração do artigos 3º e 26º** – após a apresentação e esclarecimentos pela Presidente Cirlei, foi aprovado por todos as alterações. **Ordem do dia 01** - O Estatuto Social será alterado nos artigos que passaram ter a seguinte redação: **Art. 3º** - Pode filiar-se a Associação qualquer pessoa física, maior de 16 anos, que esteja engajado e/ ou que pertença aos quadros de entidades, movimentos e organizações populares no município, tais como Movimento de Mulheres Agricultoras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Credicar, Igrejas, Pastorais Sociais, Associação da Casa Familiar Rural, Associações Comunitárias e de Agricultores, entre outras. Também podem filiar-se Associação essas mesmas entidades, movimentos e organizações populares como pessoas jurídicas. É condição única que qualquer pretendente a ingressar na Associação concorde com as regras do presente Estatuto e aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro:** Entende-se por entidade, movimento ou organização de caráter popular todas as organizações (legalizados juridicamente ou não) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil local; que atuem com vistas elevação do nível social, econômico, cultural, e de cidadania da população; que tenham práticas sociais preferenciais com a camada mais excluída e que disponham de algum tipo de fiscalização e controle por parte das sociedades. **Parágrafo Segundo:** No caso de sócios estarem representando suas respectivas entidades jurídicas e também serem associados como pessoas físicas – somente neste caso excepcional – terão direito a 02 (dois) votos nas Assembléias da entidade. **Parágrafo terceiro** - ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica. **Art. 26** - Qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Conselho Comunitário não serão, em qualquer hipótese, remunerados, e não será permitida a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados. O Estatuto Social ora aprovado e consolidado faz parte integrante da presente ata para todos os fins e efeitos. Nada mais a tratar foi encerrada a presente Assembleia, e lavrada a presente ata que após lida será assinada pela Diretoria Executiva.


São José do Cerrito, SC, 29 de setembro de 2017.


RECONHEÇO

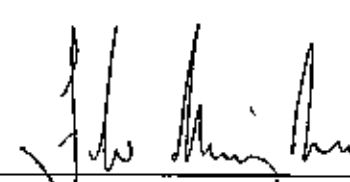
Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo nº 14, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, SSP/SC, expedida em 03/12/2010, contadora, casada com Darceu José Oliveira

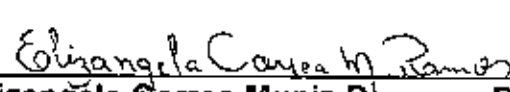
Gonçalves, CPF 949.089.239-49, RG 2.895.790, SSP/SC expedida em 30/05/2012, nascido em 20/12/1971 em São José do Cerrito - SC, brasileiro, agricultor, residente na rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro, São José do Cerrito, CEP 88570-000.




Remy Antunes - Vice Presidente, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 23/09/1967 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, expedida pela SSP/SC em 19/03/2008, radialista, separado judicial.

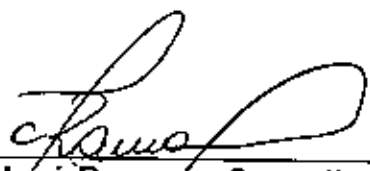

Luiz Carlos da Costa Moreira - Secretário - residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, SSP/SC expedida em 16.08.1995, casado com Marilda dos Santos Moreira, CPF 387.075.789-20, RG 883.648, SSP/SC, expedida em 05/06/2013, nascida em 20/01/1958 em São José do Cerrito - SC, brasileira, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

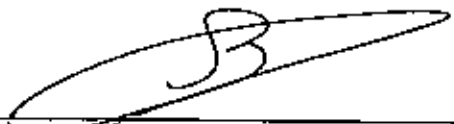

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro - residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, SSP/SC, expedida em 04/12/1998, contador, casado com Elisandra Correa, CPF 047.693.019-79, RG 4.210.240-5, SSP/SC, expedida em 16.04.1997, nascida em 24/08/1983 em Lages - SC, brasileira, técnica em enfermagem, residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC.

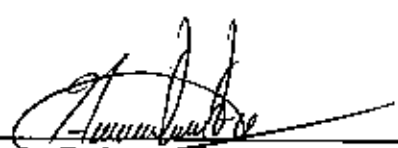

Elizângela Correa Muniz Ramos - Diretora de Operações - residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, SSP/SC, expedida em 12/11/1999, bancária, casada com Ivandel Muniz Ramos, CPF 030.917.609-36, RG 3.876.044, SSP/SC, expedida em 27/10/1995, nascido em 09/02/1977 em São José do Cerrito - SC, brasileiro, vendedor, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

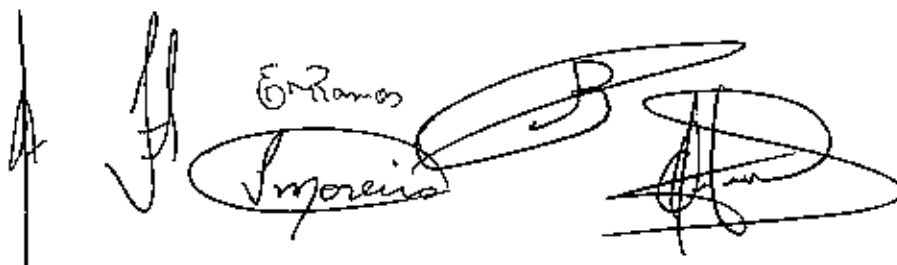





Carlos José Ramos - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/10/1968 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, SSP/SC, expedida em 11/05/2001, agricultor, casado com Ermenezilda Oliveira Gonçalves Ramos, CPF 022.194.249-10, RG 4.398.647-1, SSP/SC, expedida em 28/05/1998, nascida em 10/09/1960 em São José do Cerrito - SC, brasileira, professora, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.


Marcio Machado Rosa - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/03/1980 em Lages-SC, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, SSP/SC, expedida em 19/01/2010, motorista, solteiro.

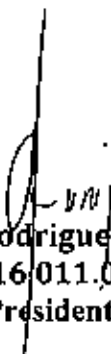

Antonio Roberto Rosa - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 21/04/1960 em São José do Cerrito - SC, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, SSP/SC, expedida em 15/10/1999, comerciante, casado com Neves Rosani Vieira Branco Rosa, CPF 017.688.639-70, RG 2.591.522-3, SSP/SC, expedida em 01/08/1994, nascida em 08/01/1969 em São José do Cerrito - SC, brasileira, comerciante, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000.



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Eu, Cirlei Rodrigues Muniz, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, declaro para os devidos fins que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

São José do Cerrito 20 de setembro de 2017.


Cirlei Rodrigues Muniz
CPF 716.011.049-87
Presidente

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.824.852 DATA DE EMISSÃO 19/MAR/2008

NOME REMY ANTUNES

FILIAÇÃO RENEY ANTUNES
JOSINA DE LIZ ANTUNES

NATURALIDADE SÃO JOSÉ DO GERRITO SC DATA DE NASCIMENTO 23/SET/1967

DOC ORIGEM CERT. CAS. 1792 LV B-8 FL 289
CART. ORTIZ - SÃO JOSÉ DO GERRITO SC
COM AVERB. SEP. JUDICIAL

CPF 636.776.479-04

LAGOS - SC

ASSINATURA DO DIRETOR Jucélia Ap. D. Araújo Borges
Papiloscopista
Mat. 356.744.3

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DE SANTA CATARINA


SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

INSTITUTO GERAL DE FÉRMIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO







IDENTIFICADO EM 11/11/08

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 809.582 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/SET/2015

NOME LUIZ CARLOS COSTA MOREIRA

FILIAÇÃO HONORIO COSTA MOREIRA

TEREZA SOUZA MOREIRA

NATURALIDADE SÃO JOSÉ DO CERRITO SC DATA DE NASCIMENTO 03/07/1958

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 1100 LV B-05 FL. 98

CART. GIANESINI-SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC

CPF 347.869.889-87

LAGES - SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.917.531 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/DEZ/2015

NOME ELIZANGELA CORREA MUNIZ RAMOS

FILIAÇÃO JOSE MATEUS CORREA

MARIA DOS PRAZERES CORREA

NATURALIDADE JARU - RO DATA DE NASCIMENTO 25/11/1980

ODC-ORIGEM CERT. CAS. 2045 LV. B-7 FL. 243

CART. ORTIZ-SÃO JOSÉ DO CERRITO SC

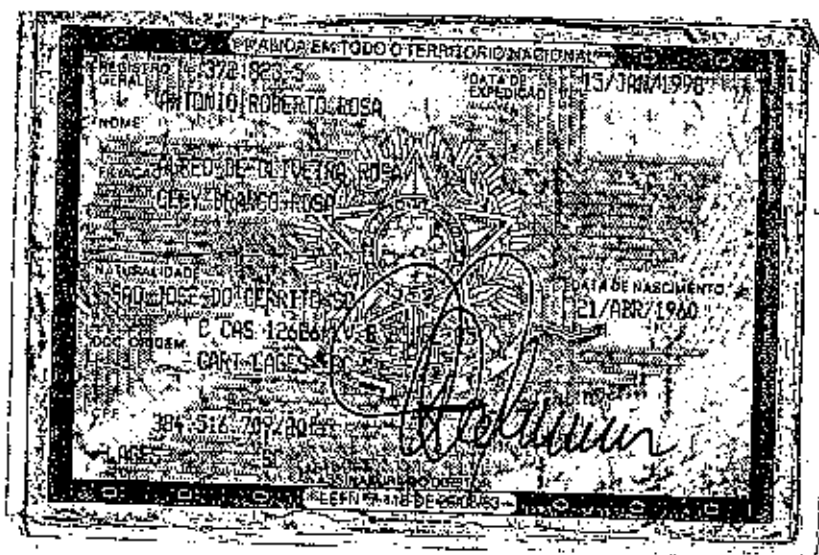
CPF 033.442.539-56

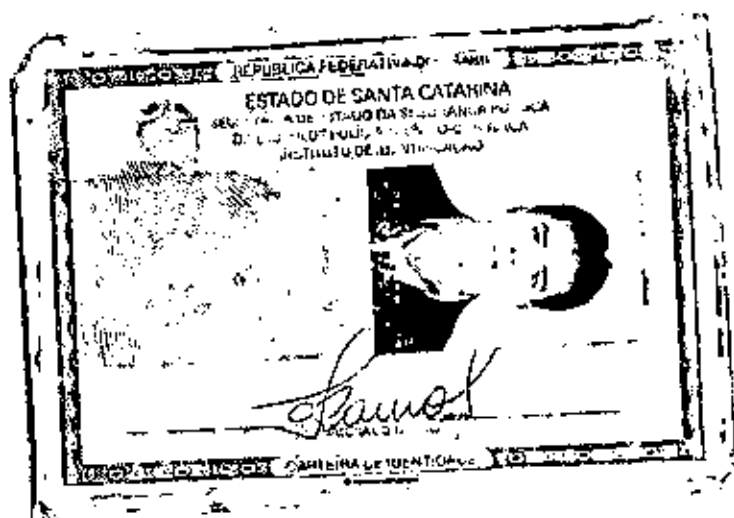
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Partido Criminal

ASSINATURA DO DIRETOR

LAGES - SC

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

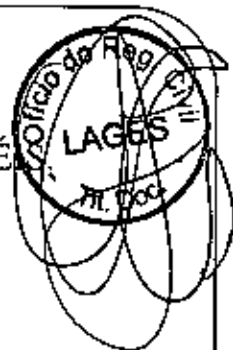




VALHA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS	
TIPO	2.185.978-0
DATA DE EMISSÃO	11/MAI/2001
NOME	CARLOS JOSE RAMOS
PAIS	LAURO ROGERIO RAMOS
MATRICULA	MARIA DE LOURDES MUNIZ
NATURALIDADE	SÃO JOSE DO CERRITO SC
DATA DE NASCIMENTO	30/OUT/1968
CPF	636.277.449/34
LOCAL	SC
CLASS. NATURALIZADO	11/11/1983
BALTARZAR ANTONIO GARCIA Delegado de Polícia Especial	

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E OUTROS PAPEIS
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.**

**COMARCA DE LAGES
SANTA CATARINA**



Rita Maria Rosa Ramos

OFICIAL

Ariane Ramos Martendal

OFICIAL SUBSTITUTA

**REGISTRO: DA 4ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO SC**

REQUERENTE: CIRLEI RODRIGUES MUNIZ.

Autuação

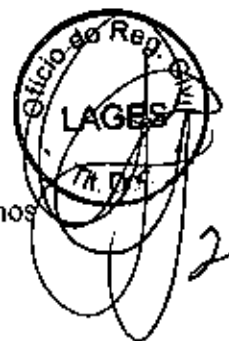
EM VINTE E SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE, NESTA CIDADE DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA, À RUA SANTA CRUZ, 123, EM CARTÓRIO AUTUO OS DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUEM E FIZ ESTE TERMO.

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta

EU

OFICIAL SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS, OUTROS PAPEIS E DE PESSOAS JURÍDICAS, O SUBSCREVI E ASSINO.

EXTRATO DO ESTATUTO



Em cumprimento ao disposto no artigo 46 c/c artigo 54, do Código Civil apresentamos o presente extrato do Estatuto.

1 – A denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver:

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro na Rua Vidal Gregório Pereira, nº75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito – SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

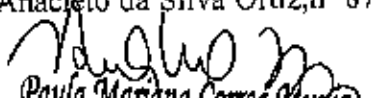
- a) Promover atividades educacionais e de formação geral;
- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- c) Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- d) Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- e) Manter convênios e/ ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- f) Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- g) Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- h) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- i) Execução de Serviços de Radiofusão Comunitária.

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma AG.

2 - O nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores.

Membros da Diretoria Executiva: Presidente: **Cirlei Rodrigues Muniz**, brasileira, casada, contadora, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, residente na rua Teodoro Correa de Melo, 14, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000.

Vice Presidente – **Remy Antunes**, brasileiro, separado judicial, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito – SC, 88570-000.


Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Secretário: Luiz Carlos Costa Moreira, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 3, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Tesoureiro: Fernando Muniz Rosa, brasileiro, casado, contador, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, residente na rua João Francisco da Silva Mota, centro São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Diretora de Operações: Elizangela Correa Muniz Ramos, brasileira, casada, bancária, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Conselho Fiscal: Conselheiros Fiscais Efetivos:

Carlos José Ramos - brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos. São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Marcio Machado Rosa - brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Antonio Roberto Rosa - brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-00.

Conselheiros Fiscais Suplentes:

Antonia Ribeiro Rodrigues - solteira, agricultora, portadora do CPF 250.677.459-01, RG 2.592.000, residente na localidade de Mineiros; São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

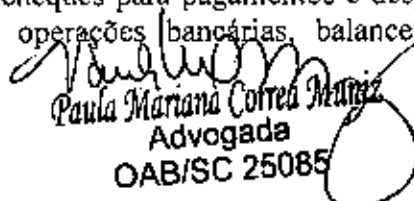
Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller- brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF 027.032.529-86, RG 4.168.999, residente na rua João de Deus Rosa, bairro Melcas, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Antonio Carlos de Souza Correa: brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF 387.076.329-91, RG 1.063.643-9, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

3 - O modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente:

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;
- b) Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.


Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Parágrafo único – Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma AG e houver em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria Executiva, a AG escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.



Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Art. 16º - Caberá ao Secretário:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou vídeo-sonora (imagens e áudio) da Entidade;
- c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;
- d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;
- e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;
- f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item "e", do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

Art. 18º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiofusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

4 – Se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo:

Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;

Paula Mariana Correa Muriz
Advogada
OAB/SC 25085

- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.



5 – Se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais:

Art. 29º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

6 – As condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso:

Art. 31º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade Congênere.

7 – Os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:

Art. 3º - Pode filiar-se a Associação qualquer pessoa física, maior de 16 anos, que esteja engajado e/ ou que pertença aos quadros de entidades, movimentos e organizações populares no município, tais como Movimento de Mulheres Agricultoras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Credicaru, Igrejas, Pastorais Sociais, Associação da Casa Familiar Rural, Associações Comunitárias e de Agricultores, entre outras. Também podem filiar-se, Associação essas mesmas entidades, movimentos e organizações populares como pessoas jurídicas. É condição única que qualquer pretendente a ingressar na Associação concorde com as regras do presente Estatuto e seja aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entidade, movimento ou organização de caráter popular todas as organizações (legalizados juridicamente ou não) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil local; que atuem com vistas elevação do nível social, econômico, cultural, e de cidadania da população; que tenham práticas sociais preferenciais com a camada mais excluída e que disponham de algum tipo de fiscalização e controle por parte das sociedades.

Parágrafo Segundo: No caso de sócios estarem representando suas respectivas entidades jurídicas e também serem associados como pessoas físicas – somente neste caso excepcional – terão direito a 02 (dois) votos nas Assembleias da entidade.

Parágrafo Terceiro: ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.

Paula Mariana Correa Murtz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 4º - O quadro de associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito será formado por 03 (três) categorias de sócios:

- a) Sócios-Fundadores – Aqueles que assinaram a ata da Assembleia de Fundação da entidade;
- b) Sócios-contribuintes – Aqueles que se integrarem aos quadros da entidade após sua fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida na Assembleia Geral;
- c) Sócios-Beneméritos – Aqueles que receberem este título da Assembleia Geral (AG), por reconhecimento e relevante contribuição ou serviços prestados a Entidade;

Parágrafo único – A Contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela Assembleia Geral, em forma de anuidade.

8- Os direitos e deveres dos associados:

Art. 5º - São direitos de todos os associados:

- a) Ter voz e voto na AG;
- b) Propor Diretoria e demais órgãos da Entidade, medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Fará para da Diretoria os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 21 anos ou emancipados;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito.

Parágrafo único – O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

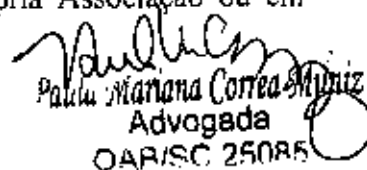
Art. 6º - São deveres dos associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da AG e/ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidades ou falhas que eventualmente venham a constar, denunciando-as nos fóruns devidos;
- e) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como o Código de Ética da Entidade.

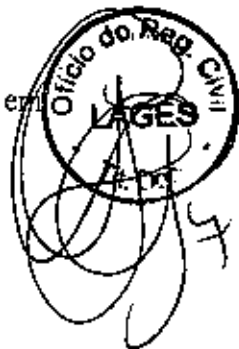
9 – As fontes de recursos para sua manutenção:

Art. 27º - A receita da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito advirá das seguintes fontes:

- a) Da contribuição regular dos associados (anuidades);
- b) Da contribuição especial de qualquer pessoa física ou jurídica, a título de doação;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De recursos provenientes de convênios, contratos, aplicações e prestação de serviços;
- e) De promoções festivas e culturais realizadas pela própria Associação ou em parceria com outras;


Paula Mariana Correa Menezes
Advogada
OAB/SC 25085

- f) Do apoio financeiro de Entidades de Cooperação a projetos específicos, seja em nível estadual, nacional ou internacional;
- g) De bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- h) Do aluguel de imóveis e juros de títulos ou depósitos.



10 – O modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:

Art. 7º - São órgãos permanentes da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a Assembléia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética.

Art. 8º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Entidade, dela podendo participar todos os associados em dia com as obrigações financeiras.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral, reunir-se á ordinariamente uma vez por ano, em data, local e horário por ela própria determinados, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário (AGE) deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital afixado na sede da Entidade, publicação na rádio comunitária, envio de convite com o edital a todos os associados, onde deverão constar obrigatoriamente local, data, horário e pauta.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral Ordinária (AGO) será sempre dirigida pelos membros da Diretoria Executiva.

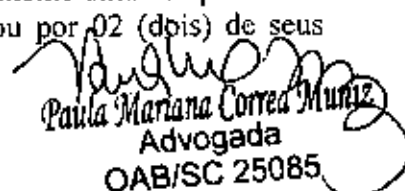
Parágrafo Quarto - A AGE será dirigida pelos dirigentes do órgão que a convocou, salvo proposta em contrário aprovada pela maioria dos participantes. No caso de convocação ser feita por 1/3 (um terço) dos associados a Mesa Diretora será eleita na própria Assembléia.

Parágrafo Quinto - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados quites com suas obrigações financeiras e, nas seguintes convocações, 30 minutos após, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

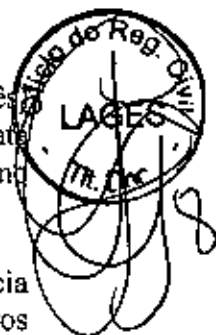
Art. 12º - Cabe Diretoria Executiva, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos da Entidade e a execução de deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- b) Preparar propostas de pauta para a AGO ou AGE que venha a convocar, bem como relatórios a serem submetidos mesma;
- c) Autorizar despesas e deliberar sobre questões administrativas em geral, exceto aquelas de competência exclusiva da AG;
- d) Convocar AGE;
- e) Indicar um de seus membros ou do Conselho de Ética para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente ou nos casos em que julgar conveniente;
- f) Elaborar relatório anual, incluindo contas, atividades, realizações e atos administrativos, para serem submetidos AG e demais órgãos;
- g) Encaminhar AG os pedidos de filiações abonadas por associados;

Parágrafo único - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por 02 (dois) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.


Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 19º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, com a data da eleição concomitante com a da Diretoria Executiva, sendo renovados no mínimo dois terços (2/3) dos efetivos.



Art. 21º - O Conselho de Ética é o órgão responsável em primeira mão pela observância da ética em todas as atividades da Associação e será composto por 07 (sete) membros escolhidos em Assembleia Geral, tendo por finalidade:

- a) Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção na Associação, o fiel cumprimento das normas do Código de Ética da Entidade, bem como o conjunto de normas do presente Estatuto;
- b) Fiscalizar o trabalho da Diretoria Executiva, impedindo, quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da entidade;
- c) Apreçar e deliberar sobre questões éticas decorrentes dos trabalhos da Associação, incluindo sua emissora de rádio comunitária;
- d) Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação a seus objetivos permanentes;
- e) Propor AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- f) Convocar extraordinariamente a AG, quando necessário.

11 - As condições para a alteração das disposições estatutárias e para dissolução:

Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma AG.

12 - A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:

Art. 12º - Cabe Diretoria Executiva, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos da Entidade e a execução de deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- b) Preparar propostas de pauta para a AGO ou AGE que venha a convocar, bem como relatórios a serem submetidos mesma;

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

- c) Autorizar despesas e deliberar sobre questões administrativas em geral, exceto aquelas de competência exclusiva da AG;
- d) Convocar AGE;
- e) Indicar um de seus membros ou do Conselho de Ética para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente ou nos casos em que julgar conveniente;
- f) Elaborar relatório anual, incluindo contas, atividades, realizações e atos administrativos, para serem submetidos AG e demais órgãos;
- g) Encaminhar AG os pedidos de filiações abonadas por associados;



Parágrafo único – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por 02 (dois) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

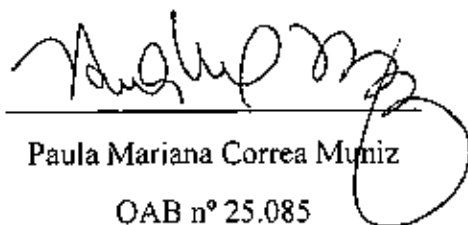
Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- b) Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- c) Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- d) Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- f) Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- g) Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- h) Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- i) Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;
- j) Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

13 – Nome e número da OAB do advogado que visou o contrato constitutivo de pessoa jurídica.

Paula Mariana Correa Muniz

OAB nº 25.085


Paula Mariana Correa Muniz
OAB nº 25.085

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

Estatuto Social – 4ª Alteração



CAPITULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADES

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, fundada em 12 de junho de 1997, com sede e foro na Rua Vidal Gregório Pereira, nº75, na sede de São José do Cerrito, é uma associação civil de objetivos culturais, artísticos, sociais, apartidária, leiga, democrática e sem fins lucrativos, voltada especialmente para uma atuação em São José do Cerrito – SC.

Art. 2º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito tem por finalidades:

- Promover atividades educacionais e de formação geral;
- Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para esse fim, atividades, movimentos e organizações;
- Contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade;
- Promover pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações, assim como divulgar seus resultados;
- Manter convênios e/ ou associar-se a outras entidades para prestação de serviços de assessoria;
- Promover e divulgar suas atividades e finalidade através da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
- Prestar serviços compatíveis com as suas finalidades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da sociedade;
- Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- Execução de Serviços de Radiofusão Comunitária.

CAPITULO II- DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Pode filiar-se a Associação qualquer pessoa física, maior de 16 anos, que esteja engajado e/ ou que pertença aos quadros de entidades, movimentos e organizações populares no município, tais como Movimento de Mulheres Agricultoras, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Credicaru, Igrejas, Pastorais Sociais, Associação da Casa Familiar Rural, Associações Comunitárias e de Agricultores, entre outras. Também podem filiar-se, Associação essas mesmas entidades, movimentos e organizações populares como pessoas jurídicas. É condição única que qualquer pretendente a ingressar na Associação concorde com as regras do presente Estatuto e seja aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entidade, movimento ou organização de caráter popular todas as organizações (legalizados juridicamente ou não) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil local; que atuem com vistas elevação do nível social, econômico, cultural, e de cidadania da população; que tenham práticas sociais preferenciais com a camada mais excluída e que disponham de algum tipo de fiscalização e controle por parte das sociedades.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Parágrafo Segundo: No caso de sócios estarem representando suas respectivas entidades jurídicas e também serem associados como pessoas físicas – somente neste caso excepcional – terão direito a 02 (dois) votos nas Assembleias da entidade.

Parágrafo Terceiro: ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.

Art. 4º - O quadro de associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito será formado por 03 (três) categorias de sócios:

- a) Sócios-Fundadores – Aqueles que assinaram a ata da Assembléia de Fundação da entidade;
- b) Sócios-contribuintes – Aqueles que se integrarem aos quadros da entidade após sua fundação, passando a pagar regularmente a contribuição financeira estabelecida na Assembléia Geral;
- c) Sócios-Beneméritos – Aqueles que receberem este título da Assembléia Geral (AG), por reconhecimento e relevante contribuição ou serviços prestados a Entidade;

Parágrafo único – A Contribuição financeira regular e obrigatória para os associados será estabelecida pela Assembléia Geral, em forma de anuidade.

Art. 5º - São direitos de todos os associados:

- a) Ter voz e voto na AG;
- b) Propor Diretoria e demais órgãos da Entidade, medidas, projetos ou providências que julgar convenientes;
- c) Fará para da Diretoria os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 21 anos ou emancipados;
- d) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao Cadastro dos Associados, mediante solicitação por escrito.

Parágrafo único – O direito a voto na AG ou em qualquer outro órgão do qual o associado participe somente será assegurado estando o mesmo em dia com suas obrigações financeiras.

Art. 6º - São deveres dos associados:

- a) Manter em dia sua contribuição financeira obrigatória;
- b) Participar da AG e/ou de qualquer outro órgão a que esteja vinculado ou para o qual tenha sido eleito;
- c) Zelar pelo bom nome da Entidade;
- d) Não se omitir diante de irregularidades ou falhas que eventualmente venham a constar, denunciando-as nos fóruns devidos;
- e) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como o Código de Ética da Entidade.

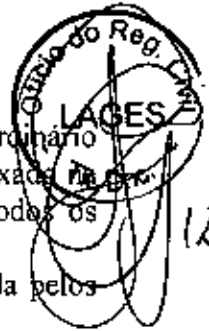
CAPITULO III – DOS ÓRGÃOS DA ENTIDADE

Art. 7º - São órgãos permanentes da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a Assembléia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética.

Art. 8º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Entidade, dela podendo participar todos os associados em dia com as obrigações financeiras.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral, reunir-se á ordinariamente uma vez por ano, em data, local e horário por ela própria determinados, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Ética ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25088



Parágrafo Segundo – A convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário (AGE) deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de edital afixado na sede da Entidade, publicação na rádio comunitária, envio de convite com o edital a todos os associados, onde deverão constar obrigatoriamente local, data, horário e pauta.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral Ordinária (AGO) será sempre dirigida pelos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto – A AGE será dirigida pelos dirigentes do órgão que a convocou, salvo proposta em contrário aprovada pela maioria dos participantes. No caso de convocação ser feita por 1/3 (um terço) dos associados a Mesa Diretora será eleita na própria Assembleia.

Parágrafo Quinto – A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados quites com suas obrigações financeiras e, nas seguintes convocações, 30 minutos após, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 9º - Compete exclusivamente Assembleia Geral:

- Eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética;
- Substituir total ou parcialmente os membros da Diretoria, mediante o não cumprimento de suas atribuições;
- Fixar o valor das contribuições financeiras regulares e obrigatórias dos associados;
- Aprovar ou não as contas e relatórios da Diretoria, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários, bem como sobre seus respectivos salários iniciais, aumentos reais de salários, gratificações, ou outras formas de remuneração aprovados pela Diretoria;
- Excluir pessoas do quadro de associados, bem como readmiti-los;
- Conceder títulos de sócios-beneméritos;
- Aprovar a realização de convênio de qualquer natureza;
- Aprovar alterações neste Estatuto, mas somente pelo voto da maioria absoluta dos sócios em dia com suas obrigações financeiras;
- Aprovar e modificar o Regimento Interno, Código de Ética, bem como outros regimentos ou normas que venham a ser implantados e/ou criados pela Entidade.

Art. 10º - A Assembleia Geral adotará obrigatoriamente o regime de voto secreto:

- Nas eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando houver mais de uma chapa concorrendo;
- Na substituição parcial da Diretoria Executiva, quando houver mais de um candidato para um só cargo; e na substituição total, quando houver mais de uma chapa;
- Nas votações para exclusão ou readmissão de sócio(a);
- Nos casos em que a própria AG, por vontade da maioria, julgar conveniente

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 11º - A Diretoria Executiva será composta pelo(a) Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a), 01 (um) Tesoureiro(a) e (01) um Diretor de Operações, eleito em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – São membros efetivos da Diretoria Executiva: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Suplente, eleitos em AG para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – No caso de vacância simultânea ou consecutiva dos cargos de presidente e vice-presidente, os demais membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Ética, ou ambos, deverão convocar AGE para as devidas substituições.

Parágrafo Terceiro – A Diretoria poderá ser substituída a qualquer momento, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados em AG especialmente convocada para este fim, como também poderá ser afastada de suas atividades no todo ou em parte, em caso de incúria,

E. Ramos
Moreira
Paula Mariana Correa Muniz

diante de comprovação de atos que comprometam os objetivos, a imagem ou a ética da Entidade ou que desvirtue suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Quarto – Para efeito do que trata o Parágrafo Terceiro deste Artigo, será considerada incúria, entre outros, os casos de 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas reuniões da Diretoria, a cada ano, sem justificativa aceita pelos demais membros e devidamente lavrada em ata, bem como a comprovada inaptidão para o cargo.

Parágrafo Quinto – Poderá haver reeleição para o mesmo cargo para mais um mandato da Diretoria Executiva.

Art. 12º - Cabe Diretoria Executiva, coletivamente:

- a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos da Entidade e a execução de deliberações tomadas em Assembleia Geral;
- b) Preparar propostas de pauta para a AGO ou AGE que venha a convocar, bem como relatórios a serem submetidos mesma;
- c) Autorizar despesas e deliberar sobre questões administrativas em geral, exceto aquelas de competência exclusiva da AG;
- d) Convocar AGE;
- e) Indicar um de seus membros ou do Conselho de Ética para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Presidente ou nos casos em que julgar conveniente;
- f) Elaborar relatório anual, incluindo contas, atividades, realizações e atos administrativos, para serem submetidos AG e demais órgãos;
- g) Encaminhar AG os pedidos de filiações abonadas por associados;

Parágrafo único – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por 02 (dois) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

CAPÍTULO IV – DA DIREÇÃO

Art. 13º - Caberá a cada diretor, individualmente:

- a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas perante a Diretoria ou qualquer outro órgão da Entidade;
- b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- c) Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria.

Art. 14º - Caberá ao Presidente:

- a) Coordenar as reuniões da Diretoria e as sessões da AG, salvo nos casos excepcionais previstos neste Estatuto;
- b) Representar a Associação oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e a comunidade em geral na defesa dos direitos e interesses dos associados, salvo nos impedimentos e nos casos específicos de deliberação em contrário por parte da Diretoria;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar, juntamente com o Secretário, as atas da Diretoria e da AG e demais documentos de circulação interna;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques para pagamentos e despesas em geral, recibos, contratos, convênios, operações bancárias, balancetes e balanços.

Parágrafo único – Nos momentos em que o Presidente estiver coordenando uma AG e houver em pauta ou votação, qualquer assunto que diga relação direta a ele ou aos demais da Diretoria

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

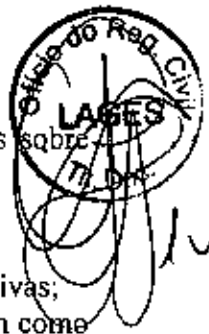
Er. Ramos

Imoensio

Henrique

Alf

Executiva, a AG escolherá, entre os presentes, outra pessoa para coordenar os trabalhos sobre aquele assunto.



Art. 15º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente nos casos de afastamento temporário ou definitivo deste, bem como nos seus impedimentos, salvo nos casos de deliberação em contrário por parte da Diretoria.

Art. 16º - Caberá ao Secretário:

- a) Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões da AG (salvo exceções previstas neste Estatuto), lavrando e assinando, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Manter organizado, em arquivo próprio, cadastro atualizado dos associados, bem como toda a documentação escrita, sonora, fotográfica ou video-sonora (imagens e áudio) da Entidade;
- c) Registrar em ficha de matrícula, em rigorosa ordem numérica, nome, endereço, data de nascimento, filiação, profissão, número de documento de identidade e do CPF de cada um dos associados;
- d) Preparar editais, convocações, circulares de aviso, e todo tipo de correspondência social, assinando-os, juntamente com o Presidente;
- e) Arquivar originais de documentos emitidos pela Entidade, bem como arquivar todas as correspondências emitidas e recebidas pela Associação;
- f) Supervisionar o trabalho da Secretaria.

Art. 17º - Caberá ao Tesoureiro:

- a) Manter sob controle e responder pela arrecadação e depósito na devida conta bancária de toda a receita da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar balancete trimestral a Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, conforme o disposto no item "e", do Artigo 14º;
- e) Supervisionar o trabalho da área do Tesoureiro.

Art. 18º - Caberá ao Diretor de Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiofusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Paula Mariana Correa Menezes
Advogada
OAB/SC 25085

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 19º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, com a data da eleição concomitante com a da Diretoria Executiva, sendo renovados no mínimo dois terços (2/3) dos efetivos.

Art. 20º - O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Entidade.

Parágrafo Primeiro - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

E. Ramos
Imoreno
Teixeira
[Signature]
[Signature]
[Signature]



Parágrafo Segundo – Os membros suplentes poderão substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Parágrafo Terceiro – Em caso de constatação de irregularidades nas contas da Entidade, dependendo da gravidade, ou em caso de confirmação de atos administrativos contrários aos interesses coletivos, o Conselho Fiscal poderá convocar reunião extraordinária do Conselho de Ética ou AGE para propor suspensão ou destituição parcial ou total dos membros da Diretoria, conforme o caso.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO DE ÉTICA

Art. 21º - O Conselho de Ética é o órgão responsável em primeira mão pela observância da ética em todas as atividades da Associação e será composto por 07 (sete) membros escolhidos em Assembléia Geral, tendo por finalidade:

- Exigir de qualquer sócio, principalmente dos que ocupam cargos de Direção na Associação, o fiel cumprimento das normas do Código de Ética da Entidade, bem como o conjunto de normas do presente Estatuto;
- Fiscalizar o trabalho da Diretoria Executiva, impedindo, quando for o caso, que esta desvirtue os objetivos da entidade;
- Apreciar e deliberar sobre questões éticas decorrentes dos trabalhos da Associação, incluindo sua emissora de rádio comunitária;
- Analisar o relatório anual da Diretoria Executiva e os pareceres do Conselho Fiscal, bem como avaliar o desempenho da Entidade em relação a seus objetivos permanentes;
- Propor AG o desligamento ou a readmissão de pessoas no quadro de associados;
- Convocar extraordinariamente a AG, quando necessário.

Art. 22º - Os membros do Conselho de Ética serão escolhidos dentre os sócios da entidade que estiverem em dia com suas obrigações.

Art. 23º - O Conselho de Ética reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que a Direção achar conveniente, quando convocado pelo Conselho Fiscal ou por no mínimo 2/3 (dois terços) dos sócios da Entidade.

Art. 24º - O Conselho de Ética terá mandato de 02 (dois) anos e elegerá uma direção própria, composta por 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e 01 (um) Suplente.

Parágrafo Primeiro – O Secretário, na ausência ou impedimento do Presidente, será seu substituto. Neste caso o Suplente assumirá o lugar do Secretário em caso de vacância definitiva de um de seus membros.

Parágrafo Segundo – O Presidente coordenará as reuniões do Conselho e o representará junto aos demais órgãos da entidade e, quando for o caso, externamente.

Parágrafo Terceiro – O Secretário lavrará as atas das reuniões e as assinará em conjunto com os demais membros da Direção, preparará edital e convocações e manterá em arquivo próprio os livros e documentos do Conselho.

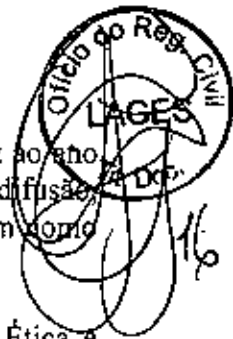
Parágrafo Quarto – Os membros que ocupam cargo de direção no Conselho de Ética poderão participar, com direito a voz, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto – A Direção do Conselho de Ética reunir-se-á sempre que julgar conveniente, por convocação de qualquer de seus membros, e deliberará por maioria absoluta.

Art. 25º - O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. One signature is clearly 'Emerson Moraes'. There are also some circular stamps and a large 'X' mark on the right.

Parágrafo Único - O Conselho Comunitário deverá reunir-se no mínimo uma vez ao ano para cumprir as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de Radiodifusão, devendo elaborar relatório resumido, contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.



Art. 26º - Qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Conselho Comunitário não serão, em qualquer hipótese, remunerados, e não será permitida a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados.

CAPÍTULO VII – DAS RECEITAS E SUA DESTINAÇÃO

Art. 27º - A receita da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito advirá das seguintes fontes:

- a) Da contribuição regular dos associados (anuidades);
- b) Da contribuição especial de qualquer pessoa física ou jurídica, a título de doação;
- c) De verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) De recursos provenientes de convênios, contratos, aplicações e prestação de serviços;
- e) De promoções festivas e culturais realizadas pela própria Associação ou em parceria com outras;
- f) Do apoio financeiro de Entidades de Cooperação a projetos específicos, seja em nível estadual, nacional ou internacional;
- g) De bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- h) Do aluguel de imóveis e juros de títulos ou depósitos.

Paula Mariana Correa Matiz
Advogada
OAB/SC 25085

Art. 28º - A destinação das receitas da Entidade obedecerá as seguintes prioridades:

- a) Salários e encargos de funcionários;
- b) Impostos e taxas diversas (água, luz, telefone, etc);
- c) Custos de material de expediente, manutenção de equipamentos e cursos de capacitação;
- d) Ressarcimento de despesas da Direção Executiva em momentos pontuais, com passagens, alimentação e estadia, fora do município;
- e) Custos com assessoria técnica especializada, assessoria jurídica e assessoria contábil;
- f) Investimento em equipamentos, infra-estrutura e material promocional da Entidade;
- g) Outros.

Art. 29º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

CAPÍTULO VIII – DA DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E SUA POSSÍVEL DISSOLUÇÃO

Art. 30º - A Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito terá um prazo indeterminado de funcionamento, podendo dissolver-se somente com aprovação de uma AG.

Art. 31º - Em caso de extinção da pessoa jurídica, os Bens Patrimoniais da Entidade serão transferidos à Entidade Congênere.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32º - O nome fantasia da emissora de rádio da Associação será: **Rádio Coração da Serra FM**.

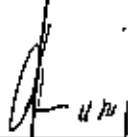
Art. 33º - Questões omissas ao presente Estatuto serão resolvidas temporariamente pela Diretoria Executiva vigente, até que futuras mudanças no referido instrumento possam ser efetivadas em AG.

Erromys
Imoreira


RECONHEÇO

São José do Cerrito, SC, 29 de setembro de 2017.






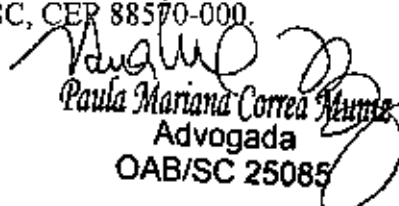
Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo nº 14, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito - SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, SSP/SC expedida em 03/12/2010, contadora, casada com Darceu José Oliveira Gonçalves, CPF 949.089.239-49, RG 2.895.790, SSP/SC expedida em 30/05/2012, nascido em 20/12/1971 em São José do Cerrito - SC, brasileiro, agricultor, residente na rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro, São José do Cerrito, CEP 88570-000.



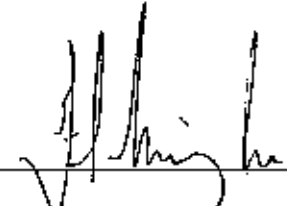
Remy Antunes - Vice Presidente, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 23/09/1967 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, expedida pela SSP/SC em 19/03/2008, radialista, separado judicialmente.



Luiz Carlos da Costa Moreira - Secretário - residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, SSP/SC expedida em 16.08.1995, casado com Marilda dos Santos Moreira, CPF 387.075.789-20, RG 883.648, SSP/SC, expedida em 05/06/2013, nascida em 20/01/1958 em São José do Cerrito - SC, brasileira, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

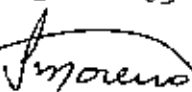


Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085



Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro - residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, SSP/SC, expedida em 04/12/1998, contador, casado com Elisandra Correa, CPF 047.693.019-79, RG 4.210.240-5, SSP/SC, expedida em 16.04.1997, nascida em 24/08/1983 em Lages - SC, brasileira, técnica em enfermagem, residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito - SC.

Er Ramos









Elizângela Correa M. Ramos



Elizângela Correa Muniz Ramos - Diretora de Operações - residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú - RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, SSP/SC, expedida em 12/11/1999, bancária, casada com Ivandel Muniz Ramos, CPF 030.917.609-36, RG 3.876.044, SSP/SC, expedida em 27/10/1995, nascido em 09/02/1977 em São José do Cerrito - SC, brasileiro, vendedor, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Carlos José Ramos

Carlos José Ramos - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/10/1968 em São José do Cerrito - SC, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, SSP/SC, expedida em 11/05/2001, agricultor, casado com Ermenezilda Oliveira Gonçalves Ramos, CPF 022.194.249-10, RG 4.398.647-1, SSP/SC, expedida em 28/05/1998, nascida em 10/09/1960 em São José do Cerrito - SC, brasileira, professora, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Marcio Machado Rosa

Marcio Machado Rosa - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/03/1980 em Lages-SC, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, SSP/SC, expedida em 19/01/2010, motorista, solteiro.

Antonio Roberto Rosa

Antonio Roberto Rosa - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 21/04/1960 em São José do Cerrito-SC, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, SSP/SC, expedida em 15/10/1999, comerciante, casado com Neves Rosani Vieira Branco Rosa, CPF 017.688.639-70, RG 2.591.522-3, SSP/SC, expedida em 01/08/1994, nascida em 08/01/1969 em São José do Cerrito - SC, brasileiro, comerciante, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000.

Paula Mariana Correa Muniz

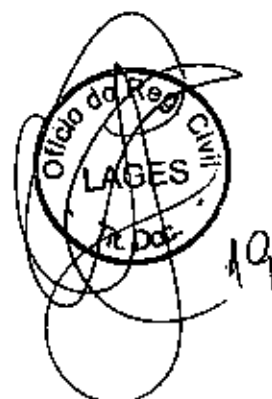
Advogada

OAB/SC 25085

Paula Mariana Correa Muniz
Advogada
OAB/SC 25085

Imoreno

CERTIDÃO



CERTIFICO, que nesta data em cumprimento ao requerimento de CIRLEI RODRIGUES MUNIZ, Presidente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO SC, faço neste Ofício o Registro e **ENTREGA** da 1ª ALTERAÇÃO do Estatuto.

O referido é verdade o que dou fé.
Lages SC, 27 de Outubro de 2017.

ARIANE RAMOS MARTENDAL
Oficial Substituta



Estado de Santa Catarina
Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89601-030 - (48) 3222-0777
rdtlages@gmail.com

Certidão de 1ª Averbção em Registro de Pessoa Jurídica			
Protocolo: 008180	Data: 19/10/2017	Qualidade: Integral	
Registro: 001269	Data: 21/07/1897	Livro: A-008	Folha: 000
Apresentante: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO			
Emolumentos: Registro: Isento, Selo: Isento			

Selo Digital de Fiscalização do tipo Isento - EUB88872-VVXXM
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, LAGES - 27 de outubro de 2017

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta

Rita Maria Rosa Ramos
OFICIAL
Ariane Ramos Martendal
Oficial Substituta
LAGES - SC

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 43715/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

Cirlei Rodrigues Muniz

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito (CNPJ nº 02.075.621/0001-60)

Rua: Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro

CEP: 88.570.000 - São José do Cerrito/SC.

Assunto: Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.017133/2015-22

Senhora Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 19445/2017/SEI-MCTIC (evento SEI 2157419), informa-se o deferimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4334, de 2015.
2. Ressalte-se que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/10/2017, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2277528** e o código CRC **C1F4D55F**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 43715/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.017133/2015-22 - Nº SEI: 2277528

INFORMATIVO SOBRE O SISTEMA CADSEI

VOCE CONHECE O CADSEI?

O CADSEI é o meio de encaminhamento de documentos ao MCTIC e possibilita que você encadre o processo com a pessoa física, jurídica ou empresa e peticione o andamento da pessoa jurídica ou indicar um procurador para peticionar por sua nome ou em nome de sua empresa.



SOBRE O SISTEMA

O sistema atende os requisitos do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a tramitação de processos administrativos no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A utilização do sistema representa uma economia significativa tanto para você como para a administração pública, já que você não precisa mais se deslocar até Ministério para encaminhar um documento, e passa a poder visualizar ou acompanhar a tramitação de documentos e processos de casa ou do escritório. Por outro lado, elimina-se toda a burocracia relacionada à entrega física de documentos via Correios.

Além disso, como os pedidos de vista processual são realizados por meio do CADSEI, o sistema atende aos requisitos de transparência passiva dispostos na Lei nº 12.527/2012, a chamada Lei de Acesso à Informação - LAI.

Caso você precise enviar um documento para o MCTIC, seja em seu nome ou em nome de sua empresa, é por aqui que começamos.

FACILIDADES

- Envio e recebimento de correspondências eletrônicas
- Eliminação da burocracia de envio de documentos físicos
- Acesso aos processos mediante pedido de vistas / cópia eletrônica

Para visualizar o manual completo e informações adicionais do CADSEI,

acesse:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opercms/comunicacao/processo_eletronico.html

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 37017/2017/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

Rua: Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro

CEP: 88.570.000 - São José do Cerrito/SC

CNPJ nº 02.075.621/0001-60

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.017133/2015-22.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19445/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,

Recibido em
11/09/2017

INALDA CELINA MADIO

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 30/08/2017, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2157751** e o código CRC **EF9B46E9**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37017/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.017133/2015-22 - Nº SEI: 2157751

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
 Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Florianópolis

NOTA TÉCNICA Nº 19445/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: 53900.017133/2015-22

Assunto: **Constatação de pendências.**


SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Cerrito**, estado de **Santa Catarina**, protocolou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0547588), em 10/06/2015, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 23/05/2015. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	 Art. 131, inciso VI	Declaração, atualizada , atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade. Observação: essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	Estatuto Social atualizado, contendo entre outras, as seguintes disposições: - modificar o art.3º do estatuto , vetando a restrição ao ingresso do associado à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto no mesmo artigo, o

	<p><i>11/11/17 Sr. Sônia - Sl a Conselho anual 11/11/17 a numeração</i></p>	<p>ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, como determina o art. 40, II, da Portaria 4334/15,</p> <p><i>OK</i></p> <p>- acrescentar ao art. 26º do estatuto," e <u>não será permitida a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receitas entre os associados</u>."</p> <p><i>OK</i></p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá ser encaminhado registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p><u>Cópia da Ata de eleição da anual Diretoria, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para um mandato de dois (2) anos, conforme dispõe o art. 11º do estatuto social, alertando que nenhum membro eleito poderá fazer parte/ou ter cargo junto a Diretório de Partido Político ou ter qualquer outro tipo vínculo, seja familiar, religioso, econômico, (art. 131, inciso III da Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015),</u></p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p><i>OK</i></p> <p><u>A Entidade deverá encaminhar relatório resumido do Conselho Comunitário, datado de janeiro/2017, sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do Conselho, com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros, bem como a grade de programação.</u></p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>

	art.22,3º.III, c/c o art.42 da Portaria nº 4334,de 2015	RG e CPF de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia LEGÍVEL do RG e CPF de todos os membros da Diretoria.</p> <p><i>Não serão aceitos</i> cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p> <p>OBS: Para aqueles RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação.</p>
--	--	-------------------------------------	---

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. Além disso, após o dia 21/09/2016 (prazo definido no art. 137, parágrafo único da Portaria), a vinculação é tida como vício de caráter insanável. Ou seja, **verificado o vínculo, o pedido de renovação será indeferido.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve estar atenta e, ao realizar eleições da Diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não tenha vínculo e nem os constitua durante todo o período do mandato

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.**

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga poderá ser indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Tadeu Rosa, Analista de Nível Superior, em 24/08/2017, às 10:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 30/08/2017, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2157419 e o código CRC 15311177.

Anexos:

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 2157419

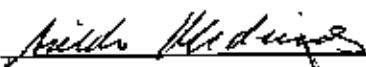
**RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO ACERCA DA PROGRAMAÇÃO RÁDIO
CORAÇÃO DA SERRA – Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**

Aos dezenove dias do mês de janeiro de 2017, na sede da Rádio Coração da Serra, São José do Cerrito, reunidos em Sessão Ordinária, as entidades integrantes do Conselho Comunitário, por intermédio de seus representantes, efetuaram a análise e os devidos comentários sobre a programação diária da rádio comunitária, resultando no presente Relatório. Os presentes entenderam por bem descrever e comentar, sucintamente, a programação da emissora: 1. **De Segunda a Sextas-feiras: Período Manhã** – tem a seguinte programação: Programa – Querência de São Pedro – Eli Ribeiro – das 06:00 às 08:00 – um programa voltado ao público adulto da cidade e do interior, com músicas sertanejas, gaúchas, nativistas, com atendimento de cartas e telefonemas dos ouvintes. 6:00h – Abertura, 07:00h. Previsão do tempo, 7:30h. Comunicados e Avisos 1ª edição – Das 08:00 a 12:00. Programa de Bem com a vida. Remy Antunes – Programa de interatividade, informações, noticiários e comentário, além de muita música e participação dos ouvintes. 08:00h. Abertura; 8:30h. Previsão do tempo; 8:45h. Notícias da região, estado e país.; 09:00h. Hora da profecia (programa religioso); 10:15h. Mensagem do dia; 11:00h. Dicas de saúde, beleza, culinária; 11:30h. Momento da família. Das 12:00h. às 13:00h. Programação musical com Adenir da Graça. **Período tarde** – Programa Show da Tarde. Das 13:00h. às 17:00h. Alvadyr Fernandes – Programa para todas as idades, abrangendo cidade e interior, com músicas variadas, além de dica, informações, entretenimento e a participação dos ouvintes. 13:30h. Comunicados e Avisos 2ª edição; 14:15h. Dose dupla, 14:30h. Homenagem aos aniversariantes; 14:45h. Previsão do tempo; 15:00h. Informação de saúde; 15:15h. dicas gerais e curiosidades do dia; 15:30h. Notícias (As quentinhas da tarde); 16:00h. Quadro da Saudade; 16:30h. Mensagem do dia. Observação: Segunda-feira 13:00h. A Voz da Extensão (Epagri); terça, quarta e sexta 13:00. Coração no Esporte; Sexta-feira 14:00h. Câmara dos Vereadores (Sessão solene ao vivo). Programa Desfile Sertanejo. Das 17:00h. às 19:00h. Eli Ribeiro – Programa musical do conteúdo sertanejo com humor, informações e interatividade, direcionado ao ouvinte da cidade e interior. Segunda e sexta-feira 18:00h às 18:30h. Oração da Ave Maria. 19:00h. Voz do Brasil – **Período Noturno** – Programa Noite à Fora. Das 20:00h às 22:00h. Antônio Rogério de Souza – Programa musical, direcionado ao público rural e urbano com a participação dos ouvintes. 20:00h. Abertura; 21:00h. Comunicados e avisos 3ª edição; 22:00h Encerramento. **Aos Sábados** – tem a seguinte programação: Programa – Raiz Sertaneja – Adenir da Graça – Das 06:00h às 08:00h – um programa voltado ao público adulto da cidade do interior, com músicas sertanejas, gaúchas, nativistas, com atendimento de cartas e telefonemas dos ouvintes. 06:00h. – Abertura, 07:00h. Previsão do tempo, 07:30h Comunicados e Avisos 1ª edição – Das 08:00h às 12:00h. Programa de Bem com a Vida com Ingrid Carvalho – Programa de interatividade, informações, noticiários e comentários, além de muita música e participação dos ouvintes. 08:00h. Abertura; 08:30h. Previsão do Tempo; 08:45h. Notícias da região, estado e país; 09:00h. Hora da Profecia (programa religioso); 10:15h. Mensagem do dia; 11:00h Dicas de saúde, beleza, culinária; 11:30h. Momento da família; 12:00h às 15:00h – Programa musical; 15:00h às 18:00h. Programas religiosos (evangélicos). 19:00h – Sábado Sertanejo com o Adenir da Graça; 22:00h. Encerramento – **Aos domingos** – 07:30h. Programa Domingo musical – Antônio Rogério Souza; 09:00h. Transmissão missa Paróquia São Pedro; 10:00h. Programa Domingão do Coração – Marcio Machado Rosa; 13:00h às 20:00h. – Programa musical – 20:00h Programa Sertanejo – Antônio Rogério de Souza; 22:00h. Encerramento da programação. Observamos que a programação está dentro das possibilidades


estruturais da emissora e de acordo com o gosto dos ouvintes, até pela grande participação dos mesmos nas programações. Também percebemos que devemos sempre em conjunto com a Direção e colaboradores da rádio, estar ajustando para que a programação seja de interesse público dos ouvintes, que ela se direcione mais para a informação e o jornalismo. A Direção da Rádio se compromete em estar sempre buscando melhorias, proporcionando treinamento a seus colaboradores e também zelando por seus equipamentos. Nada mais havendo a tratar, vai o presente relatório assinado por todos os conselheiros, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.



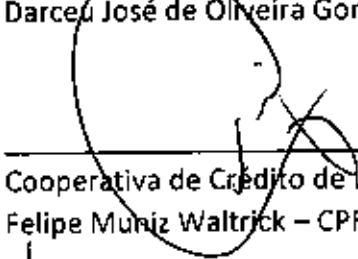
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Cerrito
Darceu Correa – CPF 255.622.400-25



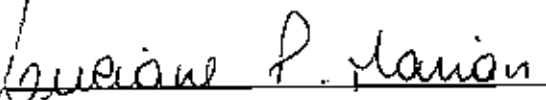
Clube de Dirigentes Lojistas de São José do Cerrito
Arildo Medeiros – CPF 693.258.209-00



Associação de Agricultores de Paredão São José do Cerrito
Darceu José de Oliveira Gonçalves – CPF 949.089.239-49



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados – Sicoob Credicarú SC/RS
Felipe Muniz Waltrick – CPF 042.383.779-66



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São José do Cerrito
Luciane Perdoná Marian – CPF 022.119.839-36



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SAO JOSE DO CERRITO

CNPJ: 02.075.621/0001-60

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:15:08 do dia 30/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Certidão ANATEL (2445812)

SEI 53900.017133/2015-22 / pg. 2

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>02.075.621/0001-60</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>21/07/1997</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SAO JOSE DO CERRITO</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>*****</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</div> <div>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>R VIDAL GREGORIO PEREIRA</div>	<div>NÚMERO</div> <div>75</div>	<div>COMPLEMENTO</div>
<div>CEP</div> <div>88.570-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CENTR</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>SAO JOSE DO CERRITO</div>
		<div>UF</div> <div>SC</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE</div> <div>(049) 2421-170</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>*****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>28/07/1998</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 30/11/2017 às 14:17:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 51970/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

Cirlei Rodrigues Muniz

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito
(CNPJ nº 02.075.621/0001-60)

Rua: Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro

CEP: 88.570.000 - São José do Cerrito/SC.

Assunto: **Reiteração das exigências relativas à análise do processo nº 53900.017133/2015-22.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe **para reiterar as exigências contidas na NOTA TÉCNICA Nº 19445/2017/SEI-MCTIC**, encaminhada por meio do ofício nº 37017, recebido em 11/09/2017, que trata de pendências encontradas nos autos, **em especial quanto:**

* **Ata da Assembleia Geral realizada no dia 20/05/2017, que tratou entre outros assuntos, da eleição da atual diretoria executiva, foi encaminhada sem o registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, motivo pela qual, deverá ser reencaminhada registrada.**

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, **impreterivelmente**, contado a partir da data de recebimento deste ofício, apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Outrossim, salienta-se que esta será a última oportunidade que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, fará a entidade.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 05/12/2017, às 16:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2446287** e o código CRC **382F1018**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 51970/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.017133/2015-22 - Nº SEI: 2446287

AR**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 51970/2017/SEI-MCTIC, 05/12/2017
53900.017133/2015-22**CIRLEI RODRIGUES MUNIZ**Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito: Vidal
Gregório Pereira, 75 - Centro
88.570.000
São José do Cerrito - SC.

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS**

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 180 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CNO7

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JG 09075192 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

15 DEZ 2012

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	
:	h	:	h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



PARA:

RITA MARIA ROSA RAMOS - OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

ARIANE RAMOS MARTENDAL – OFICIAL SUBSTITUTA DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REQUERIMENTO

EU, Cirlei Rodrigues Muniz, CPF Nº 716.011.049-87, RG nº 1.823.317, SSP/SC expedida em 03/12/2010, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, brasileira, Contadora, residente na rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro, São José do Cerrito, CEP 88570-000, casada com Darceu José Oliveira Gonçalves, CPF 949.089.239-49, RG 2.895.790, SSP/SC expedida em 30/05/2012, nascido em 20/12/1971 em São José do Cerrito – SC, brasileiro, agricultor, residente na rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro, São José do Cerrito, CEP 88570-000, **PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITARIA DE SÃO JOSE DO CERRITO**, venho por meio deste requerer o registro **DA ATA REALIZADA NO DIA: 20/05/2017**

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

DATA: 16/10/2017.



PRESIDENTE

ESCRIVANIA DE PAZ - SÃO JOSE DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini - Oficial Titular
Rua Anacleto da Silva Ortiz, s/nº - São José do Cerrito/SC - CEP - 88.570-000
Fone/Fax: (49) 3242.1087 E-mail: certorioidiasgiancesini@gmail.com
RECONHECIMENTO 039426

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de:
(1) CIRLEI RODRIGUES MUNIZ

SÃO JOSE DO CERRITO, 16 de outubro de 2017
Em testemunho da verdade

AMÁBILE BRUNA GALVANI DE SOUZA-Escrivã Substituta
Emolumentos: R\$ 3,05 + selo: R\$ 1,85 -- Total: R\$4,90
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EWN33185-TRRJ
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

AMÁBILE BRUNA GALVANI DE SOUZA
DE SÃO JOSE DO CERRITO
Danielle Dias Giancesini
Oficial Titular

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito

CNPJ: 02.075.621/0001-60

Endereço: Rua Vidal Gregório Pereira, 75 - Centro - São José do Cerrito - SC



Ata de Assembleia Geral

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se Diretoria e associados da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, na sede da Rádio Coração da Serra, para atendendo a convocação do Edital nº 01/2017, realizar a Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte ordem do dia: 1- Prestação de Contas do Exercício de 2016; 2 – Previsão de Gastos para o exercício de 2017; 3 – Plano de Trabalho e Orçamento para 2017; 4 – Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética para o período de 02 (dois) anos; 5 – Assuntos Gerais. A Sra. Cirlei Rodrigues Muniz, deu a boas vindas a todos e conduziu os trabalhos, fez a prestação de contas, apresentou a previsão de para o exercício de 2017 e também apresentou o Plano de Trabalho e Orçamento para 2017, após esclarecimentos, os itens foram aprovados pelos presentes. Em seguida passou para o item 4 do Edital: Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética, após a apresentação dos membros, os presentes aprovaram e empossaram a nova Diretoria para a gestão de maio de 2017 a maio de 2019. **Membros da Diretoria Executiva:** **Presidente:** Cirlei Rodrigues Muniz, brasileira, casada, contadora, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, residente na rua Teodoro Correa de Melo, 14, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Vice Presidente – Remy Antunes**, brasileiro, separado judicial, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito – SC, 88570-000; **Secretário: Luiz Carlos Costa Moreira**, brasileiro, casado, professor, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000. **Tesoureiro: Fernando Muniz Rosa**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, residente na rua João Francisco da Silva Mota, centro São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000. **Diretora de Operações: Elizangela Correa Muniz Ramos**, brasileira, casada, bancária, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000. Também foram eleitos por unanimidade os seguintes associados para compor o **Conselho Fiscal: Conselheiros Fiscais Efetivos – Carlos José Ramos** – brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Marcio Machado Rosa** - brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Antonio Roberto Rosa** – brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-00. **Conselheiros Fiscais Suplentes: Antonia Ribeiro Rodrigues** – solteira, agricultora, portadora do CPF 250.677.459-01, RG 2.592.000, residente na localidade de Mineiros, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Rosana Ferreira dos Anjos Correa Muller**- brasileira, viúva, agricultora, portadora do CPF 027.032.529-86, RG 4.168.999, residente na rua João de Deus Rosa, bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000 e **Antonio Carlos de Souza Correa:** brasileiro, solteiro, agricultor, portador

Petição (2566880) SEI 01250.001662/2018-55 / pg. 2

do CPF 387.076.329-91, RG 1.063.643-9, residente na localidade de Santo Antônio dos Pinhos, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000. **Conselho de Ética:** **Maria de Lourdes da Silva Pinheiro** – brasileira, casada, professora, portadora do CPF 656.136.009-53, RG 639.435-3, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Nélia Giordani Machado** – brasileira, casada, professora, portadora do CPF 182.289.179-53, RG 279.543-4, residente na rua Vidal Gregório Pereira, 52, centro, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000; **Adenir de Souza Moreira** – brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 518.351.939-00, RG 1.063.772-9, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Antonio Rogério de Souza** - brasileiro, viúvo, agricultor aposentado, portador do CPF 194.666.769-20, RG 382.204-4, residente na rua João de Deus Rosa, Bairro Melcas, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000; **Turíbio Marcon** – brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 021.159.999-91, RG 415.791-5, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, 49, centro, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000; **Pedro Marcos Ortiz** - brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 710.725.279-87, RG 2.185.990, residente na localidade de Fazenda Nova, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000 e **Alvadyr Francisco Fernandes da Silva** - brasileiro, divorciado, professor aposentado, portador do CPF 807.890.219-00, RG 1.825.324, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, Bairro Bela Vista, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000. **Assuntos Gerais:** A presidente reeleita Cirlei Rodrigues Muniz, agradeceu a presença de todos e a confiança que os presentes depositaram nas pessoas que fazem parte desta Diretoria e lembrou que, sendo presidente, ela é apenas mais uma na equipe de pessoas, que se dedicam e lutam para que a Associação cumpra seu papel e a Rádio Coração da Serra continue sempre servindo aos moradores de São José do Cerrito, pois foi para isso que foi fundada. Disse que conta com o apoio de todos, e sabe que o terá. E que trabalhando juntos, faremos uma Rádio cada vez melhor naquilo a que se propõe uma Rádio Comunitária: servir à comunidade, ou seja, ser de utilidade pública. E que, por esse motivo, dará o seu melhor, agradeceu aos membros que ora deixam seus cargos, enfatizando a importância do trabalho realizado com esforço e dedicação. Nada mais a tratar foi encerrada a presente Assembleia e lavrada a presente ata que após lida será assinada pela Diretoria Executiva.

São José do Cerrito, SC, 20 de maio de 2017.

RECONHEÇO

Cirlei Rodrigues Muniz - Presidente, residente na rua Teodoro Correa de Melo nº 14, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 21/11/1968 em São José do Cerrito – SC, portadora do CPF 716.011.049-87, RG 1.823.317, SSP/SC expedida em 03/12/2010, contadora, casada com Darceu José Oliveira Gonçalves, CPF 949.089.239-49, RG 2.895.790, SSP/SC expedida em 30/05/2012, nascido em 20/12/1971 em São José do Cerrito – SC, brasileiro, agricultor, residente na rua Teodoro Correa de Melo, nº 14, Centro, São José do Cerrito, CEP 88570-000.

Remy Antunes – Vice Presidente, residente na rua Anacleto da Silva Ortiz, nº 878, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 23/09/1967 em

São José do Cerrito – SC, portador do CPF 636.276.479-04, RG 1.824.852, expedida pela SSP/SC em 19/03/2008, radialista, separado judicialmente.



Luiz Carlos da Costa Moreira

Luiz Carlos da Costa Moreira – Secretário – residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/07/1958 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 347.869.889-87, RG 809.582-5, SSP/SC expedida em 16.08.1995, casado com Marilda dos Santos Moreira, CPF 387.075.789-20, RG 883.648, SSP/SC, expedida em 05/06/2013, nascida em, 20/01/1958 em São José do Cerrito- SC, brasileira, residente na rua Dorgelo Pereira dos Anjos, nº 32, Centro, São José do Cerrito - SC, CEP 88570-000.

Fernando Muniz Rosa

Fernando Muniz Rosa - Tesoureiro - residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/11/1979 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 028.588.689-48, RG 3.399.148-0, SSP/SC, expedida em 04/12/1998, contador, casado com Elisandra Correa, CPF 047.693.019-79, RG 4.210.240-5, SSP/SC, expedida em 16.04.1997, nascida em 24/08/1983 em Lages – SC, brasileira, técnica em enfermagem, residente na rua João Francisco da Silva Mota, Centro, São José do Cerrito – SC.

Elizângela Correa M. Ramos

Elizângela Correa Muniz Ramos - Diretora de Operações - residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileira, nascida em 25/11/1980 em Jarú – RO, portadora do CPF 033.442.539-56, RG 3.917.513, SSP/SC, expedida em 12/11/1999, bancária, casada com Ivandel Muniz Ramos, CPF 030.917.609-36, RG 3.876.044, SSP/SC, expedida em 27/10/1995, nascido em 09/02/1977 em São José do Cerrito – SC, brasileiro, vendedor, residente na rua Manoel Joaquim Correa, bairro Vila Rosena, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000.

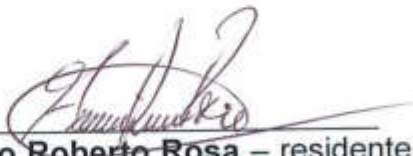
Carlos José Ramos

Carlos José Ramos - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 30/10/1968 em São José do Cerrito – SC, portador do CPF 636.277.449-34, RG 2.185.976-0, SSP/SC, expedida em 11/05/2001, agricultor, casado com Ermenezilda Oliveira Gonçalves Ramos, CPF 022.194.249-10, RG 4.398.647-1, SSP/SC, expedida em 28/05/1998, nascida em 10/09/1960 em São José do Cerrito – SC, brasileira, professora, residente na localidade de Santo Antonio dos Pinhos - São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000.

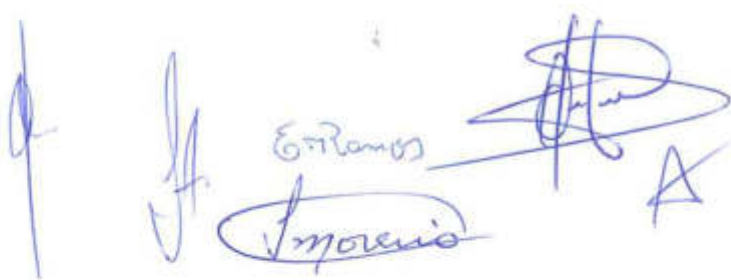
[Handwritten signatures]



Marcio Machado Rosa - Conselheiro Fiscal Efetivo - residente na rua Manoel Batista de Oliveira, nº 15, Centro, São José do Cerrito – SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 03/03/1980 em Lages-SC, portador do CPF 030.183.209-99, RG 3.888.602, SSP/SC, expedida em 19/01/2010, motorista, solteiro.



Antonio Roberto Rosa – residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000, brasileiro, nascido em 21/04/1960 em São José do Cerrito- SC, comerciante, portador do CPF 384.516.709-20, RG 4.372.823-5, SSP/SC, expedida em 15/10/1999, comerciante, casado com Neves Rosani Vieira Branco Rosa, CPF 017.688.639-70, RG 2.591.522-3, SSP/SC, expedida em 01/08/1994, nascida em 08/01/1969 em São José do Cerrito – SC, brasileira, comerciante, residente na localidade de Bom Jesus, São José do Cerrito, SC, CEP 88570-000.

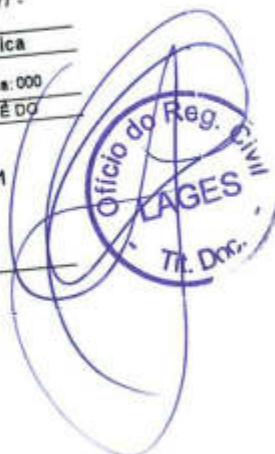


Estado de Santa Catarina
Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos
RITA MARIA ROSA RAMOS - Oficial Registradora
Rua Santa Cruz, 123, Centro, Lages - SC, 89501-030 - (49) 3222-0777 -
rtdiages@gmail.com

Certidão de 1ª Averbação em Registro de Pessoa Jurídica
Protocolo: 005178 Data: 19/10/2017 Qualidade: Integral
Registro: 001289 Data: 21/07/1997 Livro: A-008 Folha: 000
Apresentante: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO
Emolumentos: Registro: Isento, Selo: Isento

Selo Digital de Fiscalização do tipo Isento - EUB88870-1XK1
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou 16, LAGES - 27 de outubro de 2017

Ariane Ramos Martendal - Oficial Substituta





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.017133/2015 Localidade / UF: SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC
Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SAO JOSE DO CERRITO
Aviso: 2 Publicação: 14/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Elizangela Correa Muniz Ramos	033.442.539-56	Diretor de Operações	20/05/2017 20/05/2019	
Fernando Muniz Rosa	028.588.689-48	Tesoureiro	20/05/2017 20/05/2019	
Remy Antunes	636.276.479-04	Vice-Presidente	20/05/2017 20/05/2019	
Luiz Carlos Costa Moreira	347.869.889-87	Secretário	20/05/2017 20/05/2019	
CIRLEI RODRIGUES MUNIZ	716.011.049-87	Presidente	20/05/2017 20/05/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

VOLUME DE PROCESSO DIGITALIZADO.

- Requerimento solicitando renovação: fl.2-evento SEI 0547588.
- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações: fl.1-evento SEI 2428617-Proc.01250.072810/2017-35.
- Certidão Negativa ANATEL: fl.1-evento SEI 2445812.
- CNPJ válido e atual: fl.1-evento SEI 2445839.
- Cópia do RG e CPF dos dirigentes: fls.1 a 5-evento SEI 2428618-Proc.01250.072810/2017-35.
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações: fls.6 a 18-evento SEI 0799711-Proc.53900.058561/2015-13 e 10 a 19-evento SEI 2428619-Proc.01250.072810/2017-35.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada: fls.1 a 6-evento SEI 2566880-Proc.01250.001662/2018-55.
- Relatório do Conselho Comunitário sobre programação da emissora: fls.1 e 2-evento SEI 2428621-Proc.01250.072810/2017-35.

Conclusão da Análise-Processo Instruído.
É o relatório.

URSC/Florianópolis/Tadeu Rosa. 7/2/18.

Tadeu Rosa

Data de Envio:

07/02/2018 09:27:23

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

lilian.misquita@mctic.gov.br

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Proc: 53900.017133/2015-22 - Informação sobre PAI.

Mensagem:

MEM_RENOVACAO.PAI_RCOM_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº:53900.017133/2015-22.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Cerrito/SC, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Data de Envio:

02/03/2018 10:23:17

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

lilian.misquita@mctic.gov.br

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Proc: 53900.017133/2015-22 - Informação sobre PAI.

Mensagem:

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº:53900.017133/2015-22.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Cerrito/SC, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


[Menu Principal](#)

 BOM DIA
 LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA

 Sistemas
 Interativos

 SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SC
Município: São José do Cerrito
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Nome Fantasia: RÁDIO CORAÇÃO DA SERRA FM
Logradouro: RUA VIDAL GREGÓRIO PERIRA
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.075.621/0001-60
Bairro: CENTRO
Número: 75
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02075621000160

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 88570000
Número: 75
Município: São José do Cerrito
Telefone:
Logradouro: RUA VIDAL GREGÓRIO PERIRA
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
Estado: SC

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Bairro:
SubDistrito:
Estado:
Telefone:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 23/06/2005
Data Limite Instalação:
Número do Processo: 538200006951998
Fistel: 50013431781
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	236		Portaria	MC	12/06/2003	18/06/2003	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	44787		ATO	SCM	15/06/2004	18/06/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	671		Decreto Legislativo	CN	22/06/2005	23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text" value="51558"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="12/07/2005"/>	<input type="text" value="13/07/2005"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="338"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="21/01/2016"/>	<input type="text" value="16/02/2016"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - CNPJ/CPF(02.075.621/0001-60)

Município/UF: SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC

Indicativo: ZYM584

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒



Tela Inicial



Imprimir

icado por: Data

15 tópicos de conversação

Fwd: Proc: 53900.017133/2015-22 - Informação sobre PAI.1 mensagem

De: Natalia Froemming

Para: Tadeu Rosa

Cc: Argelia Diniz Schramm

2 de março de 2018 12:28

Anex [SRD - SÃO JOSÉ DO CERRITO.pdf](#) (271,9 KB) [Fazer download](#) | [Porta-](#)
[o arquivos](#) | [Remover](#)

Tadeu,

Chegou resposta da CGFI ao seu processo.

Att,

Natália

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira" <lilian.misquita@mctic.gov.br>

Para: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc: "Mariza Oshiro" <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 2 de março de 2018 12:02:30

Assunto: Re: Proc: [53900.017133/2015-22](#) - Informação sobre PAI.

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

NADA CONSTA

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

[53000.005533/2013](#)

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 338, de 21/01/2016, publicada no D.O.U de 16/02/2016 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XXIX do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 26/02/2013).

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>
Para: "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>
Enviadas: Sexta-feira, 2 de março de 2018 10:23:19
Assunto: Proc: [53900.017133](#)/2015-22 - Informação sobre PAI.

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: [53900.017133](#)/2015-22.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Cerrito/SC, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira
Chefe do Serviço de Degração - SEDEG
Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3º Andar, Sala 324-oeste.
CEP 70044-900 Brasília/DF
Telefone: [\(61\) 2027-6811](tel:(61) 2027-6811)
lilian.misquita@mctic.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Florianópolis.

NOTA TÉCNICA Nº 4749/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.017133/2015-22.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São José do Cerrito/SC**, por meio da Portaria nº **236**, publicada no DOU de 18/06/2003, e Decreto Legislativo nº **671**, publicado no DOU de 23/06/2005.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 23/6/2015. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou pedido de renovação de outorga em 10/6/2015, à fl.2, evento SEI 0547588, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE:

Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito.

QUADRO DIRETIVO:

Presidente: Cirlei Rodrigues Muniz.
 Vice-Presidente: Remy Antunes.
 Secretário: Luiz Carlos Costa Moreira.
 Tesoureiro: Fernando Muniz Rosa.
 Diretor de Operações: Elizangela Correa Muniz Ramos.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl.2-evento SEI 0547588.
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		Lei nº 13.424/2017 DOU de 29/3/2017.
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls.6 a 18-evento SEI 0799711 Proc.53900.058561/2015-13 e 10 a 19-evento SEI 2428619 Proc.01250.072810/2017-35.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls.1 a 6-evento SEI 2566880 Proc.01250.001662/2018-55.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls.1 a 5-evento SEI 2428618 Proc.01250.072810/2017-35.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls.1 e 2-evento SEI 2428621 Proc.01250.072810/2017-35.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl.1-evento SEI 2428617 Proc.01250.072810/2017-35.
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		fl.1-evento SEI 2445812.

8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		fl.1-evento SEI 2445839.
9	Relatório de apuração de infrações	X		fl1-evento SEI 2700251 CGFI.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

4. Após consulta aos sítios do Tribunal Regional Federal (TRF-4/SC) e da respectiva Subseção Judiciária (Lages/SC) do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, evento SEI 2635880.

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.017133/2015-22, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000695/1998 e nº 53900.017133/2015-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 06/03/2018, às 10:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/03/2018, às 08:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 09/03/2018, às 14:32, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 22/03/2018, às 10:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2707307** e o código CRC **3042EB5E**.

Minutas e Anexo:

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 2707307

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.017133/2015-22**

Entidade: **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 4749/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI 2707307), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em São José do Cerrito/SC, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/03/2018, às 15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2802202** e o código CRC **EB709327**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.017133/2015-22, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000695/1998 e nº 53900.017133/2015-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 2802202

PORTARIA Nº 1697/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000695/1998 e nº 53900.017133/2015-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2808234** e o código CRC **DAB240B9**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.017133/2015-22, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2808255** e o código CRC **5CB0F8ED**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/04/2018 11:05:13
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4740965
Data prevista de publicação: 09/04/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10658777	ATO PORTARIA Nº 1690 MIN REN.rtf	ea62b7b0a4c16de3 ead56eec71256412	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
10658778	ATO PORTARIA Nº 1691 MIN REN.rtf	40ca6373800fa084 294401d2a5b3b979	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658779	ATO PORTARIA Nº 1692 MIN REN.rtf	c4bf3b45b1093f92 9fda52f8900a67c4	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658780	ATO PORTARIA Nº 1695 MIN REN.rtf	0cadd9159c45c053 89fa9b080ceacd37	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658781	ATO PORTARIA Nº 1696 MIN REN.rtf	6ff7c992a1194bf5 d27839ad25c63468	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658782	ATO PORTARIA Nº 1697 MIN REN.rtf	6006cbf30967f1e8 3729ded39674cb22	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658783	ATO PORTARIA Nº 1699 MIN REN.rtf	9e914704d3c62b3c fa6f6fd73998f835	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658784	ATO PORTARIA Nº 4707 MIN REN.rtf	5491a7e2a33577f6 ccfb0e1b9a4320e5	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658785	ATO PORTARIA Nº 5742 MIN REN.rtf	f587bcf0d163c764 8f18342c9a64c5ff	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658786	ATO PORTARIA Nº 711 MIN REN.rtf	94841c2d4b252644 92470c657a010821	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			61,00	R\$ 2.015,44



**PORTARIA Nº 711-SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015613/2013-31 e nº 53630.002597/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Russas / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.648-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060089/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária em Pró da Vida - ACOPAVI, com sede na Rua José Cantalice, s/nº, Centro, no município de Dona Inês, no estado da Paraíba, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.651-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.075619/2013-67, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Cidade de Cruz Alta - ARCCA, com sede à Rua Guilherme Nascimento, s/nº - Abegay, na localidade de Cruz Alta / RS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.690-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000673/2002 e nº 53900.048911/2015-25, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE ARAÇUAÍ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Araçuaí/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.691-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.005124/1998 e nº 53900.017535/2015-27, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-VIDA DE SOBRADINHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sobradinho / DF.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.692-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001816/1998 e nº 53900.016402/2015-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.693-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.069398/2013-98, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de Erechim (CODESE), com sede à Rua Wladislau Krepsinski nº 1000 - B. Atlântico, na localidade de Erechim / RS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.694-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.047896/2013-80, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à CEDESCOM - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO DE NOVA CAMPINAS, com sede à Automóvel Clube nº. 720, Km 50, Vila

Santa Cruz (Parque Nova Campinas), na localidade de Duque de Caxias/RJ, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 98,7 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.695-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000170/1999 e nº 53900.029943/2015-21, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de agosto de 2015, a autorização outorgada à Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiopolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Janiópolis/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.696-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000557/1998 e nº 53900.017337/2015-63, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE OUVIDOR - GO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouvidor / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.697-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000695/1998 e nº 53900.017133/2015-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.017133/2015-22**.

Entidade: **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 1697/2018, de 04 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2018, renovou-se a outorga da **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São José do Cerrito/SC. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53900.017133/2015-22, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/04/2018, às 15:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2869440** e o código CRC **9D645CA2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 2869440

Brasília, 05 de Julho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.017133/2015-22, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 26701/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Substituta**, em 09/07/2018, às 17:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3127233** e o código CRC **F8ECE11F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 26701/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.017133/2015-22 - Nº SEI: 3127233

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.017133/2015-22.**

Entidade: **Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/07/2019, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 03/07/2019, às 11:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4332227** e o código CRC **254F9C6E**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.017133/2015-22, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, inscrita no CNPJ nº 02.075.621/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 23 de Junho de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Cerrito, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4749/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1697, de 04 de Abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09/04/2018.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.017133/2015-22

SEI nº 4332227

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.017133/2015-22, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, inscrita no CNPJ nº 02.075.621/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 23 de Junho de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Cerrito, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4749/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1697, de 04 de Abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09/04/2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35847/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.017133/2015-22.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4681404** e o código CRC **AF881251**.